



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE PESCA**

**LEVANTAMENTO SOBRE AS AÇÕES DA SECRETARIA ESPECIAL DE
AQUICULTURA E PESCA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (SEAP/PR).**

NAYRA CARMEN SILVA CAVALCANTE

**Monografia apresentada ao Departamento de
Engenharia de Pesca do Centro de Ciências Agrárias
da Universidade Federal do Ceará, como parte das
exigências para a obtenção do título de Engenheiro
de Pesca.**

**FORTALEZA – CEARÁ – BRASIL
DEZEMBRO/2004**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- C3641 Cavalcante, Nayra Carmen Silva.
Levantamento sobre as ações da secretaria especial de aquicultura e pesca da presidência da república (SEAP/PR) / Nayra Carmen Silva Cavalcante. – 2004.
116 f. : il. color.
- Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Curso de Engenharia de Pesca, Fortaleza, 2004.
Orientação: Prof. Dr. Manuel Antonio de Andrade Furtado Neto.
1. Pesca . 2. Engenharia de Pesca. I. Título.

CDD 639.2

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Manuel Antonio de Andrade Furtado Neto, Ph.D.
Orientador

Prof^a. Silvana Saker Sampaio, Ph.D.
Membro

Prof. Raimundo Nonato Lima Conceição, D.Sc
Membro

VISTO:

Prof. José Wilson Calópe de Freitas, D.Sc
Chefe do Departamento de Engenharia de Pesca

Prof^a Artamizia Maria Nogueira Montezuma, M.Sc.
Coordenadora do Curso de Graduação em Engenharia de Pesca

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus e meu tudo, que tem sido o meu refúgio nas horas difíceis, me enchendo de paz, esperança, sabedoria e serenidade.

À minha mãe, Neurismar, que conserva em si traços de amor, luz e quietude, e que muitas vezes apagou seu próprio brilho para que minha estrela pudesse reluzir.

Ao meu pai, Carlos, que tem me mostrado ao longo dos anos, o valor de se caminhar fundamentado nos princípios da justiça.

As minhas irmãs, Nádia e Natália, pelo afeto, amizade, benevolência e préstimos a mim dedicados.

À minha amiga, Giovanna Maia, pela calma ao ouvir meus problemas, por me dar apoio, e pelas palavras de coragem que me impulsionam a seguir em frente.

À minha amiga Giovanna Dutra, por caminhar junto, dividindo as dificuldades e as alegrias de ser estudante de Engenharia de Pesca.

Ao meu amigo Flávio, por estar ao meu lado, demonstrando interesse, atenção e companheirismo, do início ao fim do meu curso.

Ao meu orientador, Professor Manuel Furtado, pela paciência e tempo a mim destinados, provendo-me de bases e entusiasmo para concretizar este trabalho.

Ao meu Co-orientador, Professor Roberto Barreto, pela dedicação e empenho, contribuindo de forma significativa na realização das pesquisas e na elaboração do trabalho como um todo.

Ao Diretor de Infra-estrutura e Pesquisa da SEAP/PR Luís Tadeu Assad, pelos préstimos e disposição de colaboração nos trabalhos de pesquisa.

À Professora Silvana e ao Professor Wladimir, pelas palavras de incentivo e reconhecimento a mim dispensadas nesses cinco anos.

Aos meus chefes, Coronel Gonzaga e Capitão Aloísio, pela compreensão e torcida na conquista da vitória.

Aos colegas de turma, que dividiram comigo as agonias e os nervosismos das provas e seminários que aconteceram durante esses cinco anos.

Ao amigo Hércules, pela presença companheira constante nas horas de sono perdidas enquanto da realização deste trabalho.

SUMÁRIO

	Páginas
RESUMO.....	vi
LISTA DE FIGURAS.....	vii
LISTA DE ANEXOS.....	ix
LISTA DE ABREVIATURAS.....	x
1. INTRODUÇÃO.....	01
1.1. Histórico da política do setor pesqueiro no Brasil.....	03
1.1.1. Política anterior da pesca e aquicultura no Governo Federal.....	03
1.1.2. Diagnóstico do setor antes da SEAP/PR.....	03
2. PROJETOPOLÍTICO.....	07
2.1. Plano Emergencial de Suporte.....	10
2.2. Indicadores para 2006.....	13
3. AÇÕES IMPLEMENTADAS PELA SEAP/PR.....	14
3.1. Ações implementadas em 2003.....	14
3.1.2- Programas de crédito.....	15
3.1.2.1 - PROFROTA Pesqueira.....	16
3.1.2.2 - Programa de Desenvolvimento para as Regiões Norte e Nordeste..	16
3.1.2.3 – Programa de Financiamento para a Pesca Artesanal.....	19
3.1.2.4 - Programa de Financiamento para Pisciculturas de Assentamentos de Reforma Agrária.....	20
3.1.2.5 - Pronaf Pesca.....	20
3.1.3 - Infra-estrutura.....	21
3.1.4- Legislação.....	24
3.1.5 - Programas Integrados.....	25
3.1.6- Programas Sociais.....	27
3.1.7- Relações Internacionais.....	27
3.1.8 - Eventos.....	29
3.1.9 - Outras ações.....	32
3.2 - Ações implementadas em 2004.....	33
3.2.1- Estruturação.....	33
3.2.2 - Programas de Crédito.....	35
3.2.2.1 - PROFROTA Pesqueira.....	35
3.2.2.2 - Programa de Desenvolvimento para as Regiões Norte e Nordeste..	36
3.2.2.3 – Proger.....	36
3.2.2.4 - Pronaf Pesca.....	37
3.2.2.5 - Programa de Desenvolvimento para a Região Centro-Oeste	37
3.2.3 - Infra-estrutura.....	38
3.2.4- Legislação.....	42
3.2.5 - Programas Integrados.....	45
3.2.6 - Programas Sociais.....	49
3.2.7- Relações Internacionais.....	52
3.2.8 – Eventos.....	54
3.2.9 - Outras ações.....	60
4. DISCUSSÃO.....	70
4.1 - Foco Institucional.....	70
4.2 - Foco Político.....	71
4.3 - Foco Orçamentário.....	75

4.4 - Foco Creditício.....	76
4.5 - Foco Promocional (Consumo e Divulgação).....	77
4.6 - Foco Produtivo.....	78
4.7- Foco Infra-Estrutural.....	80
4.8 - Foco Social.....	84
4.9- Foco Científico / Acadêmico.....	85
4.10 – Relações Institucionais.....	86
4.11- Foco Legal.....	87
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	91

RESUMO

No dia 1º de janeiro de 2003, início do Governo Lula, foi criada a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca (SEAP/PR). Esta Secretaria, que tem status de Ministério, é comandada pelo Ministro José Fritsch, e foi instituída para promover a recuperação e o desenvolvimento do setor pesqueiro. Este trabalho relata as ações desenvolvidas por este órgão nesses dois primeiros anos de funcionamento, 2003 e 2004, descrevendo diversos aspectos como: programas de crédito, infra-estrutura, programas integrados, programas sociais, relações internacionais, eventos, legislação e outras ações. Além disso, apresenta um breve histórico da política desenvolvida pela gestão anterior, o Departamento de Pesca e Aqüicultura do Ministério da Agricultura (DPA/MA), abordando a administração em si e a situação na qual o setor pesqueiro se encontrava. Por fim, foi realizada uma análise crítica da SEAP/PR, no tocante a seu Projeto Político, estrutura, seu funcionamento, sua composição e suas ações, tentando comparar a gerência atual com a antecedente, e procurando identificar os benefícios e as perdas que ocorreram no setor pesqueiro com as mudanças. O trabalho permite, além de uma visão geral do que aconteceu e vem acontecendo nestes dois anos no setor pesqueiro, que se entenda melhor o que significa a implantação deste órgão no contexto do setor pesqueiro e da profissão de Engenheiro de Pesca.

LISTA DE FIGURAS

	Páginas
Figura 1. Produção total da pesca e aqüicultura no Brasil até 2002.....	4
Figura 2. Presidente Lula e Ministro José Fritsch apresentam o Projeto Político da SEAP/PR.....	9
Figura 3. Ministro José Fritsch.....	10
Figura 4. Estrutura da SEAP/PR.....	11
Figura 5. Cartilha do Programa de Desenvolvimento da Aqüicultura e Pesca no Nordeste	17
Figura 6. Cartilha da linha de crédito Pescart-Norte.....	18
Figura 7. Folder da linha de crédito Proaqua Nordeste.....	18
Figura 8. Cartilha da linha de crédito Proaqua Norte.....	18
Figura 9. Folder da linha de crédito Proaqua Nordeste.....	18
Figura 10. Folder da linha de crédito Propesca Nordeste.....	19
Figura 11. Folder da linha de crédito Propesca Nordeste.....	19
Figura 12. Folder do I Seminário Internacional sobre Recifes Artificiais Marinhos.....	30
Figura 13. Ministro José Fritsch durante a I Conferência Nacional de Aqüicultura e Pesca.....	30
Figura 14. Ministro José Fritsch abre a I Semana do Peixe.....	31
Figura 15. Cerimônia de posse do novo Secretário-Adjunto.....	34
Figura 16. Entrega de barcos em Três Marias – MG.....	41
Figura 17. Ministro José Fritsch no CPAq/DNOCS, em Pentecoste.....	46
Figura 18. Tilápias Tailandesas no CPAq/DNOCS, em Pentecoste.....	46
Figura 19. Ministro José Fritsch visita Laboratório de Melhoramento Genético no CPAq/DNOCS em Pentecoste.....	46
Figura 20. Ministro José Fritsch visita no CPAq/DNOCS, em Pentecoste.....	46
Figura 21. Ministro José Fritsch entrega diploma de alfabetização do Programa Pescando Letras ao pescador Carlos Cruz, 34, em Cuiabá – MT..	49
Figura 22. Ministro José Fritsch discute parceria com o Ministro da Agricultura e Pesca de São Tomé e Príncipe, Jorge Amado.....	53
Figura 23. Ministro José Fritsch abre SIMBRAq em Fortaleza-CE.....	55
Figura 24. Secretário-Adjunto Romeu Daros. Irriga Ceará 2004 Fortaleza-CE.	55

Figura 25. Ministro José Fritsch abre Aquimerco em Vitória-ES.....	55
Figura 26. Subsecretário Manoel da Conceição no Encontro Nacional de Agricultura familiar em Brasília – DF.....	55
Figura 27. Folder da Semana do Peixe 2004.....	59
Figura 28. Ministro José Fritsch em reunião com lideranças do MAB.....	62
Figura 29. Ministro José Fritsch visita a hidrelétrica de Balbina.....	66
Figura 30. Estágio atual das obras do centro, com o loteamento Alphaville, no município do Eusébio.....	67

LISTA DE ABREVIATURAS

- Abreviatura 1. ABRAS – Associação Brasileira de Supermercados
- Abreviatura 2. ALCA – Acordo de Livre Comércio das Américas
- Abreviatura 3. AQUIMERCO – Simpósio Mercosul de Aqüicultura
- Abreviatura 4. ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
- Abreviatura 5. BASA – Banco da Amazônia
- Abreviatura 6. BIRD – Banco Inter-americano de Desenvolvimento
- Abreviatura 7. BNB – Banco do Nordeste do Brasil
- Abreviatura 8. BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e social
- Abreviatura 9. CCAMLR – Convenção para Conservação dos Recursos Vivos Marinhos da Antártida
- Abreviatura 10. CODEFAT- Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
- Abreviatura 11. CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do vale do São Francisco
- Abreviatura 12. CEMar – Centro de Excelência em Maricultura
- Abreviatura 13. COFI - Comitê de Pesca da FAO
- Abreviatura 14. COFIEX Comissão de Financiamentos Externos
- Abreviatura 15. CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
- Abreviatura 16. CONAPE - Conselho Nacional de Aqüicultura e Pesca
- Abreviatura 17. CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
- Abreviatura 18. COPESCAL - Comissão de Pesca Continental
- Abreviatura 19. CPAq – Centro de Pesquisa em Aqüicultura
- Abreviatura 20. DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
- Abreviatura 21. DPA/MA – Departamento de Pesca e Aqüicultura/ Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- Abreviatura 22. ECOMEX - Encontro de Comércio Exterior
- Abreviatura 23. EMATER-SC – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Santa Catarina
- Abreviatura 24. EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias

- Abreviatura 25. EXPOABRAS – Exposição da Associação Brasileira de Supermercados
- Abreviatura 26. FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
- Abreviatura 27. FIEPA - Federação das Indústrias do Estado do Pará
- Abreviatura 28. FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
- Abreviatura 29. GEF - Fundo Global para o Meio Ambiente
- Abreviatura 30. GESAC – Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Consumidor
- Abreviatura 31. GTCAD - Grupo de Trabalho de Camarão de Água Doce
- Abreviatura 32. IAP - Instituto Ambiental do Paraná
- Abreviatura 33. IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
- Abreviatura 34. ICAT - Comitê Internacional de Atuns e Afins
- Abreviatura 35. INFOPECA - Centro para Serviços de Informação e Assessoramento sobre a Comercialização dos Produtos Pesqueiros na América Latina e Caribe
- Abreviatura 36. MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
- Abreviatura 37. MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
- Abreviatura 38. MIN – Ministério da Integração Nacional
- Abreviatura 39. MP – Medida Provisória
- Abreviatura 40. PNUD – Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento
- Abreviatura 41. SAF/MDA – Secretaria de Agricultura Familiar/Ministério de Desenvolvimento Agrário
- Abreviatura 42. SEAB-PR - Secretária Estadual de Agricultura e Abastecimento
- Abreviatura 43. SEAP/PR - Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca- Paraná
- Abreviatura 44. SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
- Abreviatura 45. SEMA-PR - Secretária Estadual de Meio Ambiente- Paraná
- Abreviatura 46. SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
- Abreviatura 47. SESI – Serviço Social da Indústria
- Abreviatura 48. SETI-PR - Secretaria Estadual de Ciencia e Tecnologia e Ensino Superior- Paraná
- Abreviatura 49. SIAL – Feira Internacional de Alimentos
- Abreviatura 50. SIMBRAq – Simpósio Brasileiro de Aqüicultura

LEVANTAMENTO SOBRE AS AÇÕES DA SECRETARIA ESPECIAL DE AQUICULTURA E PESCA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (SEAP/PR).

NAYRA CARMEN SILVA CAVALCANTE

1. INTRODUÇÃO

O Brasil é um país de dimensões continentais que possui uma costa marítima de 8,5 mil quilômetros de extensão, com uma Zona Econômica Exclusiva (ZEE) de 3,5 milhões de Km², que corresponde à metade de seu território. O país possui um dos maiores potenciais do mundo em aquicultura e pesca, porém, as políticas públicas de incentivo nunca foram suficientes para o desenvolvimento pleno do setor pesqueiro.

A criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP/PR), com status de Ministério Federal, foi um marco histórico para o Setor da Pesca no Brasil. Pela primeira vez na história, um Presidente brasileiro deu importância a um segmento produtivo tantas vezes desprezado. *“O segmento esteve ausente do primeiro escalão do Executivo Federal por 13 anos”* (FRITSCH, 2004).

Criada no primeiro ano da gestão do Presidente da República Federativa do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, pela Medida Provisória nº 103, de 1º de janeiro de 2003, posteriormente transformada na lei 10.683, de 25 de maio de 2003, a concepção da SEAP/PR foi uma iniciativa do governo petista para desenvolver o complexo pesqueiro e aquícola da nação, bem como interligá-lo aos demais setores nacionais, promovendo a colaboração do primeiro com estes últimos.

Os objetivos estabelecidos para a SEAP/PR pelo Governo Federal foram: (1) desenvolver a pesca no país, através do incremento de uma política nacional voltada para o arcabouço da pesca, seja nas colônias de pescadores distribuídas por toda a nação, seja no setor industrial da pesca; (2) modernizar

a infra-estrutura como os barcos pesqueiros; e (3) ampliar a Aqüicultura tanto na costa como nas águas continentais. Além disso, o Chefe maior do Poder Executivo Federal acredita que a implantação da SEAP pode contribuir para a inclusão social, a segurança alimentar e o desenvolvimento do País.

Muitos representantes do âmbito político consideraram a criação da SEAP/PR no início da gestão como sendo um ato um tanto quanto conflitante com o momento, quando o governo ainda driblava a amarga situação a si legada. Entretanto, o Presidente Lula se impôs e não fraquejou da decisão de resgatar este setor de tão grande valor e proeminência em nível político, social e econômico. Para o atual governo, o fundamental era estabelecer uma estratégia de ação e arriscar na disposição de esforço e superação de todos os envolvidos. Assim, a criação da SEAP/PR foi solidificada e seu Projeto Político desenvolvido.

O Presidente Luís Inácio Lula da Silva pretende reduzir a miséria no país e propiciar uma melhor qualidade de vida aos brasileiros. Ele aspira fazê-lo com uma maciça contribuição do setor pesqueiro, que se dará através desta autarquia federal, que se encontra ainda em processo de gestação, mas que objetiva tão logo tornar-se um ministério, a SEAP/PR.

Diante da importância deste Órgão, como estudante do Curso de Engenharia de Pesca, decidi elaborar minha Monografia de Graduação sobre este assunto, realizando um levantamento sobre as ações desenvolvidas pela SEAP/PR a partir do início do Governo Lula, momento da sua criação, até os dias atuais. Complementando este levantamento, há uma análise das ações deste Órgão, no que se refere ao seu projeto político, estrutura, seu funcionamento, sua composição e suas ações, para entender melhor a inserção deste órgão federal no contexto no setor pesqueiro e da profissão de Engenheiro de Pesca.

Considero ser este trabalho de grande valor, já que, ainda não se tem registro sobre tal tema e o mesmo é de interesse da grande massa envolvida no setor pesqueiro: estudantes, profissionais e empresários.

1.1. Histórico da política do setor pesqueiro no Brasil

1.1.1. Política Anterior da Pesca e Aqüicultura no Governo Federal

O setor pesqueiro do País até o início de 2003 era atribuição do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, através do Departamento de Pesca e Aqüicultura (DPA/MA, 2003). No início do governo Lula, esta imputação passou a ser da SEAP/PR, um órgão de consulta do Presidente da República, que não é descrito na legislação como um Ministério, mas que assume esta disposição (SEAP/PR, 2004).

As diretrizes do DPA/MA eram: a) desenvolver de forma sustentável o agronegócio da pesca e da aqüicultura; b) promover a geração, adaptação e transferência de conhecimentos científicos e tecnológicos; e c) definir requisitos de qualidade, sanidade e segurança para os produtos de origem pesqueira.

Suas estratégias abrangiam a promoção da pesca oceânica na Zona Economicamente Exclusiva (ZEE) e nas águas internacionais, o desenvolvimento da aqüicultura continental e marítima, a recuperação e a racionalização das pescarias costeiras, bem como a inclusão com competitividade no mercado internacional e abertura de espaços para atração de capitais (SEAP/PR, 2003a).

O setor aqüícola foi o ramo que mais cresceu nos últimos anos. Esta foi a parte do setor pesqueiro mais apoiada pela gestão do DPA/MA. Praticamente todos os esforços do Departamento de Pesca e Aqüicultura, foram voltados aos grandes empresários aqüícolas. Entretanto, a atividade ainda enfrenta muitos entraves, que anteparam o desenrolar de sua cadeia produtiva.

1.1.2. Diagnóstico do Setor antes da SEAP/PR

Segundo dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 2002), a produção mundial de pescado em 2000 foi de 126 milhões de toneladas, sendo 97 milhões obtidos através da captura e 29 milhões da aqüicultura.

No Brasil, a produção total de pescado chegou a aproximadamente um milhão de toneladas, segundo dados recentes do IBAMA (2003), como pode ser visto na Figura 1.

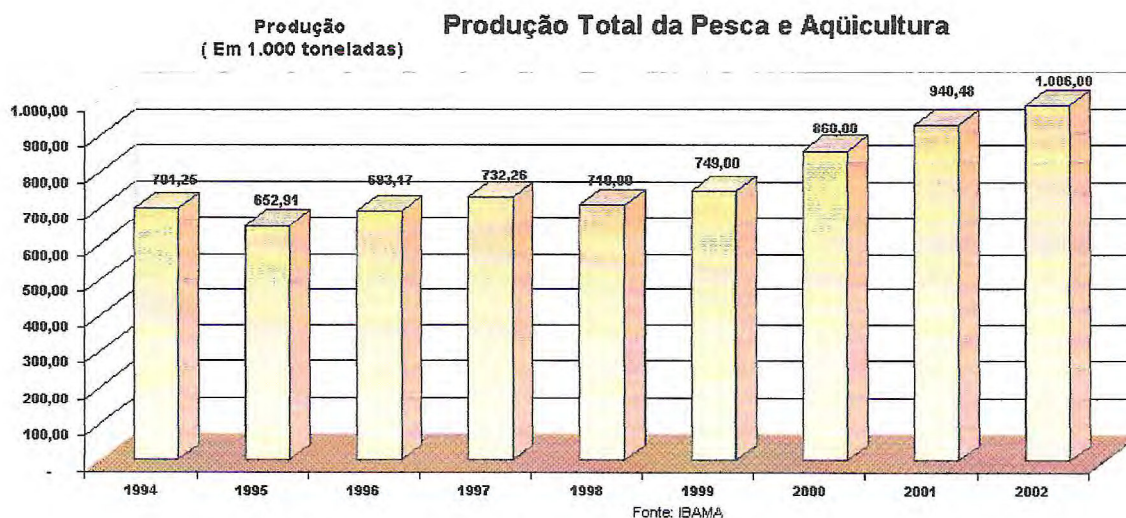


Figura 1 – Produção total da pesca e aqüicultura no Brasil até 2002.

Fonte: IBAMA (2003).

Na última década, a aqüicultura foi o setor que obteve o crescimento mais significativo no Brasil. A atividade aqüícola, marinha e de água doce, tem crescido a cada ano. Entre os anos de 1994 e 2002, a aqüicultura contribuiu, respectivamente, com 4,39% e 26,40% do total da produção pesqueira, o que gerou um aumento de 22,01%, fruto de um substancial apoio do DPA/MA. (SEAP/PR, 2003a).

Porém, apesar dessa atenção dispensada pela gestão do departamento, a aqüicultura brasileira ainda necessitava expandir as pesquisas relacionadas à biologia das espécies comercialmente importantes, como nas áreas de reprodução, alimentação, comportamento, genética, etc; divulgar mais os resultados destas pesquisas; incrementar a tecnologia nas práticas de manejo; estruturar melhor a gestão de águas; provimento e qualificação de mão-de-obra; melhorar as técnicas sanitárias e de controle ambiental; inserir programas de financiamento; enfim, o adiantar uma política voltada para os múltiplos elos desta cadeia produtiva.

Já a pesca, dividida em extrativa costeira, continental e oceânica, de um modo geral, apresentou uma redução da sua contribuição percentual na produção pesqueira brasileira na última década (SEAP/PR, 2003a). Comparando o ano de 1994, quando a pesca extrativa costeira contribuía com 64,38% na produção total de pescado no País, com o ano de 2002, quando a contribuição foi de 42,64%, é possível observar uma redução de quase 22%. O mesmo ocorre com a pesca continental. Em 1994, esta representava 27,90%

do total enquanto que em 2002, apenas 23,35%, tendo reduzido então quase 5% nestes oito anos.

Analisando a pesca oceânica, a situação é um pouco diferente. Confrontando os anos de 1994 e 2002, cujos percentuais de contribuição na produção total do País foram respectivamente, 3,33% e 7,61%, é possível observar um aumento de 4,28% neste campo.

No tocante a frota pesqueira nacional, o que se observava era uma situação de abandono. As embarcações estavam ultrapassadas e muitas em processo de desuso. Seus equipamentos estavam suplantados e o modo de navegação um tanto quanto arcaico por não existirem equipamentos eletrônicos modernos nas embarcações de pesca. Os poucos barcos de grande porte que atuavam na pesca, eram arrendados a preços exorbitantes de países estrangeiros, através de acordos absurdos e contratos censuráveis.

Assim, não dispondo de infra-estrutura naval forte o suficiente para explorar seus próprios recursos, já que, as maiores embarcações nacionais pescam entre 50 e 60 milhas, enquanto que a ZEE do País é de 200 milhas, o Brasil foi forçado a realizar a abertura de suas fronteiras marítimas para exploradores estrangeiros, o que ocorria por meio de convênios, que tinham o pretexto de troca de tecnologia em equipamentos e pessoal, pela exploração dos recursos nacionais. Entretanto, o que estava ocorrendo nos últimos anos era que japoneses, americanos e muitos outros traziam suas embarcações para as áreas pesqueiras brasileiras, recebendo todos os benefícios das convenções, como a alta regalia relacionada aos impostos, mas quase nunca cumprindo as exigências nacionais, como a contratação de mão-de-obra brasileira e a transmissão do conhecimento tecnológico a esse pessoal.

A pesca encarava ainda outras graves dificuldades: grande número de intermediários, que dificultava a comercialização do pescado "in natura" e elevava o preço do produto; reduzida agregação de valor, já que a quantidade de pescado industrializado era pequena; infra-estrutura deficitária, com embarcações defasadas e ausência de linhas de crédito para construção de novos barcos; carência de mão-de-obra especializada; e desenvolvimento no tocante à tecnologia e ao beneficiamento do pescado.

Na realidade, o setor pesqueiro no Brasil nunca teve de fato a sua devida importância. Na falta de um recenseamento das atividades pesqueiras,

o gerenciamento dos recursos e a resolução das problemáticas da atividade eram comprometidas. A exemplo desses problemas, pode-se citar a falta de uma política de zoneamento pesqueiro, a ineficiência das legislações em todos os seus âmbitos, a deficiência de uma política de sustentabilidade, tudo agravado pela concorrência existente nas atribuições dos diversos órgãos da administração nacional relacionados a este campo. Dessa forma, integrar os sujeitos participantes das atividades do setor pesqueiro era fundamental, e para isso, se fazia necessário haver propagação e conexão de informações dentro de toda a cadeia pesqueira, correlacionando as diversas esferas: pesca, aqüicultura, comercialização, consumo, meio ambiente, legislação, social etc.

O índice de analfabetismo do proletariado pesqueiro e aqüícola apresentava-se altíssimo. Geralmente, esses trabalhadores não tinham vínculos empregatícios e, portanto, não recebiam os direitos a si conferidos. Eles também não eram assistidos no âmbito social, principalmente, em questões de saúde, higiene, educação, cultura, entre outros aspectos. Um outro grande problema tem sido os programas de crédito. Geralmente o que havia na gestão do DPA/MA eram financiamentos que não chegavam nas mãos dos pescadores ou pequenos aqüicultores. Este fato ocorria devido à enorme e burocrática trajetória que se precisava seguir até o ponto final do empréstimo: o provimento do capital. Havia também uma dificuldade muito grande por parte das instituições financeiras, seja embaraçando o fornecimento de informações, seja estabelecendo numerosas exigências, difíceis de serem cumpridas.

O consumo de pescado da população brasileira, até 2002, era de 6,8 kg/hab/ano, enquanto que o recomendável é de 12 kg/hab/ano (FAO, 2003). As razões para isso eram muitas, dentre elas, as relacionadas aos aspectos culturais e tradicionais, mas, principalmente, esse baixo consumo deve-se a falta de incentivo à população. Levando-se em conta a disponibilidade de recursos pesqueiros no País e as vantagens que este gênero alimentício possui, isso é de certa forma inexplicável. Os peixes em geral constituem fonte de proteínas de alto valor biológico, tão importantes quanto à carne bovina, e devido à quantidade mínima de tecido conjuntivo, são de alta digestibilidade (LEDERLE, 1991).

2. PROJETO POLÍTICO

O Projeto Político da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República foi o documento que apresentou à sociedade, as propostas e o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura e Pesca.

Cinco pontos principais descreveram a intenção do Presidente Lula ao criar e instituir a SEAP/PR: (1) Integração ao Programa de Segurança Alimentar; (2) Participação social; (3) Sustentabilidade econômica, social e ambiental; (4) Coordenação e gestão das relações e ações inter e intragovernamentais; e (5) Geração de emprego e renda.

O Chefe maior do Executivo Federal pretende, através do Ministro Especial de Aqüicultura e Pesca, José Fritsch, e demais integrantes da SEAP/PR, bem como através de todos os compartes do setor pesqueiro, alcançar alguns resultados práticos até o final de sua gestão em 2006.

O primeiro resultado é a realização da “Conferência Nacional de Aqüicultura e Pesca”, que tem como meta principal a aprovação do “Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável” e a eleição do “Conselho Nacional de Aqüicultura e Pesca”. Com a concretização desses intentos, espera-se que haja: ganho de qualidade neste plano, já que a intenção é que este seja o resultado de amplas discussões entre as mais importantes entidades do setor pesqueiro; representatividade da Conferência, já que almejar-se a participação maciça dos estados; e legitimidade ao Conselho eleito. Situações que tem a finalidade de aumentar os recursos para a aqüicultura e pesca no orçamento geral da União.

Um segundo ponto listado nos resultados a serem alcançados no Governo Lula, é a garantia da sustentabilidade das atividades de aqüicultura e pesca. Para tanto está previsto, no Projeto Político, várias atividades a serem realizadas tais como: ordenamento pesqueiro, cadastramento de pescadores profissionais e frota pesqueira, revisão da legislação vigente, zoneamento das regiões, dimensionamento de estoques pesqueiros, criação de programas de fiscalização e educação, criação de bancos de dados e a interligação dos mesmos, formando um Sistema Nacional da Pesca, entre outras. Estas

medidas contribuiriam de forma incisiva para a eliminação da clandestinidade da atividade pesqueira, tanto quanto para a melhoria da situação ambiental nas áreas de cultivo.

O terceiro está descrito no Projeto Político da SEAP/PR como "Setor da Aqüicultura Estruturado". Quando esse objetivo for alcançado o governo acredita que os custos com a produção de pescados serão reduzidos, e assim, esta poderá crescer em até 100%. As medidas adotadas para tal serão: a integração das atividades agroindustriais, a construção de indústrias de beneficiamento do pescado cultivado, a incrementação de tecnologias e assistência técnica, o zoneamento e gerenciamento da aqüicultura, formulação de uma política de uso de águas públicas, programas de incentivo ao associativismo e corporativismo e, por fim, priorização das áreas que contribuem com o Programa Fome Zero.

O quarto resultado assemelha-se ao anterior, referindo-se entretanto   pesca costeira e continental.   aspiração do Estado, implantar um programa de fomento à infra-estrutura; construir postos, entrepostos e terminais pesqueiros; elaborar programas de fomento ao processamento do pescado; renovar e adaptar a frota pesqueira; e substituir os barcos arrendados por barcos nacionais.

Estabelecer uma Política Nacional de Aqüicultura e Pesca, com fins de gerar inclusão social dos pescadores, também está entre os resultados a serem alcançados pelo Governo. Para tanto, prevê-se: a criação de grupos de trabalho de alfabetização nas comunidades pesqueiras em uma parceria da SEAP/PR com o MEC; a criação de programas de qualificação de mão-de-obra; a criação de comissões junto a órgãos como INSS, MTb, para adequação da legislação previdenciária e trabalhista; a criação de uma política de seguro para frustração de safras; entre outras atividades, com intuito de elevar a qualidade de vida dos pescadores.

Gerar políticas de crédito e extensão estruturadas e acessíveis, através da criação do Fundo Nacional de Pesca; estabelecer parcerias entre estados e municípios nas políticas de extensão; criar novas linhas de crédito e desburocratizar o acesso às mesmas,   também uma meta do Presidente Lula para aumentar o volume de recursos oferecidos via crédito, e assim alargar o número de produtores.

No tocante à tecnologia, a intenção do Governo é promover o desenvolvimento e a transmissão, gerando ampliação da produção e diminuição dos desperdícios. Realizando viagens de prospecção, estudos para a implantação e coordenação de atratores e recifes artificiais, conhecendo e melhorando tecnologia para o cultivo de espécies nativas, ajustando os métodos e artes de pesca de embarcações, criando escolas de pescadores e até a Universidade de Aqüicultura e Pesca, é que o Presidente Lula espera racionalizar as atividades de pesca e aqüicultura e fornecer infra-estrutura tecnológica para com isso, incrementar a produção.

O último resultado do Projeto Político refere-se ao Programa Fome Zero, um dos principais do Governo Federal. O Presidente Lula (Figura 2) vê a produção de pescados como uma das principais atividades que podem cooperar com este programa. Por isso, estimular a aqüicultura nas regiões onde a miséria é maior, incentivar a utilização da fauna acompanhante no consumo e incitar a captura de espécies que se encontram sub-exploradas, são medidas fundamentais para aumentar a participação de pescados na cesta básica, e de forma agregada, colaborar para o aumento da produção pesqueira e aqüícola.



Figura 2 – Presidente Lula e Ministro José Fritsch apresentam o Projeto Político da SEAP/PR.

Fonte: ASSIMP-SEAP/PR (2003).

2.1. Plano Emergencial de Suporte

Como um campo que há muito não recebia a devida atenção por parte dos governos, o setor pesqueiro necessitava não apenas de um projeto político que seria gradativamente posto em prática em quatro anos, mas também, de algumas medidas a serem executadas de imediato. Por isso, foi elaborado o plano emergencial de suporte, através do qual, ações confinantes serão postas em prática e darão uma nova condição ao setor.

Estruturar a SEAP/PR foi a primeira delas. Em primeiro plano, era necessário fazer a transferência de toda a estrutura do DPA/MA para a Secretaria. Em seguida, dotar a SEAP/PR de um quadro de funcionários, estruturando escritórios em nível regional, estadual e no Distrito Federal. Outra providência importante foi o repasse à SEAP/PR de todo o patrimônio da União que se encontrava sob domínio de outros órgãos, tais como a SUDEPE e o Ministério da Agricultura, mas que cabiam agora à Secretaria. O mesmo se deu quanto às atribuições de gestão dos recursos pesqueiros, até então, feitas pelo IBAMA.

Assim, a SEAP/PR teve como estrutura básica: o Gabinete de Assessoria imediata ao Ministro (Figura 3); o Conselho Nacional de Aqüicultura e Pesca, um órgão colegiado; duas Subsecretarias, compostas cada uma por quatro diretorias; e as unidades descentralizadas, que são as Gerencias Regionais e os Escritórios estaduais. Os cargos de Secretário Especial, Secretário Adjunto e os dois Subsecretários foram nomeados diretamente pelo Presidente Lula.



Figura 3 – Secretário Especial de Aqüicultura e Pesca, José Fritsch

Fonte: Revista ComCiência (2003).

A Estrutura básica da SEAP/PR (Figura 4), bem como as suas atribuições estão mostradas no Anexo I.

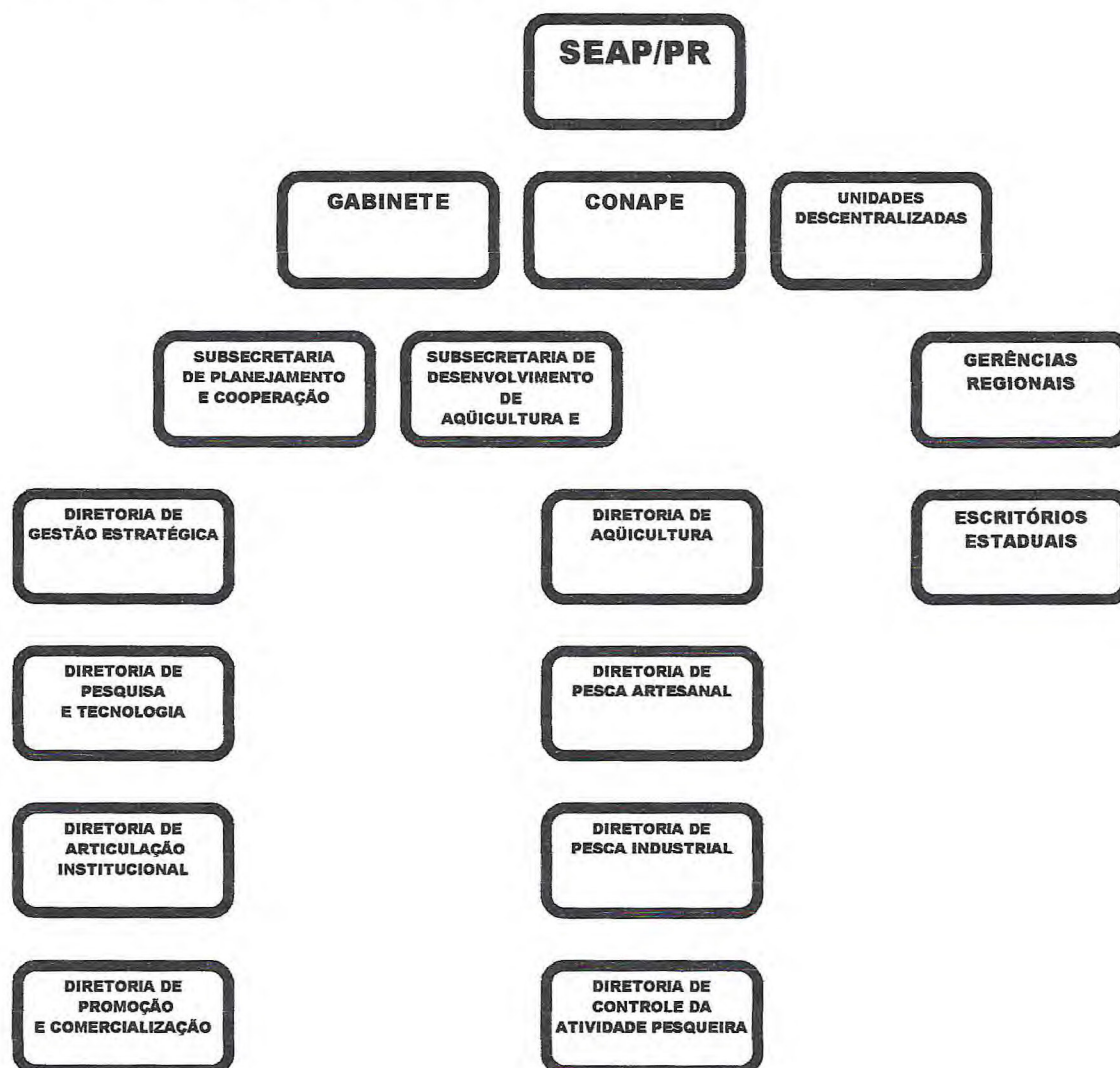


Figura 4 – Estrutura da SEAP/PR

Fonte: Cavalcante (2004).

Referente à comercialização do pescado, eram necessários meios de aumentar o consumo no País, além de melhorar as formas de venda, criando Centrais de Comercialização de Gestão Compartilhada. Esses centros, contariam com a participação do Estado, de empresários e produtores, e seriam dotados de uma infra-estrutura adequada, o que reduziria a clandestinidade e a intermediação. No lado social, seria necessário avaliar as formas de obtenção e distribuição do pescado para a população de baixa renda, contando com o apoio do Programa Fome Zero.

Na aquicultura, originar programas de apoio comercial, técnico e creditício, e disponibilizá-los aos projetos de maior efeito multiplicador para a sociedade, bem como, fornecer condições para o surgimento e implantação de novos projetos, dirimindo conflitos de usos de terras e águas, e resolvendo problemas relacionados às espécies de pescados, técnicas de cultivo, crédito, assessoria técnica e comercialização. Tentar promover convênios de cooperação internacional para a transferência de tecnologias de produção em cultivos aos produtores brasileiros e profissionais da área.

Nas pescas costeira e oceânica, realizar junto com os pescadores, com o apoio das Universidades e da Marinha do Brasil, um levantamento dos estoques pesqueiros nas áreas de pesca. A partir deste levantamento, elaborar projetos de inserção de atratores e recifes artificiais, repovoamento e recuperação de estoques; adotar artes-de-pesca não-predatórias e assistência técnica, bem como, fornecer apoio creditício nessas áreas. Paralelamente, desenvolver o lado social, alfabetizando as comunidades pesqueiras, qualificando a mão-de-obra, oferecendo regularização profissional, saúde e, da mesma forma que na aquicultura, tentando estabelecer convênios internacionais para melhoramento da atividade.

Na pesca oceânica, realizar um levantamento da frota pesqueira, a fim de cadastrar, modernizar e consolidar a frota brasileira de pesca em alto mar. Do mesmo modo, avaliar os contratos e mecanismos de arrendamento de frota pesqueira estrangeira, ponderando os benefícios dos mesmos ao País. No que tange à fiscalização da pesca, a SEAP/PR adotaria o papel de colaboradora do IBAMA, que permanece responsável por esta função.

Será também fundamental, realizar um levantamento da situação do setor. Identificar os órgãos que se relacionam à atividade pesqueira, das Universidades e outras instituições que contribuam com o campo, através de programas, projetos e pesquisas, das colônias e comunidades de pescadores na costa e no continente, e outras quaisquer organizações e associações que exercem alguma participação no setor.

Do ponto de vista social mais diretamente, criar programas de alfabetização e qualificação de mão-de-obra das comunidades pesqueiras, tentar regularizar os trabalhadores conforme as legislações previdenciária e trabalhista, melhorar as condições de saúde e moradia das comunidades que

vivem da pesca, especificar o trabalho feminino na atividade pesqueira, além de incentivar a formação de associações e cooperativas.

As medidas emergenciais relacionadas ao Programa Fome Zero e ao setor pesqueiro, consistiam em se fazer de imediato, uma identificação das comunidades pesqueiras mais carentes e articular junto ao programa, os meios de aquisição e distribuição do pescado a essas famílias, bem como, providenciar um seguro para aquelas que se viam necessitadas devido a períodos de frustração de safras ou períodos de defeso.

2.2. Indicadores para 2006

O Governo pretende ao final da gestão, em 2006, ter aumentado o consumo de pescados no país até o nível recomendado pela FAO, acrescentando aos atuais 6,8 kg/hab/ano, mais 5,2 kg/hab/ano, perfazendo um consumo médio de 12,0 kg/hab/ano. Para tanto, também pretende dobrar a produção total de pescados da nação e diminuir o desperdício hoje existente.

Economicamente, almeja triplicar o superávit comercial, através do aumento do valor exportado, diminuir a diferença nos preços dos produtos pesqueiros do início e fim da comercialização, enfraquecendo assim a influência dos atravessadores, e aumentar a renda dos produtores e pescadores.

No cunho social, extinguir o analfabetismo no setor e gerar meio milhão de empregos, diretos e indiretos. Além disso, modernizar toda a cadeia produtiva e ampliar o parque industrial do setor.

3. Ações implementadas pela SEAP/PR

3.1. Ações implementadas em 2003

O grupo executivo da SEAP/PR deliberou cinco linhas básicas sob as quais aconteceram as ações previstas para o primeiro ano da gestão. Estas ações, serviram de fundação para outras mais definitivas, que iniciaram no ano de 2004 e transcorreram até o final da gestão.

A primeira linha descrita pela direção, é referente à estruturação da Secretaria, tanto em nível Federal como Estadual, com fins de garantir funcionalidade às atividades a serem desenvolvidas pelo Órgão.

A segunda linha, preocupa-se com a regulamentação das atividades do setor, tendo como alvos principais as mudanças normativas, a desconcentração econômica, a transparência, o controle público, a melhoria nas condições de trabalho, o desenvolvimento aquícola (superando os entraves ao incremento da atividade) e a revisão das legislações de pesca e aquicultura.

A realização de parcerias com outras áreas do governo como meio de ativação de linhas de crédito e financiamentos, constitui o terceiro caminho sob o qual a SEAP/PR pretende atuar.

Gerar uma abertura nos fóruns e organismos multilaterais, regionais e bilaterais, aumentando e qualificando a participação do país nas relações diplomáticas, também se configura aspiração da Secretaria.

Por fim, a instituição almeja associar os poderes públicos e a sociedade, para que ambos caminhem juntos na concretização dos ideais do governo.

A SEAP/PR herdou um orçamento de apenas 15 milhões de reais, que correspondia à verba que o Departamento de Pesca/MA recebia para desempenhar suas atividades. A reduzida maleabilidade no orçamento foi o desafio inicial que a recém-criada Secretaria teve que enfrentar.

O caminho que o Ministro José Fritsch seguiu para solucionar esta questão foi fazer um remanejamento de recursos. Para tanto, foram movidos fundos da Marinha Mercante, do PRONAF (Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar), do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), além de outras instituições.

As ações realizadas pela SEAP/PR neste primeiro ano de funcionamento, assumiram o papel de alicerce para um futuro cenário de desenvolvimento do setor pesqueiro, que se desenrolará em bases substancialmente diversas das prevalecentes até a criação deste Órgão federal, importante não somente ao âmbito pesqueiro da nação, mas à economia e a sociedade como um todo.

Em seu primeiro ano, como se não bastasse a caótica situação econômica, financeira e institucional herdada, a SEAP/PR provou o amargo sabor malicioso da imprensa. Por ocasião da reforma Ministerial, algumas matérias e pequenas notas foram veiculadas por uma parte dos meios de comunicação, insinuando a extinção da Secretaria ou mesmo a saída do Ministro José Fritsch.

Não obstante, durante a 1ª Conferência Nacional de Aqüicultura e Pesca, o Presidente Lula posicionou-se a respeito dessas declarações, e proferiu discurso assegurando que a SEAP/PR continuará com o status de Ministério e tendo como titular, o Ministro José Fritsch durante os quatro anos de seu comando. O Presidente Lula afirmou ainda, que nunca entendeu como um país com as riquezas aquáticas que o Brasil possui, ainda não possuía um órgão federal específico, e que o Ministro José Fritsch é o homem ideal para o cargo, devido à personalidade determinada e perseverante que tem.

A resposta dos pescadores que se faziam presentes na Conferência Nacional para a imprensa, foi simples e vigorosa como eles assim o são: “de abandonados e sem rumo, temos hoje um endereço na Esplanada dos Ministérios” (ASSIMP-SEAP/PR, 2003).

3.1.2- Programas de crédito

Cinco programas de fornecimento de crédito foram criados em 2003: o PROFROTA Pesqueira, o Programa de Desenvolvimento da Aqüicultura e Pesca para as regiões Norte e Nordeste, o Programa Especial de Financiamento para a Pesca Artesanal, o Programa Especial de Financiamento para Pisciculturas de Assentamentos de Reforma Agrária e o PRONAF Pesca.

3.1.2.1 – PROFROTA PESQUEIRA

Este programa foi formulado com base na situação precária na qual se encontravam as embarcações pesqueiras nacionais. Das 150 embarcações que atuam entre 12 e 200 milhas náuticas da ZEE, apenas 40 são brasileiras. As demais são arrendadas de países estrangeiros, por meio de contratos que historicamente só trouxeram prejuízo econômico e social ao País. Além disso, existem as embarcações estrangeiras que agem na clandestinidade, praticando uma pesca ilegal nas águas brasileiras.

O PROFROTA Pesqueira, previsto para ser implantado em 2006, foi resultado de estudo de um Grupo de Trabalho Interministerial, instituído através de Decreto pelo Presidente da República e coordenado pela SEAP/PR. A proposta, subscrita pelos Ministros José Fritsch, Ciro Gomes e Marina Silva, sugeria a criação de uma Medida Provisória para se instituir o Programa.

Os recursos serão administrados pelo BNDES, BNB e BASA, que os distribuirão em duas modalidades. Uma delas, para a construção de uma frota de embarcações com condições de atuar na pesca oceânica, a fim de promover meios para a exploração substancial dos recursos; e a outra, para a modernização da pequena frota já existente, que age na região costeira e continental.

O PROFROTA Pesqueira, prevê o financiamento das embarcações em até 22 anos, com juros reduzidos e carência de 6 anos. Os Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste e o Fundo da Marinha Mercante disponibilizarão até 2006, 1,5 bilhão de reais ao Programa.

Segundo o Ministro José Fritsch, esta estruturação da frota pesqueira será feita pela construção naval nacional, uma vez que esta possui capacitação tecnológica suficiente para tanto.

3.1.2.2 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA AQUICULTURA E PESCA PARA AS REGIÕES NORTE E NORDESTE

O Programa de Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca do Norte e Nordeste foi fruto de uma parceria da SEAP/PR com o BNB e com o BASA, cada um em sua respectiva região de atuação.

A SEAP/PR dividiu os recursos em três linhas de crédito: o PESCART, o PROAQUA e o PROPESCA, que fornecerão subsídios, respectivamente, à pesca artesanal, à aqüicultura e à pesca industrial.

Na linha PESCART estão sendo beneficiados pescadores organizados em associações ou cooperativas e organizações como as que trabalham com resfriamento, beneficiamento ou comercialização de pescado e queiram ampliar, modernizar ou melhorar seu empreendimento. Poderão também ser financiados veículos para transporte da produção, reforma de embarcações, unidades de armazenamento, equipamentos e petrechos de pesca e itens de custeio.

A linha PROAQUA, poderá financiar itens como ampliação de barragens, aquisição de tanques-rede, construção de instalações para produção de alevinos, fábricas de ração, máquinas e equipamentos.

O PROPESCA é destinado a pessoas jurídicas, inclusive associações e cooperativas. Ele financiará a reforma e modernização de embarcações, aquisição de equipamentos e petrechos de pesca.

Os recursos disponibilizados pelo BNB são da ordem de 600 milhões de reais e provém do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, o FNE (SEAP/PR, 2003). Para a região Norte, o BASA disponibilizou em torno de 200 milhões de reais em proventos também destinados à pesca artesanal e industrial e à aqüicultura (SEAP/PR, 2003). Esses recursos serão empregados diretamente na construção de frigoríficos, unidades de beneficiamento, embarcações e em modernização.

A divulgação dessas linhas de financiamento está se dando por meio de cartilhas, no caso da pesca artesanal e aqüicultura, e folders no caso da pesca industrial (Figuras 5 a 11).



Figura 5 – Cartilha do Programa de desenvolvimento da Aqüicultura e Pesca no NE

Fonte: SEAP/PR (2004).



Figura 6 – Cartilha da linha de crédito Pescart-Norte.

Fonte:SEAP/PR (2004).

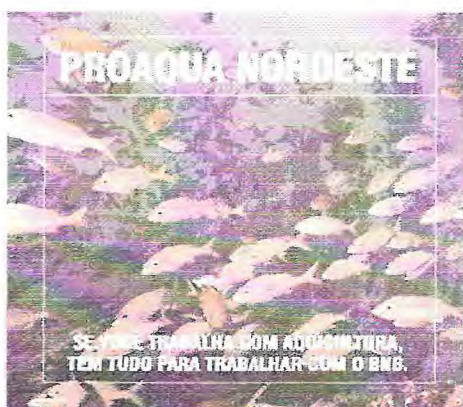


Figura 7 – Folder da linha de crédito

Proaqua Nordeste

Fonte: SEAP/PR (2004).



Figura 8 – Cartilha da linha de crédito

Proaqua Norte

Fonte: SEAP/PR (2004).

Na cartilha, estão expostos de forma clara e bem ilustrativa, os objetivos e finalidades do Programa, a quem se destina, o que é necessário para obtenção do crédito, além de informações sobre o seguro-desemprego, elaboração de projetos e capacitação.

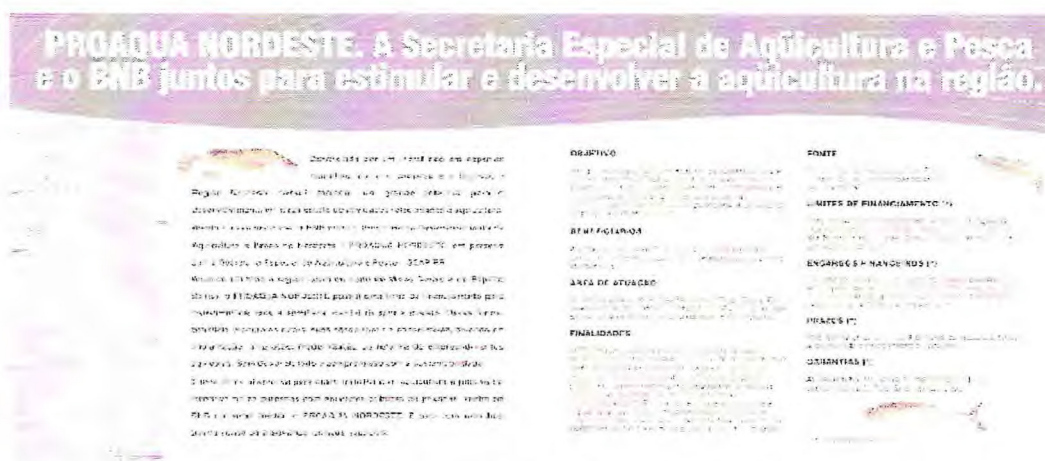


Figura 9 – Folder da linha de crédito Proaqua Nordeste

Fonte: SEAP/PR (2004).

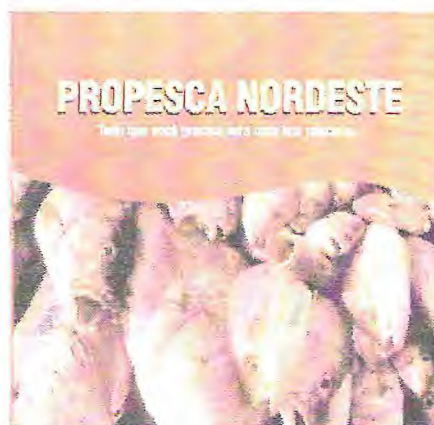


Figura 10 – Folder da linha de crédito Propesca Nordeste

Fonte: SEAP/PR (2004).



Figura 11 – Folder da linha de crédito Propesca Nordeste

Fonte: SEAP/PR (2004).

Assim, a SEAP/PR e seus colaboradores são responsáveis pela divulgação, fornecimento do crédito, estabelecendo as condições e garantias para tal, e monitoramento e aprimoramento dos Programas.

3.1.2.3 - PROGRAMA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO PARA A PESCA ARTESANAL

O Programa Especial de Financiamento para a Pesca Artesanal é uma parceria firmada com o Ministério do Trabalho e Emprego e o CODEFAT, que tem o objetivo de atender a um público específico, os pescadores artesanais.

Este Programa distribuiu seus recursos em duas linhas de crédito, uma destinada aos custos das pescarias e a outra destinada a pescadores que trabalham na pescaria de espécies sobreexplotadas.

O objetivo maior da primeira linha é acabar ou reduzir ao máximo, a dependência que os pescadores têm dos atravessadores e armadores. A SEAP/PR acredita que o cooperativismo ou associativismo, exigência maior

para obtenção do financiamento, é o meio de reverter esse atrelamento que há anos vem ocorrendo e prejudicando os pescadores, que trabalham e necessitam da pesca artesanal.

A segunda linha tem uma finalidade maior ainda. Seus recursos serão voltados àqueles pescadores artesanais que queiram mudar de atividade, transferindo seus esforços da pesca de uma espécie sobreexplorada, a exemplo do que ocorre com a lagosta no estado do Ceará, para a aquicultura. Os proventos do crédito devem ser empregados na instalação e implantação de unidades produtivas em sistemas individuais ou coletivos. O grande valor dessa linha de crédito, está no acréscimo substancial que ela pode provocar no meio econômico e social, tanto no setor pesqueiro como em todo o país, além da importante redução dos impactos no meio ambiente.

3.1.2.4 - PROGRAMA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO PARA PISCICULTURAS DE ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA

Também em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego e o CODEFAT, o Programa Especial de Financiamento para Pisciculturas de Assentamentos de Reforma Agrária foi formulado com fins tanto de incrementar desenvolvimento ao setor pesqueiro como fortalecer o Plano Nacional de Reforma Agrária.

O Presidente Lula quer viabilizar, através da SEAP/PR, a implantação de pisciculturas, fábricas de rações e processamento do pescado nos assentamentos para ocupar a mão-de-obra, gerando emprego, renda e alimentação aos assentados.

3.1.2.5 - PRONAF PESCA

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi criado em 1996 no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, com o objetivo de subsidiar o desenvolvimento da agricultura familiar a fim de aumentar renda e a produção, bem como garantir alimentação e inclusão social. Entretanto, até 2002, não havia no Programa cifra específica para os trabalhadores do setor pesqueiro.

No ano de 2003, a SEAP/PR promoveu a criação de uma facção do PRONAF, o PRONAF PESCA, após trabalhar pela inclusão dos pescadores

artesanais e pequenos agricultores no Programa. Já no primeiro ano de Governo do Presidente Lula, o PRONAF Pesca recebeu 55 milhões de reais para beneficiar estas categorias de trabalhadores.

O PRONAF Pesca tem objetivo similar aos demais programas de crédito da SEAP/PR, ou seja, desenvolver a aqüicultura e pesca, na produção, beneficiamento e comercialização, aumentando a capacidade produtiva, a geração de empregos e a renda, bem como cooperando para a formação de cooperativas e associações.

As exigências para concessão do benefício não são muitas. Basta que o trabalhador atue na Pesca Artesanal com fins comerciais, explorando a atividade como autônomo, com meios de produção próprios ou regime de parceria com outros pescadores artesanais, ou que explore áreas menores que 2 hectares de lâmina d'água ou 500 m³ de água.

O Banco do Brasil e Bancos Estaduais, como o BNB e o BASA, são os meios de acesso ao programa. Assim como aconteceu com outros programas da SEAP/PR, para a divulgação do PRONAF Pesca, foram elaboradas cartilhas explicativas, que foram distribuídas pelas Delegacias Federais de Agricultura nos estados, colônias e associações de pescadores e aqüicultores.

Em dezembro de 2003, no estado do Paraná, a SEAP/PR, representada pelo até então Secretário-Adjunto, Romeu Porto Daros, entregou o benefício aos pescadores cadastrados com o repasse simbólico dos primeiros cartões personalizados do Programa. Segundo dados estatísticos da própria Secretaria, só em 2003, o Programa beneficiou 251 pescadores com um total de 376 mil reais empregados.

3.1.3 - INFRA-ESTRUTURA

O terminal pesqueiro público (TPP) é uma estrutura física construída e aparelhada para atender às necessidades das atividades de movimentação e armazenagem de pescado, e de mercadorias relacionadas à pesca. Os TPP's contam ainda com os entrepostos de comercialização de pescado, que são unidades de processamento de pescado e de apoio à navegação de embarcações pesqueiras.

O Brasil tem hoje cerca de 60 TPP's registrados. A maioria está sob responsabilidade da CONAB e do IBAMA. A SEAP/PR tem o compromisso de

construir, reformar ou reestruturar 12 terminais e entrepostos nos próximos anos.

Em 2003, a SEAP/PR adquiriu, através do Protocolo de Intenções de nº 001/2003, celebrado com a CONAB, o comando de oito TPP's do país: Recife-PE, Vitória-ES, Paranaguá-PR, Natal-RN, Ilhéus-BA, Angra dos reis-RJ, Santos-SP e Cananéia-SP, sendo que os dois últimos, já celebraram os Termos de Cessão de Uso. Além desses oito terminais herdados, complementando o número de doze terminais, estão os das cidades do Rio de Janeiro-RJ, Cabedelo-PB, Belém-PA e Laguna-SC.

Como primeira medida acerca do assunto, a SEAP/PR encaminhou à COFIEX da Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento e Orçamento, uma carta-consulta, com fins de conseguir financiamento junto ao BIRD para instalação de terminais pesqueiros nestas quatro cidades. O objetivo da Secretaria ao implantar estes terminais é conferir à frota pesqueira nacional, uma infra-estrutura de apoio mais moderna e capaz de atender às necessidades das embarcações.

Na atividade aquícola, a SEAP/PR assumiu a responsabilidade pela coordenação de duas grandes estações de piscicultura no país, localizadas em Santa Catarina nas cidades de Lages e Chapecó, em Santa Catarina.

Em 2003, a SEAP/PR também adotou medidas com relação aos processos de arrendamento de embarcações estrangeiras. Os contratos de arrendamento de embarcações estrangeiras para atuar na pesca oceânica brasileira sempre foram um problema. As regras que regiam os processos ou não eram cumpridas da forma como deveriam, ou não privilegiavam a nação brasileira. O Ministro José Fritsch tomou nesse primeiro ano, algumas providências na tentativa de abrandar essa conjuntura. Os contratos de arrendamento ainda estão sendo realizados em 2004, porém, ele suspendeu por 120 dias qualquer processo de arrendamento, uma medida que evidentemente não resolveu o problema, mas que concedeu aos técnicos da SEAP/PR, tempo para revisar, avaliar e elaborar um plano de ação com fins de encontrar uma solução definitiva para a questão. Seis meses depois, o Decreto nº 4.810 de 19 de agosto de 2003 foi instituído e trata das novas Normas Para Operação de Embarcações Pesqueiras nas Zonas Brasileiras de Pesca, Alto Mar e por meio de Acordos Internacionais. Em seguida, a Instrução Normativa

SEAP nº 4, de 8 de outubro de 2003, onde estão dispostos os procedimentos para obtenção do Arrendamento de Embarcação Estrangeira de Pesca, foi formulada.

Essas medidas consistem nos primeiros passos efetivos para a solução dos problemas da exploração pesqueira no país, e serviram de base para a próxima atitude do Governo, o lançamento do Edital de Convocação de Autorização de Pedidos para Arrendamento de Embarcações Estrangeiras de Pesca, conforme determina o decreto nº 4.810. Este Edital definiu as empresas ou cooperativas brasileiras de pesca como sendo os candidatos à autorização, além das áreas de operação, que são: águas jurisdicionais brasileiras em alto mar e águas sobre a jurisdição da CCAMLR.

Este Edital sofreu uma pequena alteração no conteúdo de sua primeira apresentação, e agora delinea a descrição das artes-de-pesca e dos recursos que cada uma deve explorar da seguinte forma: 15 embarcações de espinhel pelágico de superfície, com comprimento total até 35 metros, para atuar especificamente na pesca do espadarte (*Xiphias gladius*), do grupo de espécies de atuns e afins, com a utilização de espinhel pelágico de superfície; 23 embarcações de espinhel pelágico de superfície, com comprimento total de até 35 metros, para atuar na pesca do grupo de espécies de atuns e afins, preferencialmente albacora branca e bandolim, com tolerância de, no máximo, 15% de espadarte (*Xiphias gladius*) por viagem; e 4 embarcações de espinhel pelágico de superfície, com comprimento total de até 48 metros, para operar na pesca de atuns e afins, preferencialmente albacora branca e bandolim, equipadas com ultracongeladores que operem a baixa temperatura (< -55°C) e realizem beneficiamento a bordo.

Além do Edital de Convocação nº 1, mais sete editais foram lançados, devido ao reduzido número de pedidos aprovados em cada caso por falta da documentação exigida.

Um dos maiores problemas da pesca artesanal é a conservação do pescado. Existe uma dependência muito grande do pescador em relação a quem compra o seu produto. Se o mercado indica preços baixos, o pescador não consegue vender sua mercadoria, e apesar do gasto com gelo, ela acaba se deteriorando. Na tentativa de resolver este problema, a SEAP/PR investirá

um montante próximo a 4 milhões de reais na construção de 33 fábricas de gelo em todo o País.

3.1.4- LEGISLAÇÃO

Uma das principais atribuições do GTI, criado pelo Presidente Lula, foi proceder uma ampla revisão em toda a legislação pesqueira e aquícola vigente, para adequá-la à proposta do Governo de desenvolver as atividades aquícola e pesqueira. Com este intuito, e para regularizar legalmente a SEAP/PR, em 2003 foram formuladas algumas leis, decretos, portarias e instruções normativas, a seguir:

- Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 – Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.
- Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003 – Dispõe sobre a concessão do benefício do seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal.
- Decreto nº 4.670, de 10 de abril de 2003 – Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca, órgão integrante da Presidência da República, e dá outras providências
- Decreto nº 4.673, de 16 de abril de 2003 – Dispõe sobre a execução de atividades de administração de pessoal, material de patrimônio, serviços gerais de orçamento e finanças, relativas à manutenção dos órgãos que menciona e dá outras providências.
- Decreto nº 4.810 de 19 de agosto de 2003 - Estabelece Normas Para Operação de Embarcações Pesqueiras nas Zonas Brasileiras de Pesca, Alto Mar e por meio de Acordos Internacionais, e dá outras providências
- Decreto nº 4.895, de 25 de novembro de 2003 - Dispõe sobre a Autorização de Uso de Espaços Físicos de Corpos d'água de Domínio da União para fins de Aqüicultura, e dá outras providências.

- Instrução Normativa SEAP nº 4, de 8 de outubro de 2003 – Dispõe sobre os procedimentos para obtenção do Arrendamento de Embarcação Estrangeira de Pesca.
- Instrução Normativa SEAP nº 5, de 23 de outubro de 2003 – Altera o Formulário do Mapa de Bordo, constante no Anexo I, da Instrução Normativa MAPA nº 04, de 9 de fevereiro de 1999.
- Instrução Normativa Interministerial nº08, de 26 de novembro de 2003 – Estabelece diretrizes para implantação dos parques e áreas aquícolas de que trata o art. 20 do Decreto nº 2.869, de 9 de dezembro de 1998 (revogado pelo Decreto nº 4.895, de 25 de novembro de 2003) .
- Portaria SEAP nº 178, de 28 de agosto de 2003 - Aprova o Regimento Interno da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República.

O Ministro José Fritsch, ainda no final de 2003, entregou a Carlos Lessa, Presidente do BNDES, a proposta de MP que trata da criação de duas modalidades de financiamento. Uma para a formação de uma frota pesqueira oceânica, e a outra para a modernização da frota de embarcações costeiras e continentais. Essas duas modalidades são braços do Programa PROFROTA Pesqueira. A MP foi a base para a formulação da Lei nº 10.849, que foi posteriormente instituída no dia 23 de março de 2004.

3.1.5 - PROGRAMAS INTEGRADOS

Em setembro de 2003, a SEAP/PR firmou convênio com o MCT para promover a realização de pesquisas em aqüicultura e pesca. O sucesso desta união foi tão grande, que no mesmo ano em que o acordo foi firmado, o MCT já forneceu um montante de dois milhões de reais, fato que levou um grande número de projetos a serem enviados para análise. O resultado saiu em dezembro, e dos 90 projetos submetidos, 22 foram aprovados e receberão verbas para a realização de pesquisas na área da aqüicultura. Foram contempladas propostas de várias universidades e instituições de pesquisa de 11 estados: São Paulo, Espírito Santo, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Amazonas, Ceará, Rondônia, Bahia e

Paraná. Será disponibilizado um milhão de reais para as pesquisas, encaixadas nos seguintes temas: projetos especiais, tecnologia de cultivo e obtenção de formas jovens.

Parcerias também foram consolidadas com órgãos como a Marinha do Brasil, IBAMA, Petrobrás, e os Ministérios do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, Público Federal e Turismo, dentre outras instituições, com a finalidade de desenvolver um “Plano Nacional para Recifes Artificiais Marinhos”. Este Plano deve ser concretizado através de projetos-piloto e como medida colaboradora, foi promovido o “I Seminário Internacional sobre Recifes Artificiais”.

Em 2003, a SEAP/PR também tomou providências para pôr em prática o projeto de capacitar a tripulação da frota pesqueira industrial. O objetivo foi de oferecer cursos para a formação de Patrões de Pesca de Alto Mar e de Pescadores Profissionais especializados, sendo esperado para 2006, a capacitação de 100 e 300 profissionais, respectivamente.

Também em conjunto com outras instituições como o IBAMA e o DNOCS, a Secretaria está implantando o Sistema Integrado de Informações em Aqüicultura e Pesca, com a execução de dois projetos principais. O primeiro referente a um censo estrutural da pesca artesanal marinha nas regiões Sul e Sudeste, e o segundo, concernente a um censo estrutural em águas continentais, nos estados do Amapá, Ceará, Bahia, Maranhão, Rio Grande do Norte, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Encontros regionais para treinamento de coordenadores estaduais dos projetos já estão acontecendo e o Ministro José Fritsch espera que até o final deste ano, todo o sistema já esteja estruturado e definido.

Por fim, um dos programas mais respeitáveis da SEAP/PR: o Programa Semi-árido. Este programa, composto por representantes de Ministérios, Governos Estaduais, ONG's, Agências de Cooperação e Órgãos de Fomento, e coordenado por um grupo interinstitucional, visa dar condições de viabilização a projetos existentes em toda região do semi-árido, bem como atender a projetos integrados e de demanda induzida que contribuam para a produção familiar e cooperativista, dentro do conceito de sustentabilidade.

3.1.6- PROGRAMAS SOCIAIS

Com o intuito arranjar o ordenamento pesqueiro, a SEAP/PR elaborou um projeto de aprimoramento de um programa já existente no País, o Seguro-desemprego para o Pescador Artesanal. Para tanto, instituiu a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, que neste mesmo ano, foi aprovada pela Câmara dos Deputados e está atualmente, tramitando no Senado Federal. A nova lei trouxe mudanças como o tempo necessário de registro para se obter o benefício e a responsabilidade de elaborar a declaração de Exercício na Atividade.

Outra importante ação foi a criação do Programa Merenda Escolar, um programa da SEAP/PR, que se relaciona diretamente com o Programa Fome Zero do Presidente Lula. Através de um projeto-piloto, o Programa pretende inserir pescado na merenda escolar, contribuindo assim, para a redução da desnutrição do País. Os primeiros resultados já foram alcançados no final de 2003, na Bahia e Piauí.

O Presidente Lula, através da SEAP/PR, deu o primeiro passo para concretizar o intento de erradicar o analfabetismo no setor pesqueiro, com a criação do Projeto Pescando Letras. Em novembro de 2003, aconteceu a aula inaugural do Projeto no estado do Pará. A estimativa é alfabetizar 65.000 pescadores em 2004.

3.1.7- RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Durante o ano de 2003, as relações internacionais da SEAP/PR foram intensas. O Ministro José Fritsch entende como sendo de fundamental importância, que o Brasil estreite os laços com nações que prestam grande contribuição ao setor pesqueiro mundial.

Para tanto, os componentes da SEAP/PR se articularam a fim de garantir a participação da Secretaria nos grandes eventos internacionais, bem como para promover encontros com representantes do setor pesqueiro de outros países.

Nos meses de fevereiro e março de 2004, o Ministro José Fritsch participou da "4ª Reunião do Comitê Executivo" e da "5ª Reunião Ordinária da Assembléia Geral", do INFOPESCA, sendo inclusive, nessa ocasião, eleito Presidente do INFOPESCA. Conseqüentemente, coordenou e participou

durante todo o resto do ano, de reuniões nas quais eram discutidos temas de interesse do setor pesqueiro que eram dos países que compõem o INFOPECA.

Em agosto, o Ministro foi ao Peru para conhecer o complexo pesqueiro de Porto do Callao e o Instituto Tecnológico Pesqueiro. Ele acredita que o Peru pode ser um colaborador no projeto brasileiro de exploração da anchoíta, uma espécie da mesma família da anchoveta, o peixe mais explorado pelo Peru.

O Ministro José Fritsch participou do “World Fishing Exhibition” (Feira Mundial da Pesca), que aconteceu no mês de setembro na cidade de Vigo, Espanha. O Brasil foi representado por uma delegação que tinha, além do Ministro, os governadores Roberto Requião (Paraná) e Cássio Cunha Lima (Paraíba), e mais treze empresários e dirigentes de entidades relacionadas ao setor pesqueiro.

No evento, o Ministro de Agricultura e Pesca da Espanha, Miguel Arias Cañete, ofereceu a José Fritsch apoio financeiro e tecnológico, para os projetos de O Ministro também participou da Conferência Internacional de Ministros de Pesca, onde discursou defendendo a posição brasileira por um sistema de comércio internacional justo e equilibrado, evidenciando a postura de colaboração do País.

Complementando a visita à Espanha, o Ministro José Fritsch foi conhecer a Escola de Formação Náutico Pesqueira do Atlântico e o Instituto de Formação de Aqüicultura, com o intuito de estabelecer uma parceria entre os dois países, a fim de que pescadores e aqüicultores brasileiros possam realizar treinamentos oferecidos por estas instituições.

Em Portugal, José Fritsch fez uma visita à Escola de Pesca para Pescadores Artesanais de Vila do Conde. Na ocasião o Ministro reconheceu a importância da Instituição, afirmando inclusive que a SEAP/PR tem interesse em estabelecer uma parceria para contar com a experiência portuguesa e implantar um órgão semelhante no Brasil.

Na Itália, o Brasil, representado pela SEAP/PR, participou da Reunião do COFI, que é o principal fórum de pesca da FAO. Nesta reunião a SEAP/PR discutiu assuntos como: o Código de Conduta para a Pesca Responsável, aqüicultura, subsídios e comercialização pesqueira, entre outros.

A SEAP/PR foi ainda a El Salvador para participar da 9ª Reunião da COPESCAL, que é a maior reunião sobre pesca continental da América Latina. Este evento foi especialmente importante por ter ressaltado a importância da criação da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca.

A SEAP/PR também celebrou memorandos de entendimento com Cuba, Angola, São Tomé e Príncipe, Rússia e Coréia do Sul.

A SEAP/PR aproveitou a presença do casal real da Noruega e de outros representantes no Brasil, para promover o intercâmbio entre os dois países também no setor pesqueiro. Os Ministros da Pesca José Fritsch (Brasil), e Svein Ludvigsen (Noruega), se reuniram em Brasília para discutir projetos e potencialidades do setor pesqueiro de ambas as nações. A SEAP/PR acredita que a Noruega é um modelo a ser seguido no processo de reativação das indústrias naval e pesqueira do Brasil, devido à experiência marítima que a Noruega adquiriu e vem adquirindo ao longo dos anos.

A SEAP/PR realizou ainda no seu primeiro ano de funcionamento, uma Assistência Preparatória para o estabelecimento de pesquisas, criando um banco de dados e um sistema de informações, com a finalidade de servirem de base à obtenção de recursos para a realização de projetos. Essa Assistência Preparatória foi apresentada ao PNUD, como meio de fortalecimento institucional da SEAP/PR.

3.1.8 - EVENTOS

A SEAP/PR realizou durante todo o ano de 2003 diversos seminários, com o objetivo de agenciar a discussão entre os participantes das atividades pesqueira e aqüícola, agenciando a integração e a interação, na medida em que contribui com a difusão de informações e idéias.

Os principais seminários foram: "I Seminário Internacional sobre Recifes Artificiais Marinhos" (Figura 12), Rio de Janeiro; "Seminário sobre Rações para Peixes", Curitiba; "I Seminário Internacional de Aqüicultura e Pesca", Rio de Janeiro; "Seminário para Elaboração das Diretrizes de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira Nacional, Brasília; e o "II Seminário Estadual de Maricultura", Rio de Janeiro.



Figura 12 – Folder do I Seminário Internacional sobre Recifes Artificiais Marinhos.

Fonte: SEAP/PR (2003).

Entre os meses de julho e novembro de 2003, ocorreram em todos os estados da federação, as Conferências Estaduais de Aqüicultura e Pesca. Nestes eventos foram eleitos os delegados e delegadas estaduais e foram feitas sugestões, proposições e emendas ao Plano de Desenvolvimento Sustentável de Aqüicultura e Pesca pelos participantes de cada estado.

O evento de maior importância ocorrido em 2003, foi a “1ª Conferência Nacional de Aqüicultura e Pesca” (Figura 13), realizada dias 25, 26 e 27 de novembro em Luziânia – Goiás. Os objetivos da Conferência foram: a aprovação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura e Pesca e a apresentação da proposta de composição do CONAPE. Dela participaram representantes dos pescadores, piscicultores, empresários, organizações não governamentais e governamentais, para quem o Presidente Lula discursou.



Figura 13 – Ministro José Fritsch durante a I Conferência Nacional de Aqüicultura e Pesca

Fonte: SEAP/PR (2003).

O Presidente ressaltou, usando uma linguagem simples e clara, que o mais importante do evento era que as pessoas ali presentes, conseguissem submergir em uma lição de vida. Que absorvessem não só as discussões técnicas e legais da aqüicultura e pesca, mas principalmente, que conhecessem o valor dos seres humanos envolvidos no setor pesqueiro,

especialmente aqueles que representam a mais desarmada parcela, os pescadores. Nesse acontecimento, o Presidente Lula solicitou ao Ministro José Fritsch a criação de um telefone na SEAP/PR, através do qual a população possa ter uma linha direta com o governo.

O balanço final da “I Conferência Nacional de Aqüicultura e Pesca” foi muito positivo. Os objetivos foram alcançados, sendo o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Aqüicultura e Pesca, o primeiro da história do setor, aprovado durante a plenária final da Conferência após debates bem acirrados.

Para divulgar e estimular o consumo de pescado, a SEAP/PR promoveu a Semana do Peixe. O peixe ainda é um alimento caro e pouco presente na mesa do brasileiro. Na tentativa de transformar essa realidade, a SEAP/PR, em parceria com a Abras, realizou no mês de outubro, a primeira edição do evento.

O intento era aumentar o consumo e divulgar os benefícios do alimento, e para tanto, o pescado foi vendido durante uma semana, a preço de custo em todas as redes supermercadistas, com descontos que variaram de 10% a 30%. Realizada em Belém, a “I Semana do Peixe” (Figura 14), foi anunciada pelo então Secretário-Adjunto da SEAP/PR, Romeu Porto Daros, durante o lançamento da Campanha Nacional para Estimular o Consumo de Peixe no País, e contou com a participação de empresários de supermercados e do setor pesqueiro. Para que a campanha não funcionasse apenas na semana do evento, o Governo Federal prometeu investir na cadeia produtiva, lançando uma série de linhas de crédito, com juros subsidiados, para que as indústrias pesqueiras possam beneficiar seus produtos e disputar com mais competitividade no mercado exterior.



Figura 14 – Ministro José Fritsch abre a I Semana do Peixe

Fonte: SEAP/PR (2003).

A criação da SEAP/PR se deu no mesmo ano em que a reunião da WAS, importante organização que contribui com o desenvolvimento aqüícola mundial, aconteceu no Brasil.

A SEAP/PR participou ativamente do evento e apresentou à sociedade aqüícola mundial, a política do Órgão para a aqüicultura no Brasil. O Brasil, através da SEAP/PR, também participou de mais dois importantes eventos no ano de 2003: a EXPOABRAS, o maior encontro supermercadista da América Latina e o SIAL, a maior feira da indústria de alimentos e bebidas.

3.1.9 - OUTRAS AÇÕES

Para tentar reverter a atual situação dos sistemas oficiais de ATER, a SEAP/PR adotou o compromisso de recuperar o Sistema Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Para tanto vem se empenhando em trabalhos com o MDA, o IBAMA, as Universidades e as agregações sociais, tendo inclusive encaminhado um documento a SAF/MDA com o objetivo de garantir a presença da extensão pesqueira dentro dos sistemas ATER.

Outra ação da SEAP/PR foi a elaboração de um Projeto de Marcas para os peixes do País. Este Projeto consiste em resguardar marcas e nomes já estabelecidos como pirarucu, surubim, tambaqui, entre outros, patenteando-os.

Em 2003, a SEAP/PR participou do Grupo de Trabalho Interministerial, encarregado de formular propostas para viabilizar o Plano Nacional para o Desenvolvimento do Cooperativismo, que serviu de apoio para a criação do Programa de Incentivo ao Corporativismo Aqüícola e Pesqueiro.

Buscando melhorar as condições dos trabalhadores do campo pesqueiro, a SEAP/PR reivindicou junto ao Plenário do Senado a aprovação do Projeto de Lei que constitui novas regras para o Seguro Desemprego ofertado aos pescadores artesanais durante o período de defeso.

A principal mudança trazida pela nova Lei, foi a redução do tempo de atividade necessário para que o pescador tenha direito ao benefício de três para um ano. Além disso, a SEAP/PR manteve, durante todo o ano, discussão com o Ministério da Previdência Social na tentativa de enquadrar os labutadores do setor nos benefícios previdenciários.

Em parceria com a PETROBRAS e entidades representativas do setor pesqueiro, a SEAP/PR desenvolveu, durante todo o ano, esforços no sentido

de equalizar o preço do óleo diesel nos mercados nacional e internacional. O óleo diesel entra nos custos de uma embarcação pesqueira representando 70% destes, e em dezembro de 2003, os preços dos mercados nacional e internacional eram, respectivamente, R\$ 1,35 e R\$ 0,65 real (ASSIMP-SEAP/PR, 2003). No final de 2003 foi sugerida uma alteração no Decreto que regulamenta a Lei 9.445 de 14 de março de 1997 que dispõe sobre a igualdade dos preços.

3.2 - Ações implementadas em 2004

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2004, aprovada pelo Congresso Nacional, fortaleceu o setor pesqueiro, conferindo flexibilidade orçamentária, vantagem não existente no ano passado.

Para o ano de 2004, a SEAP/PR recebeu um orçamento de 75 milhões de reais, cinco vezes maior que o recebido no ano anterior. Tal fato se deu, pela ação ativa da SEAP/PR e dos Deputados e Senadores da Frente Parlamentar em Defesa da Aqüicultura e Pesca. Além disso, foram firmadas diversas parcerias nesses dois anos de governo, ratificando pleno funcionamento, o valor e a necessidade da SEAP/PR.

A Reunião de Planejamento da SEAP/PR para o ano de 2004 ocorreu em Brasília, no final do ano de 2003, e contou com a presença de todos os diretores e coordenadores do Órgão. Na ocasião, foi feita uma análise acerca do primeiro ano de gestão, e deliberadas as diretrizes para o segundo ano. Foram estabelecidas a agenda de atividades e a aplicação do orçamento para 2004, ambas baseadas no Plano Estratégico para Desenvolvimento da Aqüicultura e Pesca, e com o cuidado de atender as diversas necessidades do setor.

3.2.1- ESTRUTURAÇÃO

Em 2004, a SEAP/PR sofreu importantes mudanças no tocante a sua estruturação. No mês de maio, o ex-Diretor de Desenvolvimento da Pesca, Manoel Jesus da Conceição, assumiu a direção da Subsecretaria de Desenvolvimento da Aqüicultura e Pesca, que antes era ocupada por Célio Antônio. O novo Subsecretário afirmou que dará continuidade ao que foi desenvolvido até o momento pela Subsecretaria, valorizando os projetos já em

andamento e colocando em prática novas ações construídas com base no Plano Estratégico da SEAP/PR. O Subsecretario Manoel da Conceição irá desenvolver ações que fortaleçam a pesca industrial, que promovam o fechamento da cadeia produtiva do pescado, com destaque para a industrialização e a comercialização de pescados, e desenvolver os projetos de criação de pescados em grandes lagos de reservatórios.

Em junho, a SEAP/PR sofreu uma mudança de comando. O Secretário-Adjunto Romeu Porto Daros foi substituído pelo Chefe do Gabinete do Ministro, Cezer Cerutti. Sonia Hypolito, Assessora de Relações Políticas, assumiu o cargo de Chefe de Gabinete do Ministro. A solenidade de posse aconteceu no gabinete do Ministro José Fritsch, onde Romeu Porto Daros expôs a satisfação de ter estado por um período de um ano e meio na SEAP/PR (Figura 15). O Ministro José Fritsch viu a mudança na estruturação como uma forma de firmar ainda mais a SEAP/PR.



Figura 15 – Cerimônia de posse do novo Secretário-Adjunto.

Fonte: ASSIMP-SEAP/PR (2004).

Outra mudança ocorreu na Subsecretaria de Planejamento da Aqüicultura e Pesca. A vaga de Subsecretário foi ocupada até julho de 2004, pelo Engenheiro Agrônomo Gerson Luiz Mendes Teixeira. O substituto de Gerson Teixeira foi o Engenheiro Agrônomo, David Lourenço, que antes comandava a Gerência Regional Centro-Oeste da SEAP/PR. O novo Subsecretário, David Lourenço, assumiu o compromisso de desenvolver as ações da Subsecretaria nos padrões em que a SEAP/PR vem atuando, priorizando o atendimento dos mais necessitados.

3.2.2 - PROGRAMAS DE CRÉDITO

A ausência de políticas de desenvolvimento da pesca ocorrida no passado, foi responsável pela desestruturação da atividade pesqueira como um todo. A falta de acesso ao crédito pode ser facilmente citada como sendo um dos fatores preponderantes no desenrolar dessa situação. Hoje, com uma realidade um pouco diferente, o setor pesqueiro acredita no sucesso da atividade. Os programas de crédito criados em 2003 foram mantidos e incrementados, além do que, novos programas foram formulados.

Até o ano de 2006, o Governo estima que todos os programas de crédito criados, já implantados e/ou os que vierem a ser, disponibilizarão cerca de R\$ 2,5 bilhões para o setor, fato que a política pesqueira nacional jamais tinha vivenciado (ASSIMP-SEAP/PR, 2004).

3.2.2.1 – PROFROTA PESQUEIRA

Em 2003, o PROFROTA Pesqueira foi criado e apresentado à comunidade pesqueira e aquícola. No ano de 2004, mais uma fase do trâmite necessário para sua implantação definitiva foi ultrapassada. A Medida Provisória 140, que já passou a ser Lei e trata da proposta do PROFROTA, foi aprovada pelo Plenário do Senado após ter sofrido algumas pequenas alterações.

O Programa financiará 130 embarcações oceânicas e custeará mais 76 para a prática da pesca costeira, devendo chegar a um total de pelo menos 240 barcos convertidos para pesca de espécies pouco exploradas. O Programa deve disponibilizar 1,5 bilhão de reais até o final de 2007, sendo 300 milhões por ano, dos quais 140 milhões provêm do Fundo da Marinha Mercante, 40 milhões do Fundo do Norte e 120 milhões do Fundo do Nordeste (ASSIMP-SEAP/PR, 2003).

A primeira embarcação construída no Brasil, a ser utilizada na pesca oceânica, foi o primeiro resultado concreto do PROFROTA Pesqueira. No dia 12 de novembro de 2004, ela foi lançada ao Oceano Atlântico, no estaleiro TWB Mariner, em Navegantes, Santa Catarina. A operação, denominada batimento de quilha, é um marco para o novo momento vivido pela pesca no País. A armadora Rio Pesca é a proprietária da embarcação, que poderá carregar até 150 toneladas e ficar 30 dias no mar.

Na ZEE brasileira operam hoje, pouco mais de 80 barcos e a maioria consiste em embarcações estrangeiras, arrendadas por empresas brasileiras. Com a melhoria da frota nacional e da infra-estrutura portuária e com investimento do setor privado neste tipo de pesca, a SEAP/PR espera que o Brasil consiga atingir a meta de aumentar o seu volume de captura dos atuais 51.000 para 72.000 toneladas em 2006 (ASSIMP-SEAP/PR, 2004).

3.2.2.2 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA AQUICULTURA E PESCA PARA AS REGIÕES NORTE E NORDESTE

Para o ano de 2004, o Diretor de Assuntos Estratégicos do Banco da Amazônia (BASA), João Batista Bastos, apregoou a destinação de 88 milhões de reais para o desenvolvimento da aquicultura e da pesca na região Norte do País. O Fundo Constitucional do Norte que disponibiliza os recursos ao BASA, tem garantido no mínimo, 200 milhões para o período do Governo petista (ASSIMP-SEAP/PR, 2003). A Diretoria do BASA informou que 88 milhões de reais não é um montante definitivo, e que ainda neste ano, mais recursos poderão ser incrementados a esta linha de crédito caso a demanda seja volumosa a ponto de exceder a esse valor.

Para o Nordeste, a aplicação no ano de 2004 é de 300 milhões de reais, sendo a maior linha de crédito já disponibilizada para o setor desde a criação do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE). O governo espera que 600 milhões de reais sejam aplicados na região através desta linha de financiamento até o final da gestão (ASSIMP-SEAP/PR, 2003).

3.2.2.3 - PROGER

O Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER) para pescadores encontra-se no final deste ano de 2004 em fase de finalização. Segundo Gerson Teixeira, Subsecretário de Planejamento de Aquicultura e Pesca da SEAP/PR, as últimas definições do PROGER pescador e do PROGER aquicultor estão sendo fechadas com o Ministério do Trabalho e Emprego, Banco do Brasil e o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), órgãos parceiros na formulação do projeto. A previsão é que entre março e abril de 2005, estes programas comecem a ser implantados (ASSIMP-SEAP/PR, 2004).

3.2.2.4 - PRONAF PESCA

O PRONAF PESCA tem disponível 55 milhões de reais para beneficiar aqueles que direcionam suas atividades para a aquicultura e pesca familiar nos próximos anos da gestão do Presidente Lula. Em 2003, este Programa empregou 376 mil reais em apoio a essas categorias de trabalhadores (ASSIMP-SEAP/PR, 2004).

Um dos resultados gerados pela aplicação desses recursos foi concretizado em 2004. Na cidade de Formiga, localizada nos arredores do lago da hidrelétrica de Furnas, o Ministro da SEAP/PR fez a entrega de 51 barcos e motores para pequenos pescadores, que agora poderão contribuir de forma mais incisiva com o desenvolvimento do setor pesqueiro e do País como um todo.

3.2.2.5 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA AQUICULTURA E PESCA PARA A REGIÃO CENTRO-OESTE

No ano de 2004, a SEAP/PR criou uma linha de crédito para a pesca e a aquicultura na região Centro-Oeste. O Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (CONDEL/FCO) aprovou em junho deste ano, a criação das linhas PROAQUA, voltada para a aquicultura, e PES CART, voltada para a pesca artesanal. A meta, é que essas linhas atendam a 11 mil pescadores e 2,3 mil aquicultores da região (ASSIMP-SEAP/PR, 2004) através do Banco do Brasil, o agente financeiro do Programa. O intuito da SEAP/PR é aproveitar o potencial que a região possui para a aquicultura devido a imensa quantidade de lagos de reservatórios e barragens.

A política de crédito é condição fundamental para a revolução azul que a SEAP/PR vem preparando, de forma que, a extensão desses Programas às demais regiões do país, se faz cada vez mais indispensável. Expectativas e planos também existem acerca de concretizar a criação de programas que possam favorecer ao aumento da produção de peixes nativos do Pantanal, como o pintado e o pacu, que estão sendo divulgados nos mercados internacionais e tiveram sua procura aumentada nos últimos meses.

3.2.3 - INFRA-ESTRUTURA

A SEAP/PR disponibilizou em 2004, 22 milhões de reais para investimentos em infra-estrutura (ASSIMP-SEAP/PR). Diversas reuniões com empresários da atividade pesqueira foram realizadas para se discutir como esse recurso seria aplicado, com fins de se cumprir a meta de melhor explorar a ZEE brasileira. Uma das medidas apontadas como preponderantes para se chegar a esse objetivo, está relacionada aos terminais pesqueiros.

A SEAP/PR já possui uma política de construção e revitalização dos principais terminais pesqueiros do País, e a meta seria construir, reformar, e reestruturar 12 terminais e entrepostos nos próximos anos, e em 2004, eles foram sem dúvida, um dos focos principais da SEAP/PR acerca de infra-estrutura.

Em 2003, a SEAP/PR encaminhou a COFIEX, que é ligada à Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento e Orçamento, uma carta-consulta com fins de obter recursos junto ao BIRD e, em março de 2004, a primeira etapa das discussões foi vencida.

A proposta da SEAP/PR é buscar um financiamento externo de cerca de 85 milhões de dólares para a construção e/ou estruturação dos terminais. Segundo o Subsecretário de Ações Estratégicas e Estruturantes da SEAP/PR, Gerson Teixeira, a proposta gerou uma impressão positiva ao Conselho, tanto que, o grupo técnico da COFIEX ouviu a apresentação da proposta, norteou algumas modificações e requereu o reencaminhamento da mesma para inserção na pauta da próxima reunião do Conselho.

Esta reunião aconteceu no dia 26 de abril e nela a proposta da SEAP/PR foi aprovada. O montante de 87 milhões de dólares aprovado será repassado pelo Banco Mundial em duas etapas: a primeira de 35 milhões de dólares, e a segunda de 52 milhões. Os recursos serão destinados à construção dos terminais do Rio de Janeiro, Belém, Cabedelo (PB) e Laguna (SC) e a implementação de melhorias de infra-estrutura nos terminais de Santos e Cananéia (SP).

Os terminais e os entrepostos pesqueiros são peças fundamentais ao objetivo governamental de restaurar o desempenho pesqueiro do País. São eles que receberão as novas embarcações, que o Brasil aspira construir para a pesca oceânica; as novas pescarias, ainda pouco exploradas ou não

exploradas, que o governo já está incentivando; e é neles também que estará a infra-estrutura de gelo, armazenamento e óleo diesel, necessária para o íntegro funcionamento da pesca.

Dos 12 terminais e entrepostos previstos, dois já estão em operação. Em agosto de 2004, os editais para operação dos terminais pesqueiros de Santos e Cananéia, foram lançados pela SEAP/PR. A administração deve ser feita, em caráter emergencial, por meio de contrato oneroso de permissão de uso com prazo de até cinco anos, para o qual podem se candidatar empresas, associações, cooperativas e fundações de direito público e privado.

A gestão dos terminais deve atender aos princípios de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável, impessoalidade na prestação de serviços, isonomia no atendimento aos usuários, publicidade dos atos e decisões, preservação dos bens públicos e supremacia do interesse público.

No caso da administração do terminal pesqueiro de Santos, em abril de 2004, foi publicada no Diário Oficial da União, a Portaria que cria o Grupo de Trabalho de acompanhamento da gestão do terminal, para garantir o cumprimento desses princípios. O Grupo de Trabalho vai acompanhar a gestão do terminal de Santos durante os 180 dias, a contar de 25 de fevereiro de 2005, em que a empresa LM Serviços Técnicos, vencedora da licitação, possui contrato para administrar a estrutura.

Esse Grupo de Trabalho é formado por representantes da Câmara Municipal de Santos, da Frente Popular pela Pesca Organizada, do Sindicato dos Armadores de Pesca de São Paulo, dos Pescadores Industriais, da Federação dos Pescadores do Estado, da Associação Profissional de Empresas de Pesca de São Paulo e da LM Serviços Técnicos. A criação do grupo foi tomada em cumprimento ao inciso II, da segunda cláusula do contrato estabelecido entre a SEAP/PR e a empresa LM Serviços Técnicos, que prevê a gestão participativa.

Contudo, as prioridades de obras para 2004 focalizam os terminais do Rio de Janeiro (RJ), Cabedelo (PB), Belém (PA) e Laguna (SC).

No caso do Rio de Janeiro, a área destinada para a construção do entreposto foi definida em 2003. A edificação será em um espaço da Infraero, na Ilha do Governador, que possui 26,5 mil m², e mais uma extensão de manobra de caminhões, além do próprio terminal de carga e de três câmaras

frigoríficas com capacidade para mais de 100 toneladas antes usadas pela Infraero.

Boatos surgiram afirmando que esta localização oferecia empecilhos à realização da obra, pois haveria a possibilidade da presença de aves perto do aeroporto, o que atrapalharia o tráfego aéreo. Entretanto, o Ministro José Fritsch afirmou que não há risco, pois o processo de transporte do peixe não chega a atrair este tipo de animal, e citou até o exemplo do terminal pesqueiro localizado próximo ao aeroporto de Navegantes, no litoral Norte de Santa Catarina. Nele, funcionam oito empresas de pesca e não há registro de qualquer acidente com as aeronaves que trafegam no aeroporto.

Em abril de 2004, os Ministros, da SEAP/PR, José Fritsch, da Casa Civil, José Dirceu, da Defesa, José Viegas, o presidente da Infraero, Carlos Wilson, o comandante da Aeronáutica, Tenente Brigadeiro do Ar, Luis Carlos da Silva Bueno, e o Diretor do Instituto de Aviação Civil, Coronel-Aviador Pedro Bitencourt de Almeida, se reuniram para efetivar a construção do terminal, tendo em vista que a decisão política a favor da construção foi tomada e os recursos para o início da obra estão disponíveis.

Com relação ao terminal de Laguna, em janeiro de 2004, durante a Festa de Navegantes, o Ministro José Fritsch, e o até então Subsecretário de Desenvolvimento da Aqüicultura e Pesca, Célio Antonio, entregaram a ordem de serviço para a reforma do Porto de Laguna. Hoje, a obra está em fase de finalização e teve um custo de 12 milhões de reais. Ela irá possibilitar a liberação da área portuária, permitindo que as embarcações atraquem com mais segurança. Além desta verba proveniente do Ministério dos Transportes, estão previstos no orçamento da SEAP/PR mais 1,5 milhão de reais para reestruturação da área do porto de Santa Catarina, com a construção de espaços de processamento e armazenamento de pescado.

Em maio de 2004, o Ministro José Fritsch foi a Paraíba para discutir com o Governador Cássio Cunha Lima, a respeito das obras no terminal pesqueiro de Cabedelo. Na reunião, o Governador firmou o compromisso de tomar as providências para que a formalização da cessão de uso do porto da cidade seja passada para a SEAP/PR. Com isso, as ações de organização do espaço, inclusive a construção do terminal pesqueiro podem ser iniciadas. Para esta

obra, a SEAP/PR disponibilizou um investimento inicial de 1,4 milhão de reais, que pode chegar a 5,4 milhões de reais.

Em Natal (RN), o próprio estado elaborou o projeto de construção do terminal pesqueiro, que foi entregue pela Governadora do Rio Grande do Norte ao Ministro José Fritsch. O projeto descreve um cais para o desembarque de pescados, um entreposto de comercialização, uma fábrica de gelo, uma área de estaleiro e um setor reservado para embarcações de pesca artesanal. O Ministro garantiu liberar verbas para o projeto em 2005, que deve ter um custo de 34 milhões de reais, e exigiu apenas que a administração do terminal tenha um caráter público e que atenda as necessidades do setor. A SEAP/PR considera a construção deste terminal estrategicamente importante porque é de Natal que se tem a menor distância entre o Brasil e a África, faixa oceânica marcada pela pesca do atum, que está sendo impulsionada pela estruturação da frota pesqueira nacional, através do Programa PROFROTA Pesqueira.

Em condições precárias de funcionamento há quase dois anos, devido a um vendaval que arrancou a sua cobertura, o terminal de Porto Velho também recebeu em 2004, a promessa de reconstrução por parte do Ministro José Fritsch.

O Ministro José Fritsch entregou em agosto de 2004, a pescadores da cidade de Três Marias (MG) beneficiados pelo programa PRONAF PESCA (Figura 16), 70 kits com 60 barcos destinados à pesca no rio São Francisco, além de motores e outros petrechos a pescadores mineiros que foram. Há previsão de entrega de barcos, motores e petrechos de pesca ainda para outras cidades mineiras de Pirapora, Ibiaí, São Romão, São Francisco e Januário.



Figura 16 – Entrega de barcos em Três Marias - MG

Fonte: ASSIMP-SEAP/PR (2004).

A SEAP/PR e a Prefeitura Municipal de Icapuí (CE) fecharam parceria em 2004, através de um contrato assinado pelo Ministro José Fritsch e o Prefeito Francisco José Teixeira. O convênio tem a finalidade de reformar e adequar a infra-estrutura do Ancoradouro da Barra Grande, para prestar serviços aos pescadores e armadores de pesca locais e regionais. O montante será de quase 500 mil reais, sendo 470 mil provenientes da SEAP/PR e o restante da Prefeitura.

Em novembro, o Ministro José Fritsch visitou o Ceará para conhecer um grupo de pescadores da Prainha do Canto Verde, no município de Beberibe. Este grupo deseja formar uma associação para expandir suas atividades, especialmente a da construção de uma embarcação, apropriada às condições do litoral cearense, o catamarã.

Os objetivos dos pescadores ao desenvolverem o barco foram expandir as áreas de pesca, diminuir o tempo de chegada a essas áreas, ter maior capacidade de carga e contar com equipamentos de última geração sem precisar se desprender da tradição da vela e da jangada, nem arcar com os custos do motor a diesel. Hoje, a iniciativa conta com a ajuda do Projeto Estaleiro-Escola, apoiado pelo Instituto TERRAMAR. A meta é construir dois estaleiros, sendo um na Prainha do Canto Verde e outro no litoral oeste do Estado. Entretanto, para que a ampliação da atividade realmente ocorra, é necessário o apoio do Governo. O Ministro da SEAP/PR ficou empolgado com a versatilidade da embarcação e seus custos operacionais e prometeu amparar o projeto.

3.2.4- LEGISLAÇÃO

Em 2004 a SEAP/PR instituiu uma Lei; três Decretos; oito Instruções Normativas, sendo duas delas, conjuntas e uma interministerial; e uma Portaria, como mostrado a seguir:

- Lei nº 10.849, de 23 de março de 2004 - Cria o Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional – PROFROTA Pesqueira, e dá outras providências.
- Decreto nº 4.969, de 30 de janeiro de 2004 - Regulamenta a Lei nº 9.445, de 14 de março de 1997, que concede Subvenção Econômica ao

preço do óleo diesel consumido por embarcações pesqueiras nacionais, e dá outras providências.

- Decreto nº 5.069, de 5 de maio de 2004 – Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do CONAPE, e dá outras providências.
- Decreto nº 5.095, de 1º de junho de 2004 – Regulamenta a Lei nº 10.849, de 23 de março de 2004, que cria o Programa de Financiamento e da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional – PROFROTA Pesqueira, institui o Grupo Gestor do PROFROTA Pesqueira, e dá outras providências.
- Instrução Normativa Conjunta nº 2, de 9 de fevereiro de 2004 – Estabelece critérios técnicos, padrões de uso e procedimentos administrativos para atividade de pesca nas Lagoas Mirim e Mangueira, no estado do Rio Grande do Sul e seus tributários, incluindo lagoas marginais, banhados e afluentes.
- Instrução Normativa Conjunta nº 3, de 9 de fevereiro de 2004 – Estabelece critérios técnicos, padrões de uso e procedimentos administrativos para atividade de pesca no Estuário da Lagoa dos Patos.
- Instrução Normativa SEAP nº 1, de 22 de março de 2004 – Cria o Grupo Técnico de Trabalho no âmbito da SEAP/PR para discutir, elaborar e propor políticas para o Cooperativismo Aquícola e Pesqueiro – GT/CAP.
- Instrução Normativa SEAP nº 2, de 12 de abril de 2004 – Fixa para estação de pesca do exercício de 2004, o limite máximo permitido de captura, nas águas jurisdicionais brasileiras e alto mar, para espécies consideradas altamente migratórias, quais sejam: espadarte do Atlântico Norte; albacora branca do Atlântico Norte; agulhão branco; e agulhão negro.
- Instrução Normativa SEAP nº 3, de 12 de maio de 2004 – Dispõe sobre a operacionalização do Registro Geral da Pesca.

- Instrução Normativa SEAP nº 4, de 25 de maio de 2004 – Cria o Comitê Consultivo Permanente de Gestão de Atuns e Afins.
- Instrução Normativa SEAP nº 5, de 25 de maio de 2004 – Cria o Comitê Consultivo Permanente de Gestão de Recursos Demersais de Profundidade.
- Instrução Normativa Interministerial nº 6, de 28 de maio de 2004 – Estabelece normas complementares para autorização de uso dos espaços físicos em corpos d'água de domínio da União, para fins de aquicultura.
- Portaria SEAP nº 120, de 07 de maio de 2004 – Indica os órgãos e entidades, elencados no inciso III do art. 3º do Decreto nº 5.069, de 5 de maio de 2004, cujos representantes participarão do primeiro mandato do Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca.

O Ministério do Meio Ambiente criou em 2004, uma Instrução Normativa estabelecendo uma lista com as espécies de peixes e invertebrados aquáticos ameaçados de extinção, sobreexplotados e ameaçados de sobreexplotação, proibindo a pesca das ameaçadas de extinção e estipulando ainda, a criação de planos de gestão para as demais categorias.

O setor pesqueiro solicitou a interferência do Ministro José Fritsch junto ao Presidente da República para que a Instrução Normativa do Ministério do Meio Ambiente fosse revisada, pois estas restrições inviabilizariam a atividade pesqueira no Brasil. Em julho, o Presidente Lula determinou que o Ministro José Fritsch, levasse ao setor pesqueiro nacional a garantia de que a Instrução Normativa nº 5, do Ministério do Meio Ambiente, estaria suspensa por 90 dias e seria revista. Os trabalhos de revisão estão sendo executados por um grupo de trabalho comandado pelo Ministério do Meio Ambiente, IBAMA e SEAP/PR.

Em abril, a SEAP/PR fechou o acordo que permitirá que a nova Lei da Pesca avance no Congresso Nacional. Lideranças do Setor Pesqueiro e os órgãos do governo ligados à pesca e aquicultura, juntamente ao relator da matéria no Senado Federal, Senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), definiram as modificações que integram o substitutivo que será analisado por duas comissões e pelo plenário do Senado.

O projeto da nova lei para a pesca tramita no Congresso há quase dez anos e originalmente não tratava de objetos importantes como a aquicultura e algumas definições consideradas capitais ao desenvolvimento do setor pesqueiro, como a de pesca artesanal, industrial média e industrial de escala, definindo inclusive as atribuições de cada ramo.

Com relação à problemática entre os pescadores de sardinha verdadeira, *Sardinella brasiliensis*, na pescaria artesanal e os atuneiros, na pesca industrial, que capturam além de atuns e afins, juvenis de sardinha usados na pesca do bonito listrado, *Katsuwonus pelamis*, a SEAP/PR lançou em janeiro deste ano, o Edital de Convocação nº 4, de 7 de janeiro de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 08/01/2004, para habilitar os pedidos de permissão de pesca para embarcações nacionais interessadas em desenvolver esse tipo de exploração.

3.2.5 - PROGRAMAS INTEGRADOS

Uma parceria importante foi a firmada entre a SEAP/PR e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), no ano de 2004. O objetivo do projeto é a construção de uma Estação de Reprodução do Pirarucu no município de Pentecoste (CE).

Um milhão e duzentos e cinquenta mil reais foram disponibilizados ao DNOCS após a assinatura do convênio, que se deu durante o 13º SIMBRAq, em Fortaleza (CE). A demarcação de parques aquícolas nos açudes do DNOCS também faz parte do acordo.

Pioneiro no Brasil na produção de alevinos de tilápia, o CPAq do DNOCS, em Pentecoste, é o mais moderno centro nacional de reprodução da espécie, e atende a milhares de produtores e atividades de peixamento em diversas regiões. O CPAq já detém a tecnologia para a reprodução do pirarucu e iniciará uma produção de 30 milhões/ano de alevinos do peixe (ASSIMP-SEAP/PR, 2004).

O Ministro José Fritsch visitou o CPAq (Figuras 17 a 20) e reconheceu a importância do mesmo para a concretização do plano governamental de desenvolvimento do setor pesqueiro, e logo após, uma parte da verba destinada à obra foi liberada pela SEAP/PR.



Figura 17 – Ministro José Fritsch
no CPAq/DNOCS, em Pentecoste
Fonte: ASSIMP-SEAP/PR (2004).



Figura 18 – Tilápias Tailandesas
no CPAq/DNOCS, em Pentecoste
Fonte: ASSIMP-SEAP/PR (2004).



Figura 19 – Ministro José Fritsch visita
Laboratório de Melhoramento Genético
no CPAq/DNOCS, em Pentecoste.
Fonte: CPAq-DNOCS (2004).



Figura 20 – Ministro José Fritsch em visita
ao CPAq/DNOCS, em Pentecoste
Fonte: CPAq-DNOCS (2004)

Além do município de Pentecoste, sede do CPAq/DNOCS no Ceará, outra importante província do estado também foi beneficiada com a parceria. Na região do açude Castanhão, uma nova estação de produção de alevinos está sendo construída e deve ser inaugurada até o final do ano. Ela terá seis hectares de lâmina d'água e deve produzir mais de 30 bilhões de alevinos por ano. A engorda desses alevinos será realizada nos parques aquícolas do Castanhão e a perspectiva é produzir 100 mil toneladas por ano (DNOCS, 2004).

Desde 2003, a SEAP/PR vem articulando uma parceria com a Marinha do Brasil para realização de cursos de capacitação da tripulação da frota pesqueira industrial. Em agosto de 2004, a parceria foi concretizada e a SEAP/PR irá repassar às Capitânicas dos Portos, via Comando da Marinha,

468 mil reais para a realização dos cursos nas cidades de Rio Grande, Laguna, Itajaí, Santos, Cabedelo, Rio de Janeiro, Recife, Natal e Belém.

As turmas terão até 25 alunos e os cursos, uma duração de dois meses ao longo dos quais, os participantes terão aulas sobre navegação, segurança no mar, operação de equipamentos de comunicação entre outras disciplinas. Além dos cursos serem gratuitos, ainda serão fornecidas as apostilas, dois lanches por dia, bolsa-auxílio diária para os alunos e passagens de ônibus.

Os candidatos deverão ser indicados pelas entidades representativas do setor (pescadores, armadores e indústria) por meio da SEAP/PR. Os cursos são importantes, pois a ampliação das pescarias, devido ao Programa PROFROTA Pesqueira, demanda este tipo de profissional.

Em 2004, algumas atividades aconteceram como forma de contribuir com o projeto da SEAP/PR de criar um Sistema de Informação de Aqüicultura e Pesca, desenvolvido em 2003.

O BNB entrou no projeto como um importante parceiro no desenvolvimento das estatísticas da pesca continental na região Nordeste. O Banco, em parceria com estados e outros organismos federais, aplicou a metodologia definida pela SEAP/PR para a implementação da proposta com 270 mil reais disponíveis.

A SEAP/PR e a EMPRAPA mantiveram durante todo o ano de 2004, conversações com o objetivo de criar uma Coordenação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento da Aqüicultura. Um grupo de trabalho EMBRAPA-SEAP, foi formado para definir as estratégias necessárias para que a EMBRAPA, se firme como uma instituição de pesquisa de referência nacional para o setor.

Trabalhos em conjunto com o Programa de Desenvolvimento Sócio-ambiental da Produção Familiar Rural (Proambiente) também fizeram parte das ações da SEAP/PR em 2004. O Proambiente realiza trabalhos junto a 12 pólos na região da Amazônia, que possuem cerca de 500 famílias cada, com o objetivo de desenvolver novas formas de cultivo que sejam ambientalmente sustentáveis. A SEAP/PR participa do programa colaborando com o desenvolvimento de ações no pólo localizado na Ilha de Marajó (PA), através de capacitação e melhoria da utilização dos recursos pesqueiros.

Com o SEBRAE, a SEAP/PR assinou em fevereiro de 2004, um acordo de cooperação técnica. O documento base do acordo descreve como

finalidade, "integrar ações entre o SEBRAE e a SEAP/PR visando desenvolver, disponibilizar e transferir conhecimentos de natureza tecnológica e gerencial, informações e metodologias geradas pelas partes, na busca da competitividade, sustentabilidade dos pequenos negócios e melhoria na qualidade de vida dos pequenos aqüicultores e pescadores, empreendedores e empresários do segmento".

Desde o dia 13 de fevereiro de 2004, a SEAP/PR participa de um Grupo de Trabalho misto com a CONAB. O objetivo do grupo é criar instrumentos de apoio à comercialização do pescado no Brasil. Uma política de garantia de preço mínimo para a cadeia produtiva do pescado, é um dos fundamentos nas discussões do grupo, tendo em vista que é através dela, que o pequeno e médio produtores que dependem de financiamento, pode ter um mínimo de estabilidade financeira.

Em 2003, a SEAP/PR elaborou um Plano Nacional para Recifes Artificiais Marinhos em conjunto com instituições como o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Ministério do Turismo, a Marinha do Brasil, o IBAMA, entre outros, para recuperar os recursos pesqueiros em áreas muito exploradas e impedir a pesca de arrasto de fundo, através da instalação de 2.600 recifes artificiais marinhos em oito áreas do litoral brasileiro. Em agosto de 2004, o montante de 1,7 milhão de reais foi definido para o projeto e, em cada região pretendida para as instalações, debates com representantes do setor pesqueiro têm acontecido.

O projeto abrangerá as cidades de Natal (RN), Cabedelo (PB), APA da Baleia Franca (SC) e Angra dos Reis, Búzios, Parque Marinho em Arraial do Cabo, Baía de Mangaratiba e Baías de Paraty (RJ). O Instituto Ecoplan, vencedor de licitação, fará a construção, o transporte e a instalação das estruturas de concreto e que serão colocadas no fundo do mar para servirem de substrato para o processo de colonização de diversas espécies.

A SEAP/PR, através de sua Gerência de Extensão Aqüícola, apresentou, em julho de 2004 ao GEF, proposta para a criação do projeto intitulado Iniciativas de Sustentabilidade para a Pesca Artesanal, Biodiversidade Marinha e Manejo Participativo, que tem o objetivo de promover a sustentabilidade das pescarias artesanais e oferecer novas tecnologias para o aproveitamento do pescado.

A iniciativa da SEAP/PR, apoiada pelo PNUD/Brasil e de consultores especialistas na área promove a realização de estudos, durante 18 meses, de mapeamento acerca da situação da pesca artesanal, das demandas de construção de um sistema nacional de manejo, e de ações para o estímulo à exploração sustentável dos recursos pesqueiros por meio da atividade. Esses estudos serão apresentados posteriormente ao GEF, com fins de obtenção de financiamentos da ordem de cinco milhões de dólares.

3.2.6 - PROGRAMAS SOCIAIS

No mês de agosto, os primeiros pescadores foram alfabetizados através do Programa Pescando Letras, criado em 2003. O Curso foi uma parceria entre a SEAP/PR e o Serviço Social da Indústria/Projeto Brasil Alfabetizado. A primeira turma, formada em Cuiabá (MT), alfabetizou onze pescadores e pescadoras, que receberam os seus diplomas das mãos do ministro José Fritsch, durante solenidade realizada no dia 18 de agosto de 2004 (Figura 21).

O Pescando Letras busca melhorar a qualidade de vida do pescador e pescadora, oferecendo a eles e a elas a alfabetização para que possam, além de aprender o funcionamento de equipamentos e legislações de pesca e aqüicultura, ter uma vida mais digna.



Figura 21 – Ministro José Fritsch entrega diploma de alfabetização do Programa Pescando Letras ao pescador Carlos Cruz, 34, em Cuiabá – MT.

Fonte: ASSIMP-SEAP/PR (2004).

A SEAP/PR realizou, em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Curso de Formação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural. Para as regiões Norte e Nordeste, o Curso aconteceu no mês

de outubro, e para as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, no mês de novembro, todos em São Luís (MA). Um detalhe importante que vale ser ressaltado é a atenção que a SEAP/PR vem dispensando às mulheres em sua gestão: os cursos deverão ter pelo menos 30% das vagas para as mulheres.

O Governo Federal já faz algum tempo, desenvolve um programa denominado GESAC, que tem o objetivo de promover a inclusão digital no país. Um dos principais meios de comunicação usados hoje é a Internet. Através da rede mundial de computadores, informações são dissipadas, pesquisas são realizadas e até mesmo, negócios são feitos. O mundo tem se tornado e se tornará cada vez mais digital. Por isso tecnologias como a Internet devem deixar de ser regalia de poucos e passar a fazer parte do dia-a-dia de um número de pessoas cada vez maior.

O GESAC visa tornar acessível às comunidades mais carentes do País, as ferramentas necessárias ao desenvolvimento social e humano como o computador e Internet, é uma parceria com o Banco do Brasil, doador dos “softwares” usados nos computadores. O Ministério das Comunicações é o fornecedor do acesso a Internet. A SEAP/PR, dentro de seu âmbito, ingressou no Programa e vem agenciando a inclusão digital de muitas comunidades pesqueiras.

O primeiro “Telecentro” do Projeto de Inclusão Digital de Pescadoras e Pescadores Artesanais foi instalado em maio de 2004 em Laguna (SC), mais precisamente na Colônia de Pescadores Z-14. Ele vai beneficiar os 4.000 pescadores da cidade, oferecendo-lhes capacitação para o uso das tecnologias, informação e comunicação, o que vai gerar a organização das colônias e associações e inseri-las no mundo digital.

Além de Laguna, as cidades de Três Lagoas (MT) , Morpará (BA), Belém (PA), e Cabo Frio (RJ), também já possuem os Telecentros. A idéia da SEAP/PR é implantar 27 Telecentros no País, pelo menos um em cada estado, o que deve acontecer ao longo dos próximos dois anos. Além disso, a Secretaria pensa em montar um espaço na Internet, onde as colônias possam apresentar sua produção e talvez até operacionalizar a comercialização de pescados para compradores on-line.

Também para concretizar a meta do Governo de promover a inclusão social, a SEAP/PR deu, em 2004, um grande passo: iniciou o processo para a

inserção do pescado nas compras governamentais. No mês de maio, durante reunião na sede da Secretaria, foi apresentada a proposta para a inclusão do pescado no Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal, ocasião em que os termos e condições da proposta foram acertados com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome.

Atualmente, a equipe técnica da SEAP/PR está trabalhando na identificação de associações, cooperativas, municípios e regiões onde programa será implantado. O Programa de Aquisição de Alimentos estabelece preços mínimos e garante a compra de até R\$ 2.500,00 por família a cada ano. A atitude liberta os pescadores artesanais e os aqüicultores familiares da ditadura dos atravessadores, melhorando assim, as atividades por eles desenvolvidas.

Em junho, a SEAP/PR, através da Gerência Regional Norte, fechou parceria com a Superintendência do Banco do Brasil para os Estados do Pará e do Amapá, com a Fundação do Banco do Brasil e com o SESI, por meio da FIEPA. O acordo foi realizado para que 300 professores fossem formados e mais de 7 mil pescadores fossem alfabetizados na região.

Cada instituição envolvida no processo teve o seu papel definido. O Banco do Brasil participou do Projeto distribuindo o material didático aos professores e alunos e custeando as atividades de capacitação dos professores e supervisores. A SEAP/PR promoveu a formação das turmas, viabilizou os espaços para as salas de aulas e selecionou os professores e supervisores. O SESI foi responsável pelo pagamento dos salários dos professores e supervisores. As aulas começaram em agosto e o processo de alfabetização vai facilitar o acesso às novas tecnologias, dando ao pescador, condições de manusear equipamentos e melhorar cada vez mais o desempenho da sua atividade.

O Programa Qualidade na Mesa consiste na promoção da capacitação de funcionários de pequenos e médios estabelecimentos comerciais, visando a criação de uma nova cultura entre as pessoas que trabalham nas peixarias dos supermercados. Após terem recebido aulas sobre como armazenar, expor e cortar os pescados, além de informações sobre a qualidade dos pescados para a saúde, as formas de preparo, a origem dos pescados e as modalidades de pescas, esses funcionários estão atendendo melhor o consumidor, e

aumentando ainda mais o interesse pelo produto. O Governo Federal aplicou cerca de 100 mil reais no Programa.

Uma outra ação social de valor, em 2004, desenvolvida pela SEAP/PR, foi a parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH/PR).

Os Ministros José Fritsch e Nilmário Miranda (SEDH/PR), acertaram no mês de março, a construção de um termo de cooperação para o atendimento das necessidades dos pescadores nas áreas da cidadania e direitos humanos. Pirataria, assaltos, torturas, tráfico de pessoas e coação pelo narcotráfico, são alguns dos principais problemas enfrentados pelos pescadores e suas famílias. O Ministro José Fritsch pediu apoio e atenção especial ao Ministro Nilmário Miranda para esses problemas, comumente ocorridos nas fronteiras. Em resposta, o Ministro Nilmário solicitou encaminhamento de todos os relatos de violência contra os pescadores a SEDH/PR, o mais urgente possível.

3.2.7- RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A exemplo do que tem acontecido em outros segmentos do país, o Ministro José Fritsch pretende estreitar os laços do setor pesqueiro com os chineses e assim, atrair investimentos, abrir mercado para os peixes brasileiros e articular intercâmbio tecnológico.

A China é o maior produtor mundial de pescado (FAO,2001), e se destaca na aqüicultura, de forma que pode colaborar de substancialmente com o setor pesqueiro do Brasil. Algumas ações práticas foram realizadas para concretizar esse plano. Uma delas foi a formação de um grupo de trabalho da SEAP/PR, que deve formular um memorando juntamente com a Academia de Ciências da Pesca do Governo chinês, a fim de promover o desenvolvimento do setor pesqueiro em ambos os países.

A outra importante ação foi a realização da Expo Brasil China, um encontro onde toda a cadeia pesqueira e aqüícola brasileira foi apresentada aos representantes da China. Entre os interesses demonstrados pelos chineses durante a Feira, está a importação de peixes nativos do Brasil criados em cativeiro, como o pirarucu e a tilápia, além do camarão. O Ministro José Fritsch quer aproveitar o alto consumo de proteína animal na China para desenvolver o mercado exportador do Brasil.

Em retribuição à visita do Ministro José Fritsch em 2003 a São Thomé e Príncipe, o Ministro da Agricultura e Pesca, Jorge Amado, veio ao Brasil em abril. O interesse do Ministro Jorge Amado é desenvolver a aqüicultura e a pesca, e reavaliar o potencial da pesca oceânica em seu país, acreditando que a contribuição brasileira é muito importante para concretizá-lo. No final do encontro, os dirigentes acertaram que um documento formal será enviado ao Brasil pelo governo de São Thomé e Príncipe, abrindo oficialmente as discussões com a possibilidade de fechamento de uma parceria entre as duas nações (Figura 22).



Figura 22– Ministro José Fritsch discute parceria com o Ministro da Agricultura e Pesca de São Tomé e Príncipe, Jorge Amado.

Fonte: ASSIMP-SEAP/PR (2004).

Em 2004, o Brasil também estreitou relações com a Espanha, mais precisamente entre o Conselheiro de Pesca e Assuntos Marítimos da Galícia, Enrique López Veiga, e o Diretor Geral de Desenvolvimento da Pesca do Brasil, Karim Bacha. O encontro aconteceu para potencializar as relações bilaterais para o desenvolvimento do setor pesqueiro. Na visita a Galícia, o Diretor Geral de Desenvolvimento da Pesca conheceu novos projetos de pesca oceânica, visitou centros de formação, o Instituto Galego de Formação em Aqüicultura, o Centro de Controle Marinho, e a organização da marisqueiras em Vilanova de Arousa.

Os países do Mercosul e da União Européia vêm negociando há algum tempo, a criação de uma área de livre comércio entre os dois blocos. O setor pesqueiro tem sido um dos principais impasses entre os europeus e latinos. Nas primeiras propostas apresentadas, os europeus classificaram os produtos e serviços em cinco categorias: (1) Categoria A, grupo que comercializado sem barreiras alfandegárias; (2) Categorias B, C e D, definida de acordo com o tempo até cada item ser vendido e comprado sem tarifas; (3) Categoria E, grupo de produtos e serviços que não deixariam de ser alvo de impostos para importação.

O grande problema foi que os atuns foram incluídos na categoria E. Os atuns e afins são um grupo de espécies de alto valor para a economia nacional, pois constituem o terceiro produto pesqueiro mais exportado pelo Brasil. Os europeus estariam dispostos a abrir mão dessa classificação se o Brasil cedesse a sua ZEE para a exploração internacional.

A SEAP/PR rebateu imediatamente essa proposta e na tentativa de fornecer alguma contribuição à resolução do problema, enviou ao Itamaraty, em maio de 2004, uma proposta de negociação com uma nova sugestão de investimentos. Nela, três setores seriam abertos à entrada do capital europeu: a cadeia produtiva da aqüicultura, que compreende desde os empreendimentos de rações até as empresas de comercialização e marketing do pescado cultivado; a frota naval brasileira; e a construção de terminais e entrepostos pesqueiros, com a prerrogativa de que sejam dentro das normas da legislação nacional. A posição brasileira de não abrir mão da ZEE é mantida pela SEAP/PR.

3.2.8 - EVENTOS

Muitos foram os eventos do setor pesqueiro onde a SEAP/PR se fez presente neste segundo ano de funcionamento.

Entre os principais, estão: o "I Congresso Brasileiro de Oceanografia" em Itajaí (SC); o "VIII Encontro dos Povos do Mar e da Mata Atlântica" em São Paulo; a "Conferência Estadual das Águas", em Cametá (PA); a "Feira Nacional do Camarão", em Natal (RN); o "Simpósio Internacional sobre Gestão de Entrepostos Pesqueiros", em Santos (SP); o "I Simpósio de Piscicultura de Uberaba e Região"; a cerimônia de abertura da "Marcha à Brasília em Defesa

dos Municípios”; o “XIII Simpósio Brasileiro de Aqüicultura” (Figura 23) em Fortaleza (CE); o “Irriga Ceará 2004” (Figura 24), em Fortaleza (CE); o “Simpósio Mercosul de Aqüicultura” (Figura 25), no estado do Espírito Santo; e o “1º Encontro Nacional da Agricultura Familiar” (Figura 26), em Brasília (DF);

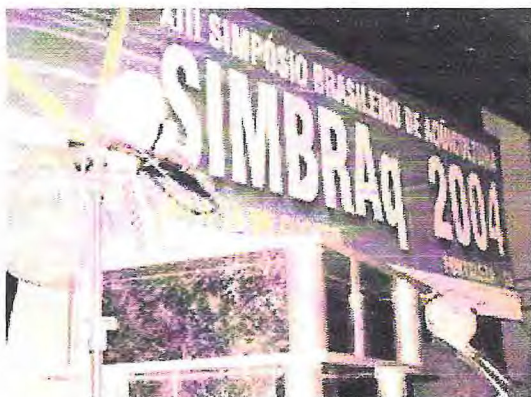


Figura 23 – Ministro José Fritsch abre SIMBRAq em Fortaleza-Ce
Fonte: ASSIMP-SEAP/PR (2004).



Figura 24 – Secretário-Adjunto Romeu Daros; Irriga Ceará 2004 Fortaleza-Ce
Fonte: ASSIMP-SEAP/PR (2004).



Figura 25 – Ministro José Fritsch abre Aquimerco em Vitória-ES
Fonte: ASSIMP-SEAP/PR (2004).



Figura 26 – Subsecretário Manoel da Conceição no Encontro Nacional de Agricultura familiar em Brasília – DF
Fonte: ASSIMP-SEAP/PR (2004).

Além disso, em 2004, foram realizados diversos seminários e encontros para discutir assuntos relacionados à pesca e aqüicultura, a saber: “Seminário de Piscicultura do Distrito Federal”; “Seminário Sobre Produção de Peixes em Lagos e Reservatórios”; “Aproveitamento de Reservatório para Implementação de Piscicultura”; “Seminário de Educação dos Povos do Mar”, em Beberibe (CE); “Seminário de Piscicultura de Goiás”; “Encontro de Aqüicultura da Amazônia e do Pantanal”; “Reforma Aquária - Cultivo de Peixe em Barragem”; “XI UNCTAD”; “Seminários de Capacitação” em vários estados da federação”;

“Seminário de Pescadoras do Monape”; “Seminário sobre Saúde e Segurança do Trabalhador na Pesca”; e o “Seminário Regional sobre Piscicultura”, em Blumenau (SC).

A SEAP/PR também está participando e apoiando eventos em muitos municípios da Federação. No mês de outubro, o Ministro José Fritsch visitou os municípios de Extremoz (RN) e Fortim (CE), para participar dos Encontros Estaduais dos respectivos estados, que têm como alvo, discutir a situação das trabalhadoras da pesca e aqüicultura, levantando seus problemas e apontando soluções. Cerca de 400 representantes de todas as Unidades da Federação participaram e discutiram as diretrizes para políticas voltadas à superação da desigualdade de gênero no setor.

Neste ano o Ministro José Fritsch lançou ainda, o “Programa de Saúde e Segurança do Trabalhador do Setor Pesqueiro” do Pará. Para o dirigente da SEAP/PR, a saúde e a segurança do trabalhador também são importantes colunas para a edificação do desenvolvimento do setor pesqueiro.

O programa, realizado em parceria com o Ministério da Saúde e o Fundacentro, irá realizar o levantamento da situação da saúde e das condições de trabalho dos pescadores. Os dados levantados serão os elementos para o desenvolvimento de porvindouros projetos e ações da SEAP/PR, com fins de melhorar as condições de trabalho e vida na região.

No dia 5 de março de 2004, a SEAP/PR, através de sua Gerência Regional Sul e de seu Escritório no Estado do Paraná, juntamente com a Diretoria da Itaipu Binacional, realizou, no Refúgio Biológico Bela Vista, em Foz do Iguaçu, uma reunião para discutir a potencialidade do Estado para o desenvolvimento sustentável da aqüicultura em reservatórios. Um total de 1.350 hectares poderiam ser aproveitados para o cultivo de peixes no lago da hidrelétrica de Itaipu. No encontro, ficou decidido que os peixes nativos terão preferência nos cultivos.

O Projeto conta ainda com o apoio do IBAMA, Banco do Brasil, Agência Nacional das Águas, Estações de Aqüicultura da região, Tractebel Energia SA, Companhia Brasileira de Alumínio, Duke Energy International - Geração Paranapanema SA, Universidades, EMATER-PR, SEAB-PR, SEMA-PR, SETI-PR, IAP e Movimentos Sociais.

Em abril, o Ministro Fritsch assinou convênio para a promoção da piscicultura em Santa Catarina, e encontrou representantes da Associação Indígena Tupinambá de Pesca, da região de Olivença (Ilhéus, BA), Antônio Fagner (Tupurunã) e Eduardo (Catupiri) na Bahia, para receber um projeto desenvolvido por eles para melhorar as condições da atividade pesqueira da comunidade, através da aquisição de uma embarcação pesqueira e equipamentos de pesca, da construção de uma sede para a entidade, da instalação de energia elétrica, e da recuperação das estradas que dão acesso às comunidades.

Entre os Ministros que tomaram posse CONSEA estava o Ministro José Fritsch. O Presidente Lula vê o pescado como uma fonte importante de proteína animal, capaz de dar grande contribuição no combate à fome e à miséria no País. A posse se deu no mês de maio no Palácio do Planalto.

A 75ª edição do ENCOMEX também aconteceu em maio de 2004, em Natal (RN). Representando a SEAP/PR, estavam o gerente de projetos, Guilherme Crispim, e o Gerente Regional Nordeste, Francisco Nabuco. O foco do setor pesqueiro no evento constituiu nas ações governamentais para a ampliação do mercado internacional do camarão brasileiro. Foram expostas as diretrizes para a efetivação do aumento das exportações do camarão nacional.

Outro importante evento internacional de 2004, aconteceu no Brasil, foi o "Seafood Latin América", o maior evento sobre pescados da América Latina. O Ministro José Fritsch abriu o evento em São Paulo, primeira cidade da América Latina a sediar o encontro e expôs as ações do Governo Federal para o desenvolvimento do setor pesqueiro e aquícola. A Feira durou dois dias e foi de grande valia para o País.

A SEAP/PR, representada pelo atual Subsecretário de Desenvolvimento da Aqüicultura e Pesca, Manoel Jesus da Conceição, e pelo Coordenador de Ordenamento, Registro, Cadastramento e Licenças, Sebastião Saldanha, participou, entre os meses de junho e julho, de duas reuniões da FAO, na Itália.

Uma das consultas técnicas, termo que a FAO usa para denominar as reuniões, debateu os planos de ação de combate à pesca ilegal não-regulamentada e não-reportada, além de um ordenamento da capacidade pesqueira. A segunda discutiu os subsídios à atividade pesqueira nos países integrantes das Nações Unidas.

Desde a década de 80, Santa Catarina desenvolve a criação de organismos marinhos em cativeiro, a maricultura. Todavia, até 2002, a atividade não recebia qualquer incentivo por parte dos poderes públicos. Com a criação da SEAP/PR esta situação começou a ser transformada. Em 2004, o Ministro José Fritsch assinou convênio com a Federação de Maricultores de Santa Catarina, com a finalidade de impulsionar a atividade.

Além da assinatura do convênio, o Ministro entregou os registros de maricultores aos trabalhadores durante o Encontro de Associações de Maricultores de Santa Catarina.

Em agosto também foi realizado um encontro com fins de debater a estratégia institucional de defesa do Brasil contra as sobretaxas impostas (antidumping), pelos Estados Unidos ao camarão nacional. O evento organizado pela SEAP/PR, contou com a participação dos dirigentes da Coordenação de Comércio e da Assessoria Internacional da SEAP/PR, da área de Comércio Internacional do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, e do Chefe da Divisão de Defesa Comercial e Salvaguardas do Itamaraty. A SEAP/PR quer achar uma forma de reverter a decisão preliminar, que sobretaxou em 37% o camarão vendido para os Estados Unidos.

Durante a Conferência Nacional de Aqüicultura e Pesca, em 2003, foi apresentada uma proposta para a composição do “Conselho Nacional de Aqüicultura e Pesca”, que posteriormente foi aprovada nomeando 54 conselheiros e conselheiras. Na solenidade da posse, que aconteceu em Brasília no dia 15 de setembro de 2004, a Coordenadora da 1ª Conferência Nacional de Aqüicultura e Pesca, Sonia Hypolito, e o atual Secretário Adjunto da SEAP/PR, Cezer Cerutti, representando o Ministro José Fritsch, se pronunciaram destacando a importância do dia, além de explanarem os desafios a serem vencidos para o pleno desenvolvimento do setor, bem como a importância dos presentes para o alcance desse objetivo.

Em setembro de 2004, a SEAP/PR promoveu a 2ª Semana Nacional do Peixe. Assim como aconteceu na edição anterior, o evento conta com o apoio de instituições como a Abras e as instituições do chamado sistema “S” (SEBRAE, SESI, SENAC).

A 2ª Semana do Peixe movimentou supermercados, feiras livres, peixarias, mercados públicos e outros estabelecimentos que trabalham com comercialização do pescado, através da redução de até 30% nos preços de peixes, crustáceos e moluscos. Em alguns estados, a redução chegou a 40%. Fortaleza, Campo Grande, Brasília e Belo Horizonte são as cidades onde os descontos foram maiores (FRITSCH, 2004).

Estando bem mais estruturada e tendo sido mais bem planejada, a 2ª Semana do Peixe teve o seguinte slogan: “Todo dia é dia de peixe”. A divulgação foi feita de diferentes formas pela federação com o uso de folders (Figura 27).



Semana do Peixe - Todo dia é dia de peixe

Figura 27 – Folder da Semana do Peixe 2004 (SEAP/PR, 2004).

Na Semana do Peixe de 2004, houve a distribuição de pescado na cidade do Rio de Janeiro. As primeiras toneladas de peixes (maioria capturados durante a pesca da sardinha) foram entregues às comunidades de Mesquita, do Jabur, de São Gonçalo e de Itaguaí. A distribuição colabora com o social, aproxima essas comunidades do pescado e evita que peixes capturados juntamente com a sardinha, pelas empresas de pesca, sejam desperdiçados.

No Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Santa Catarina aconteceram palestras, mostras de vídeo, concursos de redação, gincanas e cursos de culinária. Em Alagoas, a SEAP/PR realizou cursos para os vendedores de pescado nos entrepostos das colônias e nos pontos de venda, sobre formas de apresentação e acondicionamento do pescado, e atendimento ao cliente. No Rio Grande do Norte, houve uma oficina de piscicultura para técnicos da área.

No Ceará, a Semana do Peixe 2004 foi destaque na imprensa local, tendo sido realizada uma série de eventos (palestras, mostras de vídeo, oficinas para adultos e crianças) em parceria com o IBAMA, a Colônia de Pescadores Z-8 e a Universidade Federal do Ceará. Em toda a Nação, aconteceram dezenas de rodadas de degustação com o apoio dos parceiros da campanha.

3.2.9 - OUTRAS AÇÕES

Juntamente com o Prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues, o Ministro José Fritsch lançou em janeiro de 2004, a Câmara Setorial de Aqüicultura e Pesca. A Câmara é resultado de uma parceria entre a iniciativa privada e a prefeitura, que teve o apoio do Governo Federal, através da SEAP/PR, e tem o objetivo contribuir para o desenvolvimento da aqüicultura e da pesca na capital paraense.

No dia 18 de maio, durante o 1º Seminário de Extensão Pesqueira da SEAP/PR, foi criada a Rede de Apoio à Pesca Artesanal. A rede é composta por Institutos de pesquisa e organizações da sociedade civil, envolvidas com atividades de apoio à pesca artesanal, e foi concebida para que fossem realizados estudos e diagnósticos sobre a atividade artesanal de pesca e aqüicultura, tais como: avaliações sobre os estoques, esboço da organização social, captura, distribuição e comercialização, aspectos legais e institucionais, áreas protegidas, entre outros.

Em maio de 2004, os pescadores e armadores de pesca do Complexo Industrial Pesqueiro de Itajaí/Navegantes fizeram um protesto parando por sete dias a pesca da sardinha. O motivo foi chamar a atenção das autoridades competentes para o baixo preço que as indústrias de beneficiamento estavam pagando pelo produto. A redução de R\$ 1,50 para R\$ 0,45 por cada quilo de sardinha se deu devido a grande quantidade de peixe capturado na região, em torno de 18.000 toneladas (ASSIMP-SEAP/PR, 2004). A SEAP/PR manifestou-se, após diversas reuniões com os dois lados do problema, estabelecendo o preço mínimo de R\$ 1,00 a ser pago aos pescadores pelos armadores que, em contrapartida, definiriam cotas diárias máximas que serão comercializadas a esse preço. Esta medida de caráter emergencial valeu até o dia 2 de julho de 2004.

Como medida mais efetiva, a SEAP/PR articulou a inclusão do peixe nas compras do governo para o Programa de Segurança Alimentar e conseguiu aprovação da proposta de redução do limite de importação anual de sardinha junto a CAMEX que hoje é de 10 mil toneladas.

Ainda com relação à sardinha, a SEAP/PR tomou outra importante medida. No mês de outubro de 2004, foram definidos os períodos de defeso do peixe até 2005. Na temporada 2003/2004 foi de 30 de novembro a 30 de março, e de 2 de julho a 2 de setembro; e na temporada 2004/2005, está sendo de 1º de novembro a 28 de fevereiro (Assessoria de Comunicação da SEAP/PR, 2004).

Em abril, a SEAP/PR lançou o Sistema de Acompanhamento e Monitoramento das Importações e Exportações de Peixes, Moluscos e Crustáceos, onde são descritos dados sobre o comportamento das compras e vendas de pescados de 1996 a 2003. A idéia da SEAP/PR é manter o sistema constantemente atualizado, para que se possa ter um acompanhamento completo do comportamento da balança comercial dos produtos pesqueiros.

Neste mesmo mês, a SEAP/PR divulgou a cota de captura de cada espécie do grupo de atuns e afins para o ano de 2004, com base na cota que o País obteve do ICAT para o grupo. Os valores máximos definidos para o peixe inteiro são os seguintes: (1) Espadarte: 4193 toneladas; (2) Espadarte do Atlântico Norte: 50 toneladas; (3) Albacora Branca: 200 toneladas; (4) Agulhão Negro: 253 toneladas; e (5) Agulhão Branco: 52 toneladas.

No mês de maio, a SEAP/PR criou, através das Instruções Normativas nº 4 e 5, respectivamente, o Comitê Consultivo Permanente de Gestão de Atuns e Afins (CPG/Atuns e Afins), e o Comitê Consultivo Permanente de Gestão de Recursos Demersais de Profundidade (CPG/Demersais), que tratarão de aspectos administrativos, do cumprimento das normas estabelecidas e da realização de pesquisas, dos recursos para os quais estão designados.

Ainda neste mês, o Ministro José Fritsch recebeu representantes do setor pesqueiro do Pará, onde o Ministério do Meio Ambiente e o IBAMA implementaram algumas medidas de ordenamento para o pargo. Os pescadores, armadores de pesca e da indústria de processamento se sentiram prejudicados com as medidas, e procuraram o Ministro da SEAP/PR para que

este expusesse os argumentos dos trabalhadores junto aos órgãos responsáveis pelas limitações. José Fritsch prometeu articular-se para garantir um meio termo para a questão.

O Ministro José Fritsch, o Presidente da CODEVASF, Luis Carlos de Farias, e o Secretário de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Humberto de Oliveira, realizaram em sete de julho, o ato de início da obra de construção de uma unidade de beneficiamento que irá agregar valor ao pescado produzido no Baixo São Francisco. O custo será de 1,1 milhão de reais e deve beneficiar 300 produtores de Sergipe e Alagoas.

Em 20 de outubro de 2004, após terem sido encerrados os primeiros turnos das eleições, o Ministro José Fritsch começava as articulações com as prefeituras, através dos prefeitos eleitos. Prefeitos de 14 municípios do Rio Grande do Sul e de 3 municípios da Bahia se reuniram com o ministro da SEAP/PR e expuseram projetos para a instalação de pisciculturas, melhoria de infra-estrutura pesqueira e construção de unidades de beneficiamento nas suas cidades. O Ministro José Fritsch sugeriu a organização de entidades, como associações de piscicultores, para a montagem do empreendimento com um mínimo de garantia de produção e organização, e garantiu que a SEAP/PR apoiará os projetos através de programas como o PRONAF PESCA.

Como ação para realização do seu Projeto de Produção de Pescados utilizando as águas de domínio da União, e que hoje estão represadas ou estão sendo represadas com a construção de hidrelétricas, a SEAP/PR reuniu-se com representantes do (MAB) (Figura 28).



Figura 28 – Ministro José Fritsch em reunião com lideranças do MAB

Fonte: ASSIMP-SEAP/PR (2004).

Os dirigentes do MAB contam com a SEAP/PR para constituir um Fundo Nacional para custear a resolução dos problemas sociais causados pelos empreendimentos energéticos, e para facilitar um encontro com o Presidente Lula e a própria SEAP/PR, no Grupo de Trabalho Interministerial, que tem a responsabilidade de discutir os problemas enfrentados pelos integrantes do MAB.

A SEAP/PR auxilia o Programa Fome Zero através de aquisição de pescados. A iniciativa, direcionada aos pequenos criadores e pescadores organizados em colônias, associações e sindicatos, consiste na compra de pescados pelo governo desses produtores.

Cada pescador ou criador poderá vender para o governo, 2,5 mil reais por ano, em pescados. Os produtos comprados são imediatamente entregues as instituições beneficiadas pelo Programa Fome Zero. A finalidade é aumentar a comercialização, reduzir problemas com atravessadores e ajudar a regular o preço do produto. Neste ano, os estados do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Ceará, Paraíba e Amazonas já foram mobilizados a ingressarem no Projeto.

A SEAP/PR também tomou providências para ofertar infra-estrutura para os pequenos grupos de pescadores e criadores montarem suas próprias feiras de pescado. O Programa, denominado Feira Livre, conta com a colaboração dos municípios do País. A previsão é distribuir 200 "kits", com balcões e barracas, para que o pescado possa ser exposto e vendido pelo próprio produtor, principalmente em pequenas cidades, ou cidades médias com até 300 mil habitantes.

Em 2003, a SEAP/PR desembolsou quase 3 milhões de reais para o pagamento do subsídio que garante a equalização de preços do óleo marítimo internacional e brasileiro. Até outubro de 2004, quase 5 milhões de reais já foram investidos para o pagamento do benefício e o número de embarcações cadastradas para a recepção do subsídio foi de 2.500. (ASSIMP-SEAP/PR, 2004). Só após a criação da SEAP/PR, o benefício federal cresceu de 12% para 20%, garantindo a equalização de preços e a competitividade entre as embarcações nacionais e internacionais. Em 2005, a previsão é que 10 milhões de reais sejam disponibilizados para o Projeto.

Outra ação participativa da SEAP/PR, agora em contribuição ao Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável de Mesorregiões Diferenciadas, do MIN, é a composição no Grupo de Trabalho encarregado de discutir a integração de ações de curto prazo relacionadas ao setor pesqueiro, que possam refletir no desenvolvimento da mesorregião do Alto Solimões. Dois projetos relacionados ao setor pesqueiro já foram apresentados pelo MIN, que são: a construção e gestão de uma unidade de beneficiamento de pescado e a organização da produção de pescados que compreende: a instalação de estruturas de armazenagem, instalação de micro-indústrias de salga e beneficiamento, a estruturação de fábrica de ração e a organização dos pescadores e piscicultores.

Uma das funções da SEAP/PR é fazer um levantamento ríspido das embarcações pesqueiras para a obtenção de dados atualizados do número de registros ou permissões por armador de pesca e/ou proprietário, bem como a verificação dos procedimentos administrativos adotados na concessão dos registros ou permissões, e se suas características físicas são compatíveis com as especificadas nos registros.

A atuação da SEAP/PR para fazer este controle tem mostrado desconexão entre o número de embarcações em operação e o limite de embarcações com permissão para operar, estabelecidos pelo IBAMA. Em alguns casos, o número de embarcações que operam é de mais de duas vezes o limite permitido. A SEAP/PR vem trabalhando para regularizar toda a situação. Estruturar os escritórios estaduais foi o ponto de partida.

A frota da piramutaba no Pará foi a primeira a ter a condição ajustada. Além da pesca da piramutaba, também estão sob atos normativos no Brasil a da lagosta, por toda a região Nordeste e parte das regiões Norte e Sudeste; a sardinha nas regiões Sul e Sudeste; as espécies demersais (de fundo – como a pescada, corvina, castanha, entre outras), também nas Regiões Sul e Sudeste; e o grupo dos atuns e afins, distribuídos por amplas regiões dos mares brasileiros.

Em junho de 2004, uma embarcação do Panamá, arrendada por uma empresa brasileira para pescar atuns na ZEE, foi obrigada pela SEAP/PR, a retornar para o cais do porto de Recife, por estar sem um observador de bordo, profissional responsável pelo acompanhamento da operação e levantamento

de dados oficiais para o controle do governo, e obrigado por lei a se fazer presente em todas as embarcações que atuam na ZEE brasileira.

Em agosto, uma outra embarcação, dessa vez originária de Honduras e também arrendada por uma empresa brasileira, foi detida pela SEAP/PR. O motivo também se relacionava ao observador de bordo, só que desta vez, o mesmo estava presente na embarcação, mas sofrendo maus tratos por ter se recusado a omitir uma operação proibida realizada pela tripulação, a pesca do espadarte.

Além das irregularidades cometidas pelas próprias embarcações, a SEAP/PR tem promovido ações para o combate de causas externas ao setor pesqueiro, como os assaltos às embarcações. O Ministro José Fritsch solicitou apoio da Polícia Federal para resolver os problemas, e no final do mês de agosto, uma quadrilha de sete piratas que agiam no litoral paulistano foi presa.

Grande também foi o incentivo da SEAP/PR à atividade aquícola neste ano de 2004. Na piscicultura de água doce, um dos focos principais foi o programa de cultivo de peixes em lagos e reservatórios.

Em janeiro, o Ministro José Fritsch foi ao Pará para tomar as primeiras medidas a fim de iniciar a produção de peixes no lago e entorno da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, que hoje, a exemplo do que acontece em Furnas e Itaipu, já está em funcionamento. Foi a Santa Catarina para promover a implantação do projeto de criação de peixes em tanques-rede nas barragens do estado, e criou um Grupo de trabalho Interministerial para discutir o processo de licenciamento ambiental para os parques de produção aquícola. Em fevereiro, realizou o Seminário "Grandes Lagos", que discutiu a produção de peixes em tanques-rede nos grandes reservatórios de água.

Em junho, foi a vez do Pontal do Paranapanema receber o Ministro da SEAP/PR. A região possui um grande potencial hídrico e necessidade de inclusão social. Nela, estão as barragens de Sérgio Motta e Jupia, que juntas, formam uma das maiores áreas alagadas do País, e também os rios Paraná e Paranapanema. Na visita, o Ministro avaliou a viabilidade de iniciativas de criação de peixes no local e recebeu projetos para o início do empreendimento de piscicultura nas áreas.

Além dessas, barragens do estado de Goiás e de toda a região Sul do País, também vão participar do Projeto federal que visa desenvolver o cultivo

de pescados nos lagos e reservatórios com a implantação de parques aquícolas e uso da tecnologia de tanques-rede.

Outra hidrelétrica visitada por José Fritsch foi a de Balbina (Figura 29). A SEAP/PR colaborará para a implantação de um parque aquícola para a produção de pescados, beneficiando os pescadores da região.



Figura 29 – Ministro José Fritsch visita a hidrelétrica de Balbina

Fonte: ASSIMP-SEAP/PR (2004).

Além do projeto de cultivo de pescados nos lagos e reservatórios, a SEAP/PR tem incentivado a aquícultura nos diversos estados da Federação. Como exemplo, pode-se citar o estado do Mato Grosso do Sul, que em setembro de 2004 exportou o seu primeiro lote de pintado cultivado, e o município de Jaguará do Sul em Santa Catarina, que recebeu no mês de outubro, 112 mil reais da SEAP/PR para beneficiar tilápia, tão bem cultivada na região.

Com relação à maricultura, empresários ingleses apresentaram à SEAP/PR um projeto para desenvolver a atividade no entorno da bacia de Campos, no Rio de Janeiro. A SEAP/PR se mostrou aberta ao investimento que pode resultar na produção de 15 mil toneladas de pescado por mês. Além da SEAP/PR, a Petrobrás também irá apoiar o projeto.

Um outro acontecimento, e talvez o mais importante, para o cultivo de organismos marinhos no Brasil ocorrido em 2004, foi o acordo entre a SEAP/PR e o Governo do Estado de Santa Catarina, através do qual um Protocolo de Intenções para a implantação de um Centro de Excelência em Maricultura foi assinado. A criação e manutenção do CEMar serão feitas pela SEAP/PR e pelo Governo Federal do Canadá. O objetivo é desenvolver

pesquisas e projetos para o desenvolvimento da maricultura, beneficiando todo o Brasil.

A SEAP/PR também irá financiar a estruturação do Centro de Estudos Ambientais Costeiros (CEAC) do LABOMAR da Universidade Federal do Ceará, que tem como objetivos: a promoção da consciência ambiental e da conservação do meio ambiente, através de cursos e palestras educativas; a estruturação de um centro de investigações para desenvolvimento, aprimoramento e transferência de tecnologias sustentáveis de cultivo, através de pesquisas inovadoras e aplicadas; a demonstração, treinamento e profissionalização de mão-de-obra nas áreas de Maricultura, Ecologia e Monitoramento Ambiental; a promoção institucional na área de pesquisa e tecnologia em Maricultura para captação de recursos e parcerias; e, finalmente o desenvolvimento de atributos para conquistar usuários, parcerias e convênios com institutos de pesquisa, associações e empresas. Localizado no estuário do Rio Pacoti, município do Eusébio, o CEAC dispõe de uma área total de 4,4 hectares, doada pela Prefeitura do Eusébio (Figura 30).



Figura 30 - Estágio atual das obras do centro, com o loteamento Alphaville, no município do Eusébio, ao fundo (Fonte: LABOMAR, 2004).

Na carcinicultura, a SEAP/PR fechou parceria com a Associação Brasileira de Criadores de Camarão (ABCC), com a finalidade de elaborar novas diretrizes para a Plataforma Tecnológica do camarão marinho cultivado, um documento que contém as propostas de programas e projetos para o desenvolvimento sustentável da atividade no Brasil.

A SEAP/PR também realizou uma reunião com o GTCAD, para encontrar meios de impulsionar a carcinicultura de água doce no País, especialmente no tocante à espécie *Macrobrachium rosenbergii*, o gigante da Malásia. Além disso, a SEAP/PR participou da elaboração do “Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade para Camarão Congelado”. Este documento é necessário para todos os produtos alimentícios, de origem animal, obtidos por industrialização.

Entretanto, o foco principal da SEAP/PR com relação à carcinicultura foi sem dúvida, as estratégias de defesa para a acusação de “dumping” que o Brasil, junto com mais cinco países, tem sofrido nos últimos anos. Os criadores de camarão norte-americanos acusam seis países (Brasil, Índia, China, Tailândia, Vietnã e Equador), de estarem recebendo algum subsídio para produzirem camarão, o que faz com que os mesmos vendam o produto a preços muito reduzidos e prejudiquem o livre comércio internacional. A SEAP/PR vê a acusação como algo infundado, sinalizando uma atitude desesperada dos norte-americanos por estarem perdendo o poder de competitividade, e por isso, empenhou-se durante todo o ano de 2004, e continuará se empenhando nos próximos anos, para reverter os prejuízos causados aos carcinicultores brasileiros.

Em janeiro, o Ministro José Fritsch se reuniu com a Embaixadora dos Estados Unidos, Donna Hrinak, como primeiro passo. No encontro o Ministro convidou formalmente, através da Embaixadora, os carcinicultores norte-americanos para conhecerem as empresas acusadas de praticar “dumping” e comprovarem que tal denúncia era irreal. No mês seguinte, o Ministro foi aos Estados Unidos para um encontro com o representante comercial da Casa Branca e maior interlocutor dos Estados Unidos sobre a ALCA, Robert Zoellick, com o Assistente Especial do Presidente George Bush para a América Latina, Embaixador Thomas Shannon e com representantes do Departamento de Comércio dos Estados Unidos (DOC), a fim de discutir sobre o processo.

Em agosto, técnicos do Departamento de Comércio dos Estados Unidos vieram ao Brasil para fazer investigações nas empresas acusadas, e a SEAP/PR colocou técnicos próprios e do Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior para acompanharem os estrangeiros e garantirem a defesa brasileira. O resultado das investigações foi uma sobretaxa de 37% sobre o Brasil, país que recebeu a sobretaxa mais alta. A reação da SEAP/PR foi a de recorrer ao processo.

4. DISCUSSÃO

4.1 - Foco institucional

Uma primeira diferença entre a atual gestão e a anterior está relacionada ao lado institucional. O DPA/MA era um Órgão Setorial de um Ministério que abrangia vários setores, e o setor pesqueiro nem mesmo era descrito no nome deste Ministério. Hoje, como uma Secretaria Especial vinculada diretamente à Presidência da República, com “status” de Ministério, a SEAP/PR DETÉM uma maior capacidade de decisão, já que as etapas a serem desenvolvidas até chegar ao poder maior de deliberação são em menor número, diminuindo assim também os entraves burocráticos.

As estratégias de ação da SEAP/PR são mais abrangentes. Assim como o DPA/MA, ela também busca assegurar o desenvolvimento e a sustentabilidade nos setores de aquicultura e pesca, bem como reestruturar o setor de comercialização de pescados nos âmbitos nacional e internacional. Mas vai além, também objetiva uma ampliação nas discussões relacionadas ao setor por parte de todos os envolvidos na esfera da pesca e aquicultura; uma estruturação dessas atividades; uma intensificação do desenvolvimento tecnológico; a inclusão social e um reforço ao Programa Fome Zero, um dos principais pontos a serem alcançados pelo governo Lula.

Ainda quanto às estratégias, a atual gestão aponta uma falha relacionada ao exercício do DPA/MA. Mesmo considerando na legislação a pesca artesanal, a aquicultura familiar e a recuperação da pesca costeira, na realidade o que aconteceu foi uma regalia ao agronegócio da pesca oceânica e da aquicultura, desenvolvido em massa por empresários de grande poder aquisitivo. Dessa forma, foram esquecidos os pequenos e médios produtores, e essas atividades sofreram um processo de estagnação e/ou queda. Este desacerto é um dos pontos que o governo Lula pretende ajustar, não só no setor pesqueiro (e para isso criou a SEAP/PR) como em todos os setores do país nos seus quatro anos de chefia.

4.2 - Foco político

O Projeto Político da SEAP/PR foi formulado buscando abranger todo o setor pesqueiro. Para o Presidente Lula, o social, o produtivo/econômico e o ambiental têm a mesma importância. Seu compromisso com setor pesqueiro na verdade, está fundamentado no conceito de sustentabilidade, que se traduz como, produzir e/ou explorar viavelmente, de forma a degradar ao mínimo possível o meio ambiente, e também provendo as comunidades de benefício social.

Em agosto de 2002, durante sua campanha política, o Presidente Lula apresentou a “Carta Compromisso aos Pescadores”, um documento com onze itens, onde foram descritos os planos de governo para o setor pesqueiro (ANEXO II). Este apontamento foi a base para elaboração do Projeto Político, onde está o teor do “Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura e Pesca”.

Nos dois primeiros anos de Governo, o Presidente Lula já conseguiu, por intermédio da SEAP/PR, concretizar alguns desses itens e dar os primeiros passos para alcançar os demais. A criação da SEAP/PR foi o item de abertura do compromisso, procedimento que foi visto por toda a sociedade pesqueira como um marco para o setor. Depois, o Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável para a Pesca e Aqüicultura foi feito e, conforme o prometido, abordando programas específicos a cada região do País para transformações em curto, médio e longo prazo.

Outra promessa já cumprida pelo Presidente Lula foi a manutenção do IBAMA como órgão fiscalizador do setor pesqueiro. Essa medida foi importante não só por se tratar de um item do compromisso do Presidente com os pescadores, mas também por aproveitar uma estrutura já existente, que está sendo apenas melhorada através da dotação de recursos. Tal atitude é de muito valor, considerando-se que a ação fiscalizatória é preponderante para o bom funcionamento do setor e apresenta uma histórica deficiência.

Acerca dos demais itens, muitas ações foram e estão sendo realizadas a cada dia, de modo que, no balanço desses dois primeiros anos, e considerando a difícil situação em que o setor pesqueiro se encontrava, a SEAP/PR tem um saldo muito positivo.

No Projeto Político, o item 1 descreve o objetivo maior do “Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável”, que se refere a estimular a produção, promover a inclusão social e contribuir com a segurança alimentar do país. Para pôr em prática esse objetivo foram, também no Projeto Político da SEAP/PR, elaborados oito resultados a serem alcançados nesta administração, bem como as formas de viabilizá-los.

O primeiro resultado, relatado como “Conferência Nacional de Aqüicultura e Pesca” aprova o “Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável” já foi alcançado. Este resultado é sem dúvida o mais importante, pois é a base para os demais. A 1ª Conferência Nacional de Aqüicultura marcou uma nova era no setor e o “Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável”, que foi discutido e aprovado por 953 dos 1.056 delegados(as) eleitos durante as Conferências Estaduais. Este Plano tem sido o alicerce sob o qual toda a política para o setor pesqueiro está acontecendo.

Os outros sete resultados descritos no Projeto Político sugerem alcance até o final da gestão. Eles indicam a estruturação, modernização e desenvolvimento do setor pesqueiro, bem como a contribuição que ele dará a economia e a sociedade do País.

Assegurar a sustentabilidade da aqüicultura e pesca (resultado 2) é algo que sempre foi motivo de discórdias na gestão do DPA/MA. Produtores, empresários, pescadores, cientistas, ambientalistas e autoridades do setor não conseguiam chegar a um acordo. A SEAP/PR surgiu como um elemento coordenador dessas atividades, fazendo com que o setor pesqueiro realmente se desenvolvesse dentro do conceito de sustentabilidade.

A sustentabilidade motiva a perspectiva de continuar desenvolvendo uma atividade no futuro, seja ele próximo, como no caso de sobreexploração de alguma espécie, ou longínquo, no caso de extinção de água potável no Planeta. Diante disso, é possível perceber a importância desta preocupação constar no Projeto Político da SEAP/PR.

O resultado 3 discrimina a estruturação do campo aqüícola, que é novamente um ponto positivo para a SEAP/PR. Diante da escassez cada vez maior dos bancos naturais e cardumes de peixes, a aqüicultura brota como um porto seguro para o setor pesqueiro. A atividade, nos seus diversos campos,

piscicultura, maricultura, carcinicultura, malacocultura, aponta para a probabilidade de aumento na produção nacional de pescados.

É importante dizer que nesse resultado a ser alcançado, está implícito o incentivo ao associativismo e cooperativismo. Eles são importantes porque unem os trabalhadores, tornando-os fortes para negociar e com mais voz perante as autoridades, podem reduzir o custo com os insumos da atividade, além do que, podem expandir e diversificar os empreendimentos. Por exemplo, em uma cooperativa, alguns elementos são responsáveis pela produção/exploração, outros pelo beneficiamento, e o restante pela comercialização, participando de todos os elos da cadeia produtiva.

O resultado 4, tão importante quanto o anterior, prevê a estruturação do setor pesqueiro continental e costeiro. Aqui, a SEAP/PR tenta implementar a recuperação da pesca, atividade que fornece alimento pesqueiro desde o início dos tempos, mas que no Brasil, nos últimos anos, foi realizada sem um ordenamento e, portanto, vem se tornando sobreexplorada.

A partir do resultado 5, que narra uma política de inclusão social pela aqüicultura e pesca, a SEAP/PR começa a mostrar realmente o seu diferencial da gestão anterior. O governo Lula pretende que as atividades pesqueiras e aqüícolas movimentem não somente a economia do País, como também, transformem a vida dos trabalhadores que com elas estão envolvidos, gerando emprego e renda e, conseqüentemente, propiciando-lhes uma vida mais honrada.

Um dos maiores entraves ao desenvolvimento do setor pesqueiro foi a tradicional burocracia para a obtenção de financiamentos, e até mesmo a inexistência de linhas específicas à classe. Ao elaborar o resultado de número 6 de seu Projeto Político, a SEAP/PR mostrou que sabia disso e que pretendia reverter a situação. Este resultado descreve a criação de políticas de crédito estruturadas e, principalmente, acessíveis.

Difusão tecnológica, expansão de produção e redução de desperdícios é o que a SEAP/PR almeja conquistar no resultado 7. Uma coisa complementa a outra: com desenvolvimento e difusão de tecnologia é que se consegue meios para aumentar a produção e reduzir os desperdícios. Para um setor em que se pretende dobrar a produção, difusão tecnológica é indispensável.

O resultado número 8 é um desejo especial do Presidente Lula: a contribuição do setor pesqueiro com o Programa Fome Zero. Valer-se das atividades agrárias para reduzir a miséria no país é provavelmente a melhor forma. Mais do que dar dinheiro as pessoas para que elas possam se alimentar, a exemplo do que acontece com programas como o “Bolsa Alimentação”, “Vale gás”, entre outros, o campo agrícola fornece, além do alimento, emprego e renda. É como diz sabiamente a velha máxima: “não dê um peixe a alguém, pois ele terá alimento por um dia. Ensine-o a pescar e ele terá o meio de conseguir seu próprio alimento. Por fim, pesque junto e ele pescará por toda a vida”.

A SEAP/PR, voltada a esse ditado, apóia os pescadores e aqüicultores, fornecendo-lhes os subsídios necessários para que eles desenvolvam suas atividades e dessa forma, contribui com a geração não apenas do alimento, mas também, de trabalho e dignidade, tão necessários aos seres humanos.

Além desses resultados, o Projeto Político traz os indicadores para o ano de 2006. Nesse ponto, elogios e críticas devem ser feitos.

O Governo acerta quando almeja elevar o consumo de pescado no País, aumentar a renda do produtor/pescador, reduzir ao máximo o desperdício de pescado, reduzir a diferença entre o preço da primeira e da última comercialização e gerar empregos diretos e indiretos no setor.

Entretanto, peca ao afirmar que irá “eliminar” o analfabetismo entre os pescadores, aumentar em “50%” a produção no País e “triplicar” o superávit. Toda transformação, por mais esforço que se possa empregar, requer tempo para acontecer. Um País que hoje apresenta um altíssimo índice de analfabetismo no setor pesqueiro não pode ter transformada, de forma tão exorbitante, a sua realidade em apenas quatro anos. Afirmer que ao final de um mandato se terá conseguido eliminar um problema tão grande, é um tanto quanto sonhador.

O mesmo se aplica às afirmações de aumentar em 50% a produção e triplicar o superávit. Fazer declarações como estas, é arriscado quando se está diante de um País com alta carência em tecnologia, capacitação profissional, estruturação, pesquisas e desburocratização. Há que se considerar que o clássico abandono pelo qual o setor passa há décadas, não poder ser transformado em apenas quatro anos.

A SEAP/PR merece louvores pela política que vem empregando no setor pesqueiro, entretanto, ao apontar indicadores para o final da gestão, tem que se lembrar da complicada situação que o País atravessa, devido às políticas passadas, e mais uma vez que, nenhuma mudança se dá repentinamente.

4.3 - Foco orçamentário

A verba designada à pesca do País até 2003 estava destinada ao DPA/MA. O montante de 15 milhões de reais, tão pouco para um setor promissor como o pesqueiro, tinha a mesma dimensão que a importância dispensada às atividades pesqueiras por parte do governo.

Em 2003, o novo Governo Federal quase nada pôde fazer para destinar à recém-criada Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, uma verba compatível com o seu "status" de Ministério. Os 15 milhões de reais antes destinados ao DPA/MA, foi o montante que a SEAP/PR recebeu para realizar suas atividades em 2003.

Desse modo, o primeiro ano de funcionamento foi para a consolidação do Órgão e para a elaboração de planos, que seriam realizados durante os quatro anos de gestão. Porém, em 2003, a SEAP/PR não ficou só planejando. O Ministro José Fritsch já começou a buscar parcerias com diversos órgãos, como o BNDES, o BNB, o Banco do Brasil, a FAO, a Marinha do Brasil, diversos Ministérios, entre outros, para que estes consortes colaborassem com os programas a serem implantados, oferecendo principalmente, apoio financeiro.

Em 2004, com o atual Governo elaborando o orçamento da União, a SEAP/PR recebeu uma verba bem maior, 75 milhões de reais, e já contava com o apoio de diversas instituições.

De forma geral, os recursos da SEAP/PR nesses dois anos foram empregados em programas de financiamento; eventos e encontros para discussões acerca de temas do setor; promoção e divulgação dos produtos pesqueiros em nível nacional e internacional; programas sociais de alfabetização, capacitação, e saúde das comunidades pesqueiras; obras para a melhoria de infra-estrutura; entre outras atividades.

4.4 - Foco creditício

Em dois anos de funcionamento a SEAP/PR criou várias e diferentes linhas de crédito. Em pouco tempo conseguiu dar passos significativos rumo ao preenchimento de lacunas que há anos eram empecilho ao crescimento do setor pesqueiro. Instituições financeiras que antes não mostravam nenhum empenho com relação às atividades aquícolas e pesqueiras, foram mobilizadas e convidadas a cooperar com as propostas da SEAP/PR.

Muitas pessoas já foram beneficiadas pelos recursos e já estão contribuindo para que as mudanças no setor ocorram. O exemplo mais bem sucedido nesses dois anos foi o município de São Francisco do Sul (SC) com o Programa PRONAF Pesca. Duzentos e dezessete projetos com valor aproximado de 1.500.000 reais deram entrada na agência do Banco do Brasil do Município. Desses, 142 já foram aprovados somando 742.510 reais disponibilizados (EPAGRI-SC, 2004). O dinheiro foi usado na pesca artesanal para a aquisição de petrechos de pesca, embarcações, motores e equipamentos de refrigeração. Os projetos, neste caso, estão sendo elaborados em nome de uma única pessoa ou em grupos de até dez, e o valor médio do empréstimo é de cerca de R\$ 6.500,00 por tomador.

Entretanto, apesar da forma competente como os programas de crédito foram elaborados, em uma distribuição que atende especificamente a cada região e a cada foco produtivo e social, e do exemplo da cidade de São Francisco do Sul, o número de pessoas que não conseguiram obter os benefícios ainda é alto. Isso se deve provavelmente ao fato de que os bancos não estão acostumados a prestação desse serviço para o setor pesqueiro e, portanto, não estão completamente preparados para atender aos produtores da área.

Diante disso, a mobilização dos movimentos sociais, a ousadia dos empresários e a capacidade de coordenação da SEAP/PR, são imprescindíveis para a eficácia dos programas. Compete a SEAP/PR não apenas ter elaborado as linhas de crédito, mas também, preparar as instituições para que de fato, o financiamento se realize com o mínimo de burocracia e o crédito chegue às mãos dos interessados.

Algumas instituições estão sentindo essa necessidade de mudança e por si próprios estão tomando medidas para a desburocratização. O BNB, por exemplo, tomou a iniciativa de deixar a cargo do empreendedor a elaboração do projeto para obtenção do financiamento, fornecendo inclusive um “lay-out”, por intermédio de um CD-ROM, de como o projeto deve estar para que seja aprovado. Este CD-ROM pode ser obtido gratuitamente nas agências dos bancos e ele contém de forma simples e objetiva, campos a serem preenchidos com as informações mais importantes do projeto.

Desse forma, principalmente os projetos de pequeno e médio porte podem ser elaborados pelos próprios produtores. Esse exemplo provavelmente deve ser seguido pelos demais bancos. De toda forma, é necessário o empenho dos avaliadores do banco para que a burocracia seja cada vez menor e as exigências cada vez mais maleáveis.

Se isto realmente acontecer, as portas para a chamada “Revolução Azul”, ou seja, o grande crescimento do setor pesqueiro, começarão a ser abertas.

4.5 - Foco promocional (consumo e divulgação)

A SEAP/PR realizou eventos no intuito de contribuir com a divulgação e o aumento de consumo de pescado no País. Nos anos de 2003 e 2004, promoveu a Semana do Peixe (item 3.1.8, página 33). As duas edições do evento foram realizadas em parceria com a Abras e tinham o objetivo de cooperar com o intento do governo de igualar o consumo de pescados no Brasil hoje, com o recomendado pela FAO.

Considerando que o pescado de modo geral é um alimento com grandes vantagens nutritivas, a atual situação de miséria que atinge grande parte da população brasileira, carece ser transformada.

Há que se estimular o consumo de pescado na Nação e para tanto é pertinente entender porque o consumo é tão baixo no País. Segundo os estudos de mercado já realizados acerca do tema, a principal razão para a reduzida ingestão do produto é mesmo o preço. As pessoas sabem dos benefícios que o peixe traz à saúde e a grande maioria delas acha a carne saborosa.

Muito já se tentou fazer para explicar porque o peixe é tão caro e as conclusões mais plausíveis, são as que apontam a baixa quantidade ofertada como causa principal. Os pescadores afirmam que, o elevado número de trabalhadores na área, culmina na exploração desregulada e na conseqüente escassez do produto.

As estratégias da SEAP/PR para a Semana do Peixe foram familiarizar o consumidor com a escolha, preparo e consumo do pescado; fazer uso de material publicitário para a divulgação da campanha; e reduzir promocionalmente o preço do pescado exclusivamente ao consumidor final durante a semana do evento. Episódios como este tem uma importância fundamental, à medida que promovem não só o aumento no consumo, mas também a educação alimentar da população.

Porém, mesmo durante a Semana do Peixe, quando os preços estavam reduzidos em até 40%, muitos consumidores ainda não puderam adquirir o produto. Isso mostra que a redução no preço deve ser efetiva, permanente e suficientemente adequada à população brasileira. Tudo funciona de forma circular. Pelos princípios básicos da economia, quanto menor for o preço, maior será o consumo, e para uma grande demanda é necessário uma grande oferta, e uma grande oferta, é o que pode gerar a diminuição nos preços dos produtos pesqueiros.

Além disso, para a efetiva solução dessa problemática, é necessário que as ações governamentais, como a Semana do Peixe, contem com a adesão dos produtores, exploradores, profissionais e pesquisadores da área.

4.6 - Foco produtivo

Segundo dados estatísticos do IBAMA (2003), entre os anos de 1994 e 2002, houve uma redução de quase 22% na pesca extrativa costeira e 6% na pesca continental. Essa redução pode ser explicada pelo histórico da prática de uma pesca irracional, feita de forma indiscriminada e sem ordenamento, que não considerava o quesito sustentabilidade, fatores que culminaram na sobreexploração de muitos estoques pesqueiros.

A SEAP/PR, visando restabelecer as atividades bem como combater as causas, tem desenvolvido projetos para a consignação de um ordenamento

pesqueiro, com profissionais capacitados e conscientes, acerca do que é desenvolvimento com sustentabilidade. Além disso, tem formulado projetos de modernização e concepção de infra-estrutura, como embarcações, postos e entrepostos pesqueiros, com potencialidade para explorar os recursos disponíveis no Brasil.

Na pesca oceânica, a situação é um pouco distinta. Ela teve um aumento de 4,28% também entre 1994 e 2002. Entretanto, nada que possa ser colacionado com o crescimento do setor aquícola, que tem crescido a taxas cada vez mais altas. A aquícultura cresceu 22,01% na última década (IBAMA, 2003). Esse crescimento da pesca oceânica e da aquícultura pode ser explicado pelo substancial apoio que essas atividades receberam nos anos anteriores ao Governo Lula, por parte do DPA/MA. Este órgão, quando detinha a responsabilidade pelo setor pesqueiro, priorizou os grandes empreendedores e empresários. Por um lado, essa política trouxe desenvolvimento e modernização para ambas as atividades, especialmente a aquícultura, que vem se tornando a cada dia mais, uma atividade conhecida e atrativa dos empresários e produtores, estejam eles envolvidos ao agronegócio ou não. Não obstante, por outro lado, dar tanta acuidade aos grandes produtores e empresários, fez o DPA/MA esquecer a esfera mais sofrida, menos favorecida e portanto, mais carente de ajuda governamental, o segmento de médio e pequeno porte da sociedade pesqueira.

A atual gestão, através da SEAP/PR, tem como foco principal de sua administração, o lado social, pretendendo dar apoio a todas as atividades aquícolas e pesqueiras e promovendo o crescimento econômico do País. Porém, sem dúvida, todas as ações da SEAP/PR têm sido fundamentadas na busca de um desenvolvimento econômico, que se refere à melhoria do bem-estar geral das comunidades pesqueiras, fornecendo a estas mais saúde, educação, trabalho e uma melhor distribuição de renda, compatíveis com o modelo de administração do Presidente Lula para o país como um todo.

Essa mudança nas prioridades dos modelos de gestão anterior e da atual gerou no meio empresarial uma certa revolta. Muitos questionaram as ações da SEAP/PR, afirmando que os grandes produtores estão sendo prejudicados e desamparados pelo Órgão. Entretanto, as ações desenvolvidas pela SEAP/PR nesses dois primeiros anos de funcionamento provam o

contrário. O Ministro José Fritsch tem se mostrado preocupado com aspectos distintos como a alfabetização dos pescadores e os problemas de exportação da carcinicultura, comprovando a abrangência com a qual a SEAP/PR está atuando.

A SEAP/PR acredita que essa forma de gerência garantirá um aumento na produção não só através da já bem sucedida aqüicultura em grande escala, mas, um acréscimo produtivo gerado também pelas demais modalidades pesqueiras, antes desprovidas de apoio governamental substancial.

4.7- Foco infra-estrutural

A SEAP/PR herdou um setor desestruturado e carente de modernização tecnológica. Estrategicamente, muitos esforços foram concentrados no sentido de resolver essa problemática, já que, infra-estrutura adequada é primordial ao desenvolvimento de todas as atividades. A aqüicultura precisa de boas instalações para a produção; a pesca de boas embarcações e terminais pesqueiros para a exploração; e ambas necessitam de boas formas de transporte, de indústrias de beneficiamento e canais de comercialização bem estruturados.

A frota pesqueira nacional traz consigo uma histórica situação de sucateamento e tecnologia ultrapassada, além de sempre ter se apresentado numericamente reduzida, o que impossibilita a soberania do Brasil na exploração de suas águas. E, como os recursos aquáticos do País são abundantes, a cobiça internacional é imensa, o que gera a presença de embarcações estrangeiras na costa brasileira, explorando os recursos de forma desordenada e muitas vezes clandestinamente.

Além disso, existem as pressões internacionais, como no caso do acordo Mercosul/União Européia, onde a liberação da pesca na ZEE brasileira surgiu como imposição para fechamento do convênio. O ICAT já até ameaçou reduzir as cotas de pescas de atuns do Brasil, em função de o País não atingir sua cota de pesca.

Todavia, o Ministro José Fritsch tem se mantido forte no propósito de que o Governo brasileiro vai ocupar essa área, gerando empregos e renda no setor pesqueiro e também na indústria naval. O Governo vem investindo

pesado no incentivo à pesca e negociando internacionalmente a manutenção e ampliação das cotas de pescas internacionais.

Na tentativa de atender a essa grande demanda de recursos aquáticos, desde muito tempo, são feitos contratos de arrendamento de embarcações com países estrangeiros e na última década, a maioria dos barcos que vinha operando na pesca ainda é arrendada através desses convênios. Contratos de arrendamentos de barcos, em sua grande parte, sempre contrariaram o interesse nacional e não provocaram efeito econômico positivo significativo ao País.

O Ministro José Fritsch, em declaração a revista ComCiência no início do Governo Lula, afirmou que: *“quem acaba tendo algum ganho é muitas vezes uma empresa que nem tem ligação com a pesca, mas que recebe 6% sobre o valor da pescaria, isso porque não há nenhum imposto sobre o arrendamento, enquanto o empresário brasileiro, que tem um barco brasileiro, paga 26,27% de impostos”*. E mais do que não trazerem benefícios à nação, esses contratos não eram cumpridos da forma como deveriam, sendo então, na maioria das vezes, apenas um lado beneficiado, e há que se ressaltar que geralmente o lado beneficiado não era o brasileiro.

Esses fatos que aconteceram ao longo de muitos anos, causaram um dano significativo no desenvolvimento pesqueiro do país, como também lesões à economia brasileira. Nesse contexto, fazia-se necessário, tão logo quanto possível, uma mudança desse cenário. A criação da SEAP/PR foi, para todo o setor pesqueiro, a esperança de transformação.

De fato, a nova legislação, que estabeleceu além de outros aspectos, a obrigatoriedade de edital público nos processos de arrendamento, trouxe muitas regras que priorizam o Brasil. A idéia do Ministro é potencializar o País para que ele seja capaz de explorar seus recursos, e com participação majoritária da frota nacional.

Enquanto isso não for possível, e as embarcações estrangeiras ainda forem indispensáveis ao País, o Ministro restringiu através desses editais de convocação o número de embarcações estrangeiras a serem arrendadas por cada empresa. Como era de se esperar, essa limitação foi mira de abundantes reivindicações por parte de muitos empresários do setor, porém, ela era

necessária para a mudança maior e efetiva, que se dará em longo prazo com a construção da frota pesqueira nacional.

A postura do Ministro José Fritsch de não ceder a pressão de alguns empresários foi admirável, não só pela firmeza que o mesmo demonstrou para alcançar a meta de formar a frota nacional, mas também, porque esse limite no número de embarcações por empresa vai consentir que cooperativas e empresas de pequeno porte tenham acesso ao arrendamento e de fato possam ter a esperança de obter sucesso nessa tão disputada competição.

A preocupação da SEAP/PR com a democratização das atividades pesqueiras e com o conseqüente desenvolvimento da Nação como um todo, era também evidenciada nos critérios considerados no julgamento das propostas de arrendamento. Segundo eles, as cooperativas terão prioridade sobre as empresas de pesca, e os candidatos que já possuem barcos podendo assim, contribuir para formação da frota nacional, também receberão uma pontuação maior. Além disso, quanto maior for o lucro destinado à empresa ou cooperativa nacional, o número de brasileiros na tripulação, o número de detalhes dos métodos/petrechos para redução da incidentalidade com aves e tartarugas e quanto mais nova for a embarcação a ser arrendada, mais chance terá o interessado de concretizar o seu arrendamento. Como complemento fundamental, no caso de haver empate na somatória dos pontos, o primeiro critério de desempate é a prioridade dada as proposta que apresentarem sugestão de responsabilidade social vinculada ao Programa Fome Zero de doação de pescado originado de fauna acompanhante.

Diante do exposto acima e da efetiva aplicação das exigências desses editais, a SEAP/PR merece as congratulações e os agradecimentos de todos os envolvidos no setor pesqueiro, bem como de toda a sociedade, que deverá ser beneficiada sócio, econômico e ambientalmente, além do desejo de que medidas como estas sejam estendidas pelas próximas décadas, independentemente de quem esteja ocupando o comando do País, até que o Brasil tenha condições de caminhar sozinho na exploração de seus recursos.

Além da frota de embarcações pesqueiras, a estruturação da atividade também carecia de toda uma infra-estrutura para desembarcar o pescado. Nos

portos, as exigências para o desembarque têm custo conflitante com a renda do pescador.

Os terminais pesqueiros ficavam a mercê das empresas administradoras e a maioria se tornou uma estrutura precária, que não apresenta condições adequadas para o recebimento e expedição do pescado, deixando o pescador ou armador nas mãos dos atravessadores. Isso conseqüentemente gerava pouca renda para este trabalhador, e pescado com pouca qualidade e alto preço nos postos de comercialização, prejudicando a cadeia produtiva do produto.

Para mudar esta realidade, a SEAP/PR trabalhou em 2003, e mais maciçamente em 2004, na política de modernização e estruturação dos terminais pesqueiros públicos do país. As obras para concretizar a meta de 12 terminais pesqueiros funcionando em pleno vapor até 2006 foram destaque no orçamento empregado em infra-estrutura em 2004.

Em outubro, foi instituído o Decreto nº 5.231/04, onde estão os princípios e regras para o funcionamento dos Terminais Pesqueiros Públicos. Com esta legislação, independente do modelo ou de quem administra (empresa, organização ou poder público), para o funcionamento do terminal é preciso a criação de um conselho com representantes dos executivos federal, estadual e municipal, da administradora do espaço e das entidades de classe do setor na região. Assim, através da gestão participativa, a SEAP/PR espera que a administração de cada terminal se dê de acordo com a necessidade do local e do interesse público.

Esse novo modelo administrativo permite uma melhor identificação da atividade pesqueira durante o embarque e desembarque, aumentando a fidelidade nas estatísticas de produção do setor. Além disso, a qualidade do pescado é resguardada, à medida que a infra-estrutura é mais organizada, aumentando o valor do produto e reduzindo o atrelamento que o pescador era forçado a ter com o atravessador. Esta posição do Governo também consolida as condições para a construção da frota nacional pesqueira, que já está em andamento através do PROFROTA Pesqueira.

Com medidas como estas é que a SEAP/PR espera solucionar os danos causados ao longo dos tempos, na estrutura pesqueira do País. Dessa forma, será possível aumentar a capacidade de pesca de espécies

subexploradas na região oceânica, realizando uma ocupação mais racional da ZEE, e aumentando também, a oferta de pescado para o consumo interno, além de promover ainda, o desenvolvimento tecnológico e estrutural do setor pesqueiro nacional, há anos prometidos.

4.8 - Foco social

Sem sombra de dúvidas, o social foi e tem sido o campo mais abraçado pela SEAP/PR. Isso porque, ele é também a menina dos olhos do governo do Presidente Lula. Uma das razões inclusive para a criação da SEAP/PR foi a contribuição que este Órgão pode dar ao Programa Federal Fome Zero, através do setor alimentício que gerencia.

Dentro deste contexto, muitas foram as ações da SEAP/PR, que tinham como função principal ou periférica, o desenvolvimento econômico, o benefício social. A exemplo, pode-se citar o Programa Merenda Escolar, que visa instituir o pescado na merenda dos alunos de escolas públicas. Nesses dois anos, alguns municípios da Bahia e do Piauí já empregaram o Programa.

Outro exemplo foi a verba que a SEAP/PR forneceu ao DNOCS para investimento em projetos de piscicultura que devem ter como objetivo, o apoio ao tão importante para o governo, Programa Fome Zero.

É possível citar ainda, o Projeto Pescando Letras, que objetiva alfabetizar os pescadores e pescadoras de comunidades pesqueiras espalhadas pelo litoral brasileiro. Homens e mulheres que não tiveram oportunidade de estudar na infância, mas que agora, teriam a vida facilitada por estarem aprendendo a ler e a escrever. O alto índice de analfabetismo entre os pescadores se deve ao fato de que a escola tradicional não se adaptou à pesca, e a maioria deles teve que escolher entre pescar e estudar. O Programa vai possibilitar que estes trabalhadores pesquem, além de mais peixes, novas direções de vida.

Nesses dois anos a SEAP/PR tentou melhorar a situação dos pescadores artesanais que trabalham na pesca de espécies cuja pescaria é limitada pelo período de defeso. O novo Seguro-desemprego para o Pescador Artesanal, instituído na legislação, reduziu o tempo de comprovação de

atividade necessário para o acesso ao benefício, o que tem contribuído diretamente para que o defeso seja realmente respeitado.

Este foi o primeiro passo de um longo trabalho a ser feito. É previsão da SEAP/PR até mesmo, propiciar a conversão desses pescadores em maricultores, o que não só contribuiria com o cultivo de organismos marinhos, mas também para a recuperação dos estoques pesqueiros sobreexplotados.

Muitos outros exemplos ainda merecem ser aludidos como o Curso de Formação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural; o Programa de Inclusão Digital; o Programa Qualidade na Mesa, que consiste na capacitação de funcionários de pequenos e médios estabelecimentos comerciais, visando a criação de uma nova cultura entre as pessoas que trabalham nas peixarias dos supermercados; e a parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH/PR), a fim de garantir o respeito e a dignidade da classe pesqueira.

4.9- Foco científico / acadêmico

O Brasil tem uma vasta biodiversidade marinha, com potencialidade para contribuir significativamente para economia da Nação. Apesar disso, grande é a defasagem de estudos e pesquisas no País aplicadas a este setor. É fundamental o estímulo ao desenvolvimento de estudos de prospecção pesqueira, onde serão analisadas as atuais situações em que se encontram os recursos pesqueiros comercialmente importantes, verificando as áreas de pesca existentes e promovendo a criação de novas áreas.

Tal acuidade também deve ser dispensada à Biologia Pesqueira, seja com os estudos de dinâmica populacional, analisando o tamanho das populações, os aspectos biológicos como reprodução, migração e crescimento, seja com os estudos estatísticos, realizando levantamentos de frota pesqueira, censo de comunidades dependentes da pesca e aquicultura, etc.

A SEAP/PR tem descrito em seu Projeto Político, atividades a serem desenvolvidas para promover a instrumentalização tecnológica, com finalidade de incrementar a produção e racionalizar os métodos usados na exploração pesqueira e nos cultivos aquícolas. Alguns exemplos são os estudos de identificação e domínio de tecnologia para cultivo de espécies nativas; os

estudos de prospecção; as pesquisas para redução e aproveitamento de fauna acompanhante; os estudos para readequar o uso das artes de pesca; os estudos para implantação de atratores e recifes artificiais, entre outros.

A SEAP/PR tem se esforçado e já começou a atuar para promover o desenvolvimento científico do setor. Nos anos de 2003 e 2004, muitos seminários, palestras e discussões promovidos a fim de mobilizar e estimular os pesquisadores. O SEAP/PR também apoiou encontros, congressos e fóruns nacionais e internacionais.

4.10 – Relações institucionais

A SEAP/PR se mostrou bastante empenhada em estabelecer contatos com órgãos e instituições que potencialmente poderiam contribuir para o desenvolvimento do setor pesqueiro. Parcerias, encontros, convênios, acordos e convenções, nos âmbitos nacional e internacional, foram firmados nesses dois anos de gestão. Os motivos foram os mais diversos possíveis. A arrecadação de financiamentos, a colaboração no desenvolvimento de estudos e pesquisas, a troca de tecnologias, a troca de experiências, a elaboração e revisão de legislações, a formulação e execução de projetos e programas, e a capacitação dos envolvidos no setor pesqueiro são os principais.

No âmbito internacional, os principais organismos que mantiveram relações com a SEAP/PR foram a FAO e o BIRD, além de diferentes órgãos relacionados ao setor pesqueiro de países como Espanha, Estados Unidos, China, São Thomé e Príncipe, Peru, Portugal, Itália, Cuba, Angola, Rússia, Coréia do Sul, El Salvador e Noruega.

No domínio nacional, o destaque foi e está sendo para o fundamento da SEAP/PR de integrar o setor pesqueiro. Instituições e autoridades governamentais (nas esferas federal, estadual e municipal), produtores aqüícolas, pescadores, empresários, cientistas, pesquisadores, legisladores, cooperativas, associações, comerciantes e consumidores têm trabalhado juntos para que as ações da SEAP/PR contemplem todos os segmentos e divisões nele envolvidos.

Essa agregação ou união era uma das principais deficiências da gestão anterior, e talvez tenha sido a grande vilã no processo de desestruturação e amálgama causadas nos elos integrantes do setor pesqueiro do Brasil.

4.11- Foco legal

Em toda a legislação implementada pela SEAP/PR nesses dois anos, pode-se destacar a Instrução Normativa nº 3. Através dela, o procedimento de registro dos pescadores foi flexibilizado. Antes, para que alguém se registrasse como pescador profissional iniciante era preciso a comprovação de que trabalhava na atividade há pelo menos um ano, o que refletia uma incoerência, afinal, como alguém que quer iniciar na pesca pode já ter uma experiência de um ano ?

Na nova legislação, a comprovação de um ano na prática da atividade permanece, porém ela deve ser apresentada um ano após feito o registro, por meio de um Relatório de Desempenho Anual da Atividade.

Benfeitorias também vieram com a mudança na classificação do trabalhador, antes feita apenas, como pescador profissional. Agora, os pescadores registrados poderão ser incluídos em pescador profissional artesanal ou industrial, podendo assim ter mais acesso aos programas específicos a sua atividade, além de uma maior organização.

Além de melhorias como: a obrigatoriedade do proprietário da embarcação ter que pintar de forma clara no casco da sua embarcação o número do registro da mesma, facilitando a identificação, e o fato do processo de registro de pescadores e embarcações poder ser feito em qualquer Escritório Estadual da SEAP/PR.

As mudanças trazidas pela Instrução Normativa nº 6 também foram significantes para o desenvolvimento do setor pesqueiro, onde a SEAP/PR mostrou a real preocupação com o princípio da sustentabilidade. Nela, as regiões Sudeste e Sul receberam permissão, em caráter experimental, para exploração do bonito listrado com da rede de cerco, como medida emergencial para resolver a problemática, já citada anteriormente, entre pescadores artesanais de sardinha e os atuneiros.

É fato notório que a rede de cerco pode causar um dano potencial nos estoques pesqueiros, devido ao grande número de indivíduos juvenis que captura, podendo assim, prejudicar o recrutamento e desequilibrar toda uma população. Por isso, a cautela usada na formulação da Instrução Normativa foi providencial. A autorização foi para o período de apenas um ano, o número de registros limitado, a presença de observadores de bordo, a entrega de mapas de bordo e a utilização de equipamentos que permitam o rastreamento por satélite, são itens obrigatórios nas embarcações licenciadas para usarem redes de cerco.

A SEAP/PR pretende resolver o problema definitivamente em médio prazo, e os resultados após este ano de experimentação têm sido acompanhados e serão a base para auxiliará nas decisões sobre conversão de embarcações para pescarias em expansão, através do PROFROTA Pesqueira em 2005.

De grande efeito também foi a conversão da Medida Provisória 140 na Lei nº 10.849, através da qual o Programa PROFROTA Pesqueira foi criado. Este programa tem colaborado maciçamente com o desenvolvimento da pesca oceânica, através da estruturação dos terminais pesqueiros e das embarcações, destacando a criação da primeira delas, construída no Brasil para atuar na atividade, e realizada com verbas do PROFROTA.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Avaliando-se as ações da SEAP/PR nesses dois primeiros anos de funcionamento, e guardando as devidas moderações as quais as mesmas tiveram que se submeter, ora pela deficiência de flexibilidade orçamentária, ora pela situação precária na qual o setor pesqueiro se encontrava, é possível apostar que a SEAP/PR está no caminho certo para que ao final de 2006, consiga cumprir a promessa feita pelo Presidente Lula, ainda em campanha, de alavancar a pesca, a aqüicultura e os seus dependentes.

A SEAP/PR trabalhou sob quatro pilares principais, que foram os diferenciais entre a atual gestão e a anterior.

O primeiro deles, o desenvolvimento sustentável, foi foco de inúmeras discordâncias no passado e alimentadas por uma falsa polaridade, ambientalismo *versus* desenvolvimento. Essas desavenças refletiam na verdade um desrespeito sobre os recursos públicos. O novo comando procurou a conciliação das idéias, formulando ações que contemplassem ambas as visões, dando uma lição a despeito do que realmente significa crescer sustentavelmente, permitindo que as próximas gerações tenham acesso aos espécimes e aos recursos que foram gentilmente disponibilizados pela natureza ao longo dos anos evolutivos.

A segunda pilastra é a gestão participativa. A SEAP/PR considerou o intercâmbio entre a Direção Nacional da Secretaria e as demais unidades do Órgão, bem como a interação de ambos com os elementos do setor pesqueiro, uma postura fundamental para o desenvolvimento das políticas públicas de apoio à pesca e à aqüicultura. Em cada visita feita aos Estados da Federação, o Ministro José Fritsch teve pelo menos um encontro com as equipes locais, a fim de levantar necessidades e projetos e encaminhá-los às instâncias nacionais. As Conferências Estaduais e a Conferência Nacional, realizadas em 2003, foram o meio usado instituição para elaborar o Plano Estratégico para Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura e Pesca, com a participação de todos, fazendo com que, cada peixe, inserido no mar que é setor pesqueiro, desse a sua contribuição na construção da nova política de desenvolvimento.

Especificação é o nome para o terceiro fundamento. O Brasil é o 5º maior país do mundo e sem dúvida, é um dos que apresentam maior diversificação dentro desse território. Cada região da nação possui características suficientemente distintas para que fossem consideradas um país independente. Daí, a necessidade de que as políticas públicas destinadas a cada uma sejam também específicas. A SEAP/PR mostrou que entende isso, desenvolvendo programas e projetos com detalhes peculiares para cada região do País. Um exemplo são as linhas de crédito, que além de direcionadas à atividade, foram individualizadas para cada região.

Por fim, a SEAP/PR, seguindo o exemplo dos demais Órgãos da Presidência da República, desenvolveu suas atividades voltadas à inclusão social, que se deu não só por meio de obras diretamente ligadas ao setor pesqueiro, mas também com ações que garantissem mais saúde, educação, capacitação e dignidade às comunidades caiçaras.

Em 2003, a SEAP/PR preparou a estrada na qual caminhará para o trabalho do ano seguinte. Os feitos do primeiro ano definiram as pré-condições, para que as sombras que pairavam sobre o setor, pudessem pouco a pouco, se transformarem em um cenário de perspectivas e esperanças em 2004.

No segundo ano, com as bases estabelecidas, as conquistas começaram. A SEAP/PR fez avanços significativos no processo de reabilitação dessas atividades, que têm demonstrado cada vez mais, uma capacidade potencial de expansão para a pesca e a aqüicultura.

Assim, com qualidade e quantidade nas ações, a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República vem permitindo um horizonte cada dia mais próximo do que de fato representa viver bem.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIMP-SEAP/PR. Presidência da República. Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca. ASSIMP. Assessoria de Imprensa. Brasília, DF. 2003.

ASSIMP-SEAP/PR. Presidência da República. Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca. ASSIMP. Assessoria de Imprensa. Brasília, DF. 2004.

CÂMARA DOS DEPUTADOS – Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior. Seminário de Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura no Nordeste Brasileiro. Centro de Documentação e Informações. Coordenação de Publicações. Brasília. 2002.

DNOCS. Departamento Nacional de Obras Contra a Seca. Centro de Pesquisas em Aqüicultura. Pentecoste, CE. 2004.

DPA/MA. Ministério da Agricultura, Pesca e Abastecimento. Departamento de Pesca e Aqüicultura, 2003.

EPAGRI-SC. Empresa de Pesquisa Agrícolas. Santa Catarina, 2004.

FAO. Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. 2002

FRITSCH, J. Entrevista cedida à Revista ComCiência, 2004.

IBAMA. Instituto Brasileiro do meio Ambiente, 2003.

LABOMAR. Laboratório de Ciências do Mar. Fortaleza, Ce. 2004.

PANORAMA DA AQUICULTURA. Coluna da SEAP/PR. Edições de setembro 2003 a novembro de 2004.

SEAP/PR. Presidência da República. Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca. Projeto Político. Brasília, DF. 2003a.

SEAP/PR. Presidência da República. Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca. Projeto Político. Plano estratégico de desenvolvimento Sustentável de Aqüicultura e Pesca. Texto Base e Emendas Sistematizadas. 1ª Conferência Nacional de Aqüicultura e Pesca. Brasília, DF, 2003b.

SEAP/PR. Presidência da República. Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca. Prestação das ações empreendidas da SEAP/PR. Brasília, DF. 2003c.

SEAP/PR. Presidência da República. Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca. Brasília, DF. 2004. www.presidencia.gov.br/seap

SEAP/PR. Presidência da República. Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca. Resultados da 1ª Conferência Nacional de Aqüicultura e Pesca. Brasília, DF. 2004.

ANEXO I

ESTRUTURA REGIMENTAL DA SECRETARIA ESPECIAL DE AQUICULTURA E PESCA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

CAPÍTULO I DA NATUREZA E COMPETÊNCIA

Art. 1º A Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca, órgão integrante da Presidência da República, tem como área de competência os seguintes assuntos:

I - assessoramento direto e imediato ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições;

II - proposição da formulação de políticas e diretrizes para o desenvolvimento e o fomento da produção aqüícola e pesqueira;

III - promoção da execução e da avaliação de medidas, programas e projetos de apoio ao desenvolvimento da pesca artesanal e industrial, bem como de ações voltadas à implantação de infra-estrutura de apoio à produção e comercialização do pescado e de fomento à aqüicultura e pesca;

IV - organização e manutenção do Registro Geral da Pesca previsto no art. 93 do Decreto-lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967;

V - normatização e estabelecimento das medidas que permitam o aproveitamento sustentável dos recursos pesqueiros altamente migratórios e dos que estejam subexplorados ou inexplorados;

VI - supervisão, coordenação e orientação das atividades referentes às infra-estruturas de apoio à produção e circulação do pescado e das estações e postos de aqüicultura;

VII - manutenção, em articulação com o Distrito Federal, Estados e Municípios, dos programas racionais de exploração da aqüicultura em águas públicas e privadas;

VIII - concessão das licenças, das permissões e das autorizações para o exercício da aqüicultura e da pesca artesanal e industrial, nas áreas de pesca do Território Nacional, compreendendo as águas continentais e interiores e o mar territorial, da Plataforma Continental, da Zona Econômica Exclusiva, áreas adjacentes e águas internacionais, para captura de:

a) espécies altamente migratórias, conforme Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos do Mar, excetuando-se os mamíferos marinhos;

b) espécies subexploradas ou inexploradas; e

c) espécies sobreexploradas ou ameaçadas de sobreexploração, observado o disposto no § 6º do art 27 da Medida Provisória nº 103, de 1º de janeiro de 2003.

IX - autorização do arrendamento de embarcações estrangeiras de pesca para operar na captura das espécies de que tratam as alíneas “a” e “b” do inciso VIII, deste artigo, exceto nas águas interiores e no mar territorial;

X - autorização para operação de embarcações estrangeiras de pesca, nos casos previstos em acordos internacionais de pesca firmados pelo Brasil, a exercer suas atividades nas condições e nos limites estabelecidos no respectivo pacto;

XI - fornecimento ao Ministério do Meio Ambiente dos dados do Registro Geral da Pesca relativos às licenças, permissões e autorizações concedidas para pesca e aquicultura, para fins de registro automático dos beneficiários no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais;

XII - assistência, assessoramento e participação, em interação com o Ministério das Relações Exteriores, de negociações e eventos que envolvam o comprometimento de direitos e a interferência em interesses nacionais sobre a pesca, a produção, e comercialização do pescado e interesses do setor neste particular; e

XIII - operacionalização da concessão da subvenção econômica ao preço do óleo diesel instituída pela Lei nº 9.445, de 14 de março de 1997.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 2º A Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca tem a seguinte estrutura organizacional:

I - órgão de assistência direta e imediata ao Secretário Especial:
Gabinete;

II - órgãos específicos singulares:

a) *Subsecretaria de Planejamento e Cooperação:*

1. *Diretoria de Gestão Estratégica;*
2. *Diretoria de Pesquisa e Tecnologia;*
3. *Diretoria de Articulação Institucional; e*
4. *Diretoria de Promoção e Comercialização;*

b) *Subsecretaria de Desenvolvimento de Aqüicultura e Pesca:*

1. *Diretoria de Aqüicultura;*
2. *Diretoria de Pesca Artesanal;*
3. *Diretoria de Pesca Industrial; e*
4. *Diretoria de Controle da Atividade Pesqueira;*

III - unidades descentralizadas:

a) *Gerências-Executivas Regionais; e*

b) *Escritórios Estaduais;*

IV - órgão colegiado: Conselho Nacional de Aqüicultura e Pesca -

CONAPE.

CAPÍTULO III DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS

Seção I

Do Órgão de Assistência Direta e Imediata ao Secretário Especial

Art. 3º Ao Gabinete do Secretário Especial de Aqüicultura e Pesca compete:

I - assistir ao Secretário Especial em sua representação política social e ocupar-se das relações públicas e do preparo e despacho do seu expediente pessoal;

II - acompanhar a tramitação dos projetos de interesse da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca, em tramitação no Congresso Nacional;

III - providenciar o atendimento às consultas e aos requerimentos formulados pelo Congresso Nacional;

IV - providenciar a publicação oficial e a divulgação das matérias relacionadas com a área de atuação da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca;

V - exercer as atividades de comunicação social, relativas às realizações da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca;

VI - coordenar, articular e apoiar a participação da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca em órgãos colegiados;

VII - elaborar e acompanhar os atos relacionados com a gestão dos fundos financeiros, voltados para o desenvolvimento da aqüicultura e da pesca;

VIII - secretariar o Conselho Nacional de Aqüicultura e Pesca;

IX - gerenciar os assuntos de desenvolvimento organizacional e de planejamento orçamentário e financeiro da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca, em articulação com a Secretaria de Administração da Casa Civil da Presidência da República;

X - definir as condições gerais que orientam as propostas orçamentárias, projetos e atividades a serem desenvolvidas pela Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca;

XI - assessorar o Secretário Especial na articulação com organismos internacionais, inclusive na representação da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca em eventos do seu interesse; e

XII - gerenciar as atividades de tecnologia da informação da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca, em articulação com a Secretaria de Administração da Casa Civil da Presidência da República.

Seção II

Dos Órgãos Específicos Singulares

Art. 4º À Subsecretaria de Planejamento e Cooperação compete:

I - acompanhar as diretrizes da ação governamental, relacionadas com as áreas de competência da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca, com vistas à formulação da política para aqüicultura e pesca;

II - formular programas e projetos de renovação de frota, linhas de crédito, infra-estrutura de desembarque, beneficiamento, qualificação profissional e comercialização de pescado;

III - estabelecer critérios e padrões técnicos para acesso aos programas da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca;

IV - promover apoio técnico à gestão dos sistemas de coleta de dados estatísticos da aqüicultura e pesca;

V - promover estudos para captação de novas fontes de recursos financeiros, para a demanda da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca;

VI - acompanhar o desempenho físico-financeiro dos programas e projetos da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca; e

VII - formular e propor políticas de promoção e comercialização da aqüicultura e pesca.

Art. 5º À Diretoria de Gestão Estratégica compete:

I - planejar e coordenar, em articulação com a Secretaria de Administração da Casa Civil da Presidência da República, a execução das atividades relacionadas com os sistemas de organização e modernização administrativa, de gestão de recursos humanos, de suprimento e de planejamento orçamentário da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca;

II - avaliar os efeitos da política macro econômica, nacional e internacional, sobre a produção e o abastecimento pesqueiro e propor estratégias de atuação a curto, médio e longo prazo;

III - promover estudos e pesquisas referentes aos problemas estruturais das cadeias produtivas e aos efeitos dos instrumentos de política econômica sobre a aqüicultura e a pesca;

IV - prover os serviços de secretaria executiva do Conselho Nacional de Aqüicultura e Pesca - CONAPE;

V - estimular mecanismos de gestão integrada, visando contribuir para a garantia de renda compatível ao setor, nos ambientes continental, costeiro e marinho; e

VI - promover auditorias operacionais das atividades e projetos pertinentes à sua área de competência.

Art. 6º À Diretoria de Pesquisa e Tecnologia compete:

I - avaliar e incentivar a realização de pesquisas e estudos sobre os métodos e técnicas empregados na aqüicultura e no uso dos recursos pesqueiros;

II - estabelecer e manter permanente intercâmbio técnico e científico com instituições nacionais e internacionais, mediante a implementação de uma rede especializada;

III - desenvolver e implementar controles estatísticos de produção e comercialização do pescado;

IV - apoiar a geração de tecnologia e a difusão tecnológica da aqüicultura e pesca; e

V - promover auditorias operacionais das atividades e projetos pertinentes à sua área de competência.

Art. 7º À Diretoria de Articulação Institucional compete:

I - formular e implementar estratégias e mecanismos de fortalecimento institucional dos órgãos e entidades que compõe o sistema nacional de aquicultura e pesca;

II - promover a articulação institucional para a implementação do processo de descentralização e repartição de competências entre os três níveis do Governo;

III - viabilizar e coordenar o processo de captação e implementação de programas com recursos de organismos internacionais, estrangeiros e acordos internacionais e, a execução de convênios e projetos de cooperação técnica nacional e internacional; e

IV - promover auditorias operacionais das atividades e projetos pertinentes à sua área de competência.

Art. 8º À Diretoria de Promoção e Comercialização compete:

I - elaborar diretrizes de ação governamental para a promoção e a comercialização de produtos aquícolas e pesqueiros;

II - traçar planos de ação estratégicos que visem direcionar e estimular a comercialização interna e externa de produtos aquícolas e pesqueiros;

III - orientar, coordenar e avaliar a execução de medidas na área de promoção e comercialização de pescados;

IV - propor diretrizes de política comercial para o incentivo das cadeias produtivas no setor aquícola e pesqueiro;

V - supervisionar a elaboração e aplicação de mecanismos de intervenção governamental na comercialização de produtos aquícola e pesqueiro;

VI - elaborar estudos e propor políticas de divulgação e marketing do pescado brasileiro, bem como a prospecção de mercado nacional e internacional para o incremento do consumo de pescado;

VII - promover e apoiar eventos de divulgação, promoção e comercialização da aquicultura e da pesca;

VIII - promover a divulgação de trabalhos técnicos e informações estatísticas de mercado dos produtos da aquicultura e pesca;

IX - promover a divulgação e a disponibilização de informações relevantes para o setor aquícola e pesqueiro; e

X - promover auditorias operacionais das atividades e projetos pertinentes à sua área de competência.

Art. 9º À Subsecretaria de Desenvolvimento de Aqüicultura e Pesca compete:

I - promover a modernização e apoiar a atuação das instâncias estaduais e municipais de desenvolvimento da aqüicultura e pesca;

II - propor, desenvolver e coordenar estudos nos campos do desenvolvimento e da difusão tecnológica, visando subsidiar a formulação e o desenvolvimento de programas, projetos e atividades;

III - elaborar estudos relativos ao desenvolvimento e fomento das atividades de aqüicultura e pesca;

IV - autorizar a operação de embarcações estrangeiras de pesca, nos casos previstos em acordos internacionais de pesca firmados pelo Brasil, a exercer suas atividades nas condições e nos limites estabelecidos no respectivo pacto;

V - autorizar o arrendamento de embarcações estrangeiras de pesca, para operar na captura dos recursos pesqueiros altamente migratórios e dos que estejam subexplorados ou inexplorados, exceto nas águas interiores e no mar territorial;

VI - promover a realização de levantamentos com vistas ao aproveitamento adequado, racional e conveniente dos recursos pesqueiros e elaborar propostas que visem à geração de novos conhecimentos científicos sobre o desenvolvimento aqüícola e pesqueiro;

VII - elaborar, promover e controlar a execução de programas e projetos de desenvolvimento e fomento das atividades aqüícola e pesqueira, principalmente da pesca artesanal, de forma compartilhada e descentralizada, tendo como base a interação institucional com estados e municípios, a participação comunitária e de instituições privadas;

VIII - participar de eventos relacionados com o desenvolvimento e fomento das atividades aqüícola e pesqueira, seja no âmbito nacional ou internacional;

IX - promover e apoiar iniciativas com vistas à educação, profissionalização e capacitação de mão-de-obra para fomento à produção na aqüicultura e pesqueira;

X - desenvolver e orientar a aplicação de normas, necessárias aos métodos para classificação de produtos da aqüicultura e pesca;

XI - promover o desenvolvimento de ações para fomento da aqüicultura, povoamento e repovoamento de corpos aquáticos, em articulação com os Estados, Municípios e demais entidades públicas e privadas;

XII - promover e avaliar estudos voltados para assistência técnica, créditos, incentivos, mercados, marketing e outros instrumentos para o estímulo da aqüicultura e da pesca; e

XIII - estimular a criação de comissões regionais e estaduais, associações e grupos de trabalho interinstitucionais e interdisciplinares para atuar como fóruns na definição de demandas e dissoluções para o setor da aqüicultura e pesca.

Art. 10º À Diretoria de Aqüicultura compete:

I - manter, em articulação com o Distrito Federal, Estados e Municípios, programas racionais de exploração da aqüicultura e apoiar iniciativas visando agregar, de forma sistemática, inovações tecnológicas, métodos de cultivo sustentáveis, capacitação técnica e aperfeiçoamento da mão-de-obra;

II - promover a divulgação e a disponibilização de informações relevantes para o setor da aqüicultura;

III - supervisionar e implementar as ações de povoamento de águas de domínio da União;

IV - desenvolver, adotar e difundir formas, mecanismos e métodos para a classificação de produtos da aqüicultura;

V - analisar documentos e emitir pareceres técnicos em assuntos de regulamentação e fomento da aqüicultura;

VI - implementar e supervisionar as Plataformas Tecnológicas das cadeias produtivas aqüícolas;

VII - operacionalizar as comissões regionais e estaduais, associações e grupos de trabalho interinstitucionais e interdisciplinares para atuação como fóruns na definição de demandas e dissoluções para o setor da aqüicultura;

VIII - identificar e induzir a geração de novos conhecimentos científicos e informações sobre o desenvolvimento da aqüicultura;

IX - promover estudos sobre zoneamento aqüícola visando subsidiar a expansão sustentável da aqüicultura;

X - desenvolver e promover ações de verticalização da produção do pescado, oriundo da aqüicultura, como mecanismo de agregação de valor e aumento da renda do setor; e

XI - promover auditorias operacionais das atividades e projetos pertinentes a sua área de competência.

Art. 11º À Diretoria de Pesca Artesanal compete:

I - desenvolver e implementar mecanismos de gestão para o fortalecimento institucional da pesca artesanal;

II - apoiar e promover ações para a promoção social da pesca artesanal;

III - operacionalizar as comissões regionais e estaduais, associações e grupos de trabalho interinstitucionais e interdisciplinares para atuação como fóruns na definição de demandas e dissoluções para o setor da pesca artesanal;

IV - desenvolver e promover ações de verticalização da produção do pescado, oriundo da pesca artesanal, como mecanismo de agregação de valor e aumento da renda do setor;

V - realizar estudos visando o aprimoramento de regulamentação da pesca artesanal;

VI - promover cursos visando a qualificação profissional e alfabetização do pescador artesanal;

VII - promover e estimular a adoção pelas organizações pesqueiras artesanais de códigos voluntários de conduta, tecnologias ambientalmente adequadas e oportunidades de investimento, visando o desenvolvimento sustentável;

VIII - elaborar as diretrizes da ação governamental para assistência técnica e extensão da pesca artesanal, com vistas a contribuir para a formação da política pesqueira artesanal;

IX - promover a modernização de processos de trabalho, com vistas à melhoria da qualificação dos serviços de assistência técnica e extensão da pesca artesanal;

X - disseminar entre os pescadores artesanais a cultura da sustentabilidade dos recursos pesqueiros e da atividade da pesca artesanal;

XI - identificar e induzir a geração de novos conhecimentos científicos e informações sobre o desenvolvimento da pesca artesanal;

XII - estimular a todos os intervenientes no processamento, na distribuição e na comercialização do pescado para que reduzam as perdas e os desperdícios após a captura; e

XIII - promover auditorias operacionais das atividades e projetos pertinentes a sua área de competência.

Art. 12º À Diretoria de Pesca Industrial compete:

- I - preparar estudos de avaliação do impacto e da viabilidade sócio-econômica das alternativas de desenvolvimento e fomento da pesca industrial;
- II - elaborar, orientar e controlar a execução de programas e projetos de desenvolvimento e fomento da pesca industrial em articulação com os Estados, Municípios e iniciativa privada;
- III - desenvolver e orientar a aplicação de normas, mecanismos e métodos para a classificação do pescado oriundo da pesca industrial;
- IV - identificar e induzir a geração de novos conhecimentos científicos e informações sobre o desenvolvimento da pesca industrial;
- V - operacionalizar as comissões regionais e estaduais, associações e grupos de trabalho interinstitucionais e interdisciplinares para atuação como fóruns na definição de demandas e dissoluções para o setor da pesca industrial;
- VI - analisar documentos e emitir pareceres técnicos em assuntos de regulamentação e fomento da pesca industrial;
- VII - promover o comércio de pescado, oriundo de produtos pesqueiros, em conformidade com as normas internacionais pertinentes e evitar o uso de medidas que constituam barreiras ocultas a esse comércio; e
- VIII - promover auditorias operacionais das atividades e projetos pertinentes à sua área de competência.

Art. 13º À Diretoria de Controle da Atividade Pesqueira compete:

- I - apoiar a formulação da regulamentação inerente ao exercício da aquicultura e da pesca oriunda dos recursos altamente migratórios, inexplorados e subexplorados;
- II - operacionalizar o Registro Geral da Pesca - RGP, de acordo com o art. 93 do Decreto-lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967;
- III - operacionalizar a Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel instituída pela Lei nº 9.445, de 14 de março de 1997;
- IV - efetivar o controle das licenças, permissões e autorizações para o exercício da aquicultura e da pesca artesanal e industrial, nas áreas do Território Nacional, compreendendo as águas continentais e interiores e o mar territorial, da Plataforma Continental, da Zona Econômica Exclusiva, áreas adjacentes, águas internacionais e cessão de uso de águas públicas de domínio da União para fins de aquicultura;

V - fornecer ao Ministério do Meio Ambiente os dados do Registro Geral da Pesca e coordenar o repasse de cinquenta por cento das receitas e taxas ou dos serviços cobrados em decorrência das atividades relacionadas no inciso IV, desse artigo, ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;

VI - operacionalizar o programa de rastreamento por satélite das embarcações pesqueiras; e

VII - promover auditorias operacionais das atividades e projetos pertinentes à sua área de competência.

Seção III

Das Unidades Descentralizadas

Art. 14º Às Gerencias-Executivas Regionais compete operacionalizar e executar, em suas respectivas áreas de abrangência, as atividades relacionadas com a gestão da atividade na aquicultura e pesca, bem como supervisionar técnica e administrativamente os escritórios estaduais.

Art. 15º Aos Escritórios Estaduais compete executar as atividades finalísticas da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, no âmbito das respectivas áreas de atuação, e prestar o pronto atendimento às demandas de gestão da atividade na aquicultura e pesca, encaminhadas pela sociedade, prestando as orientações necessárias e viabilizando respostas e soluções que atendam às necessidades apresentadas.

Seção IV

Do Órgão Colegiado

Art. 16º Ao Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca – CONAPE cabe exercer as competências estabelecidas no art. 8º da Medida Provisória nº 103, de 1º de janeiro de 2003.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Seção I

Do Secretário-Adjunto

Art. 17º Ao SecretárioAdjunto da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca incumbe:

I - coordenar, consolidar e submeter ao Secretário Especial de Aqüicultura e Pesca o plano de ação global da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca;

II - supervisionar e avaliar a execução dos projetos e atividades da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca;

III - supervisionar e coordenar a articulação dos órgãos da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca com os órgãos da Presidência da República e os da Administração Pública Federal, direta e indireta, quando necessário ou por determinação do Secretário Especial de Aqüicultura e Pesca;

IV - substituir o Secretário Especial de Aqüicultura e Pesca nos seus afastamentos e impedimentos legais ou regulamentares; e

V - exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Secretário Especial de Aqüicultura e Pesca.

Seção II Dos Demais Dirigentes

Art. 18º Aos Subsecretários e Diretores, incumbe planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades das unidades que integram suas respectivas áreas, e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas.

Art. 19º Ao Chefe de Gabinete do Secretário Especial de Aqüicultura e Pesca e aos demais dirigentes incumbe planejar, coordenar e orientar a execução das atividades das respectivas unidades e exercer outras atribuições que lhe forem cometidas.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20º As requisições de pessoal para ter exercício na Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca serão feitas por intermédio da Casa Civil da Presidência da República.

Parágrafo único. As requisições de que trata o caput são irrecusáveis, por tempo indeterminado, e deverão ser prontamente atendidas, exceto nos casos previstos em lei.

Art. 21º Aos servidores e aos empregados públicos de qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, colocados à disposição da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca, são assegurados todos os direitos e vantagens a que façam jus no órgão ou entidade de origem, inclusive promoção funcional.

§ 1º O servidor ou empregado público requisitado continuará contribuindo para a instituição de previdência a que for filiado, sem interrupção da contagem de tempo de serviço no órgão ou entidade de origem.

§ 2º O período em que o servidor ou empregado público permanecer à disposição da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca será considerado para todos os efeitos da vida funcional, como efetivo exercício no cargo ou emprego que ocupe no órgão ou entidade de origem.

§ 3º A promoção a que se refere o caput, respeitados os critérios de cada entidade, poderão ser concedidas pelos órgãos da Administração Pública Federal, direta e indireta, sem prejuízo das cotas ou limites fixados nos respectivos regulamentos de pessoal.

Art. 22º O desempenho de função na Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca constitui, para o militar, atividade de natureza militar e serviço relevante e, para o pessoal civil, serviço relevante e título de merecimento, para todos os efeitos da vida funcional.

Art. 23º Constituem recursos da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca:

I - os créditos orçamentários que lhe forem consignados pelo Orçamento Geral da União;

II - as rendas de qualquer natureza, resultantes do exercício das atividades que lhe sejam afetas ou da exploração de móveis sob a sua jurisdição;

III - as receitas provenientes de empréstimos, auxílios, subvenções, contribuições, doações de fontes internas e externas, da arrecadação da taxa do

Registro Geral da Pesca - RGP, preços de serviços e emolumentos previstos em lei;

IV - os recursos provenientes de convênios, acordos com entidades públicas nacionais, estrangeiras e internacionais;

V - os recursos de transferência de outros órgãos da Administração Pública; e

VI - as receitas complementares provenientes da aplicação de mecanismos de marketing do pescado, da venda de produtos e da divulgação de material promocional, entre outros.

Parágrafo único. Cabe à Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca repassar ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, cinquenta por cento das receitas das taxas ou dos serviços cobrados em decorrência das atividades do Registro Geral da Pesca - RGP, que serão destinados ao custeio das atividades de fiscalização da aqüicultura e da pesca.

Art. 24º O regimento interno definirá o detalhamento das unidades integrantes da Estrutura Regimental da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca, as competências das respectivas unidades e as atribuições de seus dirigentes.

ANEXO II

CARTA COMPROMISSO AOS PESCADORES

1. Criar uma Secretaria Nacional de Pesca e Aqüicultura, visando a integrar os diversos Ministérios, que possuem relação com o setor pesqueiro de maneira a compatibilizar as diversas ações relativas à pesca no País.
2. Elaborar um Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável para Pesca e Aqüicultura específico para cada uma das regiões do País, que permita planejar o setor a curto, médio e longo prazo, preservando as riquezas naturais.
3. Manter o Ibama como fiscalizador, dotando-o de recursos materiais e humanos compatíveis com o bom desempenho da atividade.
4. Implantar um Programa de Renovação da Frota Pesqueira que apóie a recuperação da indústria naval e incentive a substituição das atuais embarcações por outras mais modernas.
5. Implantar um Programa de Qualificação Profissional do Pescador, objetivando capacitar a mão-de-obra voltada nos diversos sub-setores - pesca marítima e fluvial, empresarial e artesanal e aqüicultura - aproveitando e revitalizando as estruturas das Escolas de Pesca existentes.
6. Ampliar a infra-estrutura de desembarque, beneficiamento, armazenamento e comercialização de pescado, através de Terminais e Entrepostos de Pesca, incentivando a agregação de valor ao pescado pela industrialização.
7. Efetivar o atual Programa de Rastreamento por Satélite das embarcações que permita uma maior segurança das mesmas, bem como um maior controle e fiscalização da atividade.
8. Criar linhas de crédito específicas por região para apoiar a pesca artesanal e a aqüicultura, visando a melhoria dos sistemas de produção, beneficiamento e comercialização de pescado.
9. Promover o desenvolvimento de atividades de suporte à pesca nas áreas de pesquisa, promoção comercial e informações de mercado.
10. Estimular, através de parcerias com os estados e municípios, a implantação de Cooperativas de pesca e de crédito para atuar especificamente junto ao segmento pesqueiro artesanal.
11. Incentivar o desenvolvimento do turismo ligado às atividades da pesca amadora e esportiva em águas fluviais, especialmente na Amazônia e no Pantanal, assim como na costa do País.

Luiz Inácio Lula da Silva
Agosto de 2002